

JAIR SILVEIRA CORDEIRO

**“MAIS UM DIA NO SISTEMA”:
CÓDIGO DE CONDUTA PRÓPRIO E NORMAS INSTITUCIONAIS NO
COTIDIANO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais; área de concentração: Organizações e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2010

JAIR SILVEIRA CORDEIRO

**“MAIS UM DIA NO SISTEMA”:
CÓDIGO DE CONDUTA PRÓPRIO E NORMAS INSTITUCIONAIS NO
COTIDIANO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais; área de concentração: Organizações e Sociedade.

Aprovada em _____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fernanda Bittencourt Ribeiro – PUCRS
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Alves Müller – PUCRS
Examinador(a)

Prof^a. Dr^a. Sinara Porto Fajardo – Pós-doutorado NACI/PPGAS/UFRGS
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que sempre me ensinaram sobre a importância da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro, pela disponibilidade e pelo engajamento oferecido durante a realização desta pesquisa. Agradeço também pela postura de diálogo e de troca de informações que me proporcionou uma maior aproximação com a antropologia e a etnografia, o que foi de essencial importância para o desenvolvimento deste estudo. Sua capacidade de transmitir conceitos e teorias científicas de maneira suave e simples a torna um exemplo para os que atuam na docência e na pesquisa;

A coordenação do Programa de Mestrado em Ciências Sociais, por terem me acolhido e me possibilitado desenvolver a pesquisa, bem como, aos professores das disciplinas que cursei por terem me instigado na busca de novos conhecimentos;

A Pontifícia Universidade Católica, pela concessão da bolsa parcial de estudos, o que foi decisivo para realização deste trabalho;

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/RS, pela autorização dada para a realização da pesquisa;

Às professoras Patrice Schuch e Lúcia H. Alves Müller, que participaram na banca de qualificação do projeto dessa dissertação pelas críticas e sugestões indicadas, pois foram fundamentais para concretização desse trabalho;

A professora Maria Jose Barreiras, minha orientadora no trabalho de conclusão na graduação em História pelo estímulo e o encorajamento para realização deste curso;

Aos meus pais, José e Tereza e aos meus irmãos, Jorge e Mara, e sobrinhos, Priscila, Diego e Daniele, pela compreensão do pouco tempo que pude dedicar a eles durante esta jornada;

Aos meus colegas de trabalho, Everson, João Agnaldo, João Fabian, Janete e Ilese, pela compreensão dos momentos em que fui menos participativo na execução de nosso difícil trabalho enquanto realizei a pesquisa;

A minha amiga Fernanda Macedo, pela disponibilidade de emprestar horas preciosas da sua rotina à leitura e as conversas sobre o objeto deste estudo que foram de grande importância na conclusão deste trabalho;

Aos presidentes da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS Sr. Irlany Bernardes e Sra. Liliane Saraiva, pela autorização dada para realização desta pesquisa e pelo abono do meu horário de trabalho durante a realização das disciplinas do curso;

Aos funcionários da AIG - Assessoria de Informação e Gestão- da FASERS senhores Luiz Leonel, Eliane e Paulo, pela dedicação que trataram o processo de autorização para realização da pesquisa;

Aos diretores do CSE senhores Ricardo Renner, Jordão Kardec, Gilmar Nathur e Pedro Paulo Alcântara, pela autorização para realização desta pesquisa e pela liberação de parte do meu horário de expediente de trabalho para realizar as disciplinas do curso;

Ao meu amigo e colega de trabalho Alessandro Madalena pelo compartilhamento do seu conhecimento institucional, seu gesto foi de grande importância para conclusão deste estudo;

A todos os adolescentes internados na unidade "A" do CSE durante a realização da pesquisa por se disponibilizarem de maneira desinteressada em participarem deste estudo. Sem este gesto tal estudo não seria possível. Desejo que todos cumpram suas medidas e encontrem o caminho da felicidade em suas vidas;

Aos meus colegas do curso de Mestrado: Otávio, Leandro, Mário, Dayse, Pillar, Pedro, Carlos Dario, Carlos Etchichury, Andrey, Romeu, Jayme, e Álvaro pelas intensas discussões em aula e pelo aprendizado que delas decorreu e pelas trocas de idéias que muito contribuíram para realização deste estudo;

A Rosa Velho, pelo apoio na revisão deste trabalho e a Rosane, secretária do PPGCS/PUCRS, pela atenção e as orientações fornecidas durante o curso;

RESUMO

Este estudo aborda as interações cotidianas de um grupo de adolescentes privados de liberdade numa unidade de internação da Fundação Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASERS). Este trabalho tem como objetivos analisar: o código de conduta e honra criado e acionado pelos adolescentes durante o período de internação; as formas de interação entre os adolescentes e os monitores no interior da unidade e as posições ocupadas pelos adolescentes no grupo de internos durante a privação de liberdade. Para tanto, num primeiro momento reconstruí, sinteticamente, a história das políticas de atenção às crianças e aos adolescentes no Brasil e no Rio Grande do Sul ressaltando o aspecto jurídico e a criação das instituições que executam o atendimento a esta população. A partir da etnografia realizada no interior de uma unidade de internação da FASERS mergulho no cotidiano dos adolescentes privados de liberdade e identifiquei manifestações de um código de conduta e honra que auxilia os adolescentes na organização das suas vidas no interior da unidade. Constatou-se que o recebimento das visitas é o evento social institucional balizador da constituição do código de conduta que permeia diversos aspectos e diferentes momentos do dia a dia destes adolescentes. Em relação às interações entre os adolescentes e os monitores coloco em evidência o fato de que os dois grupos de agentes se relacionam com base no código de honra e nas normas institucionais. Contudo, a intensidade do convívio e a necessidade de satisfação de seus interesses específicos tornam o cotidiano da internação um espaço de intensa negociação e de construção de acordos e combinações. Além disso, foi possível concluir que a confiança entre os internos, os laços de reciprocidade e as afinidades na realização de algumas atividades cotidianas agregam os internos. Deste modo, a ocupação das posições no grupo depende da capacidade de agência e do campo de possibilidade de ação que cada um constrói para atuar como *líder*, *empilhado*, *humilde* ou *prestativo*. Por fim, o estudo possibilitou compreender que os internos vivenciam o cotidiano institucional a partir de quatro dimensões: o código de conduta e honra por eles constituído; o cumprimento das regras institucionais; as interações estabelecidas com os monitores que representam a instituição e também a ocupação das posições de atuação no interior da unidade.

Palavras-chave: Código de conduta e honra. Normas institucionais. Adolescentes e Monitores. Práticas de sociabilidade. Posições sociais.

ABSTRACT

The focus of this study is the daily interactions in the group of adolescents deprived of freedom in the Foundation for Social-Educative Services of Rio Grande do Sul (FASERS). Thus, the main objectives of this research are to analyze the code of behavior as well as honor created by adolescents during the time that they are deprived of freedom, how the interaction between adolescents and the ones that take care of them happens inside the unit and the positions that the adolescents have in the group in the unit where they live, while they are deprived of freedom. First, we presented, in a brief way, the history of the policies, considering children and adolescent's care in Brazil, in Rio Grande do Sul State, highlighting the juridical aspect and the creation of the institutions that take care of this type of population. Through the ethnography that was carried out inside of a unity of FASE, we observed the daily lives of adolescents that are deprived of freedom and we identified the manifestations of the behavior and honor code that help them to organize their own lives inside the unit. We perceived that visits in an institutional social event that measures the constitutional code of behavior that can be observed in many different aspects of the adolescents' daily lives. Considering the interactions between the adolescents and the ones that take care of them, we point out the fact that the two groups of agents have a relationship based on the honor code as well as on the institutional norms. However, the deep relationship that they have and the need of satisfaction of their particular interests make their lives in this type of place a space of negotiation and construction of agreements and combinations. Apart from that, we concluded that the adolescents trust each other, that there are reciprocity in their relationship and also many characteristics in common that help them to accomplish many daily tasks – all of these factors make them closer. Then, the position that they have in the group depends on the ability to manage the action that each one builds, in order to act as *leaders* or *the one that lives in a crowded place* or as *humble* and *helpful* person. Finally, we understood that the adolescents live their institutional lives, considering four perspectives: the code of behavior built by them; the institutional role compliance; the interactions that are established between the adolescents and the ones that represents the institutions and take care of them as well as the occupation of the position inside the unity.

Key-words: Behavior and honor code. Institutional norms. Adolescents and the professional that take care of them. Sociability actions. Social positions.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CASEPOA I - Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Porto Alegre I

CONSJIJ - Conselho Superior da Justiça da Infância e da Juventude

CSE - Comunidade Sócio-Educativa

DEPAS - Departamento de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASERS - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul

FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FPERS - Fundação de Proteção Especial do Rio grande o sul

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

ICM - Instituto Central de Menores

IJM - Instituto Juvenil Masculino

ONG - Organização Não Governamental

PEMSEIS - Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade

SAM - Serviço de Assistência aos Menores

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SESME - Serviço Social do Menor

SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários

UAE - Unidade de Atendimento Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 O PRIMEIRO CONTATO COM O OBJETO DA PESQUISA.....	12
1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA	19
1.3 HIPÓTESE DE PESQUISA.....	20
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE PROTEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	21
2 BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL	25
2.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	25
2.2 ASPECTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	31
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÓCIO-EDUCATIVA (CSE).....	37
2.4 A INSERÇÃO DO CSE EM PORTO ALEGRE	41
2.5 O CAMINHO PARA UNIDADE “A” DO CSE	42
2.6 O INTERIOR DA UNIDADE “A” DO CSE.....	43
2.7 ROTINAS, NORMAS E SANÇÕES DISCIPLINARES.....	45
3 CÓDIGO DE CONDUTA E HONRA NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE	52
3.1 NOÇÃO DE CULTURA	52
3.2 NOÇÃO DE HONRA E CÓDIGO DE CONDUTA.....	55
3.3 ORIGEM DE CLASSE.....	57
3.4 O COTIDIANO DOS ADOLESCENTES NA UNIDADE “A” DO CSE	58
3.5 O DIA DA VISITA	59
3.5.1 O antes da visita e seus preparativos	60
3.5.2 Durante o dia da visita	64
3.5.3 Depois da visita	67
3.5.4 Solidariedade e Circulação de bens	69
3.5.5 A ida ao banheiro	71
3.5.6 O consumo de refrigerante e a limpeza das canecas	72
3.5.7 A hora do filme	74
3.5.8 A escolha da estação de rádio	75
3.5.9 Formas de punição: o constrangimento, o ostracismo e a agressão física..	76

4 TEMPOS E ESPAÇOS DAS RELAÇÕES COTIDIANAS: OS GURIS, OS SEUS E AS DONAS EM INTERAÇÕES	78
4.1 A APROPRIAÇÃO DO TEMPO PELOS ADOLESCENTES.....	78
4.2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELOS ADOLESCENTES.....	86
4.3 O ECA E AS INTERAÇÕES ENTRE MONITORES E INTERNOS	89
4.4 NEGOCIANDO A CONVIVÊNCIA E A AUTORIDADE.....	91
4.4.1 O torneio de futebol	95
4.4.2 Sábados à noite: todos juntos no pátio	100
4.4.3 A Festa de Natal	103
4.4.4 Quando as regras dos internos interessam aos monitores	106
4.4.5 A aplicação de medidas disciplinares: outra ocasião de negociação.....	109
4.5 O BOM COMPORTAMENTO COMO INSTRUMENTO DE BARGANHA.....	111
4.5.1 Aumento do tempo de banho.....	112
4.5.2 O tempo das ligações telefônicas.....	113
4.5.3 Queremos atividades no pátio	114
4.5.4 Tensões e Conflitos entre monitores e internos	116
5 O HUMILDE, O PRESTATIVO, O LÍDER E O EMPILHADO: SOCIABILIDADES E POSIÇÕES NO COTIDIANO DAS INTERNAÇÕES	121
5.1 O HUMILDE	128
5.2 O PRESTATIVO.....	130
5.3 O EMPILHADO	134
5.4 O LÍDER.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	149
GLOSSÁRIO	156
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	158

1 INTRODUÇÃO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em outubro de 1990 foi difundido na sociedade brasileira como uma ruptura com o modelo legal e institucional de atenção às crianças e aos adolescentes no Brasil. Este novo marco legal visou suplantiar o caráter autoritário e assistencial do Código de Menores e buscou estabelecer uma perspectiva alinhada aos direitos humanos passando a identificar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

No âmbito dogmático, o Estatuto previu um novo rito processual para apuração da prática de ato infracional realizado pelos adolescentes infratores e estabeleceu as medidas sócio-educativas aplicáveis. Em relação à medida de internação o tempo máximo de privação de liberdade passou a ser de três anos e/ou até a completude dos vinte e um anos de idade.

No aspecto institucional, o ECA dispôs sobre a criação e o reordenamento das organizações componentes da rede de atendimento. Foram criadas varas da justiça especializadas da infância e da juventude, os conselhos tutelares e os conselhos estaduais e municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes que passaram a funcionar como órgãos de fiscalização da efetivação dos direitos expressos no Estatuto. A municipalização e a especialização do atendimento também fizeram parte do processo de implantação do ECA. A partir de então, crianças e adolescentes passaram a ser atendidos em locais próximos as suas residências e os ditos carentes, abandonados ou portadores de necessidades especiais em unidades distintas das destinadas a internação dos adolescentes autores de atos infracionais. Para estes, o atendimento deve se dar em unidades específicas conforme a idade, o sexo, o tipo físico e o tipo de ato infracional cometido.

No Rio Grande do Sul, de 1969 a 2002, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEMRS) foi à instituição responsável pela proposição e a execução das políticas de assistência aos “menores carentes” e da efetivação das decisões do juizado de menores aos adolescentes autores de atos infracionais. Mesmo com o Estatuto, o reordenamento institucional não se deu de forma imediata, sendo que

somente em maio de 2002 foi criada a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASERS) e a Fundação de Proteção Especial (FPERS) responsáveis, respectivamente, pela efetivação do atendimento dos adolescentes infratores que cumprem a medida sócio-educativa de internação e das crianças e adolescentes internados em regime de abrigamento.

1.1 O PRIMEIRO CONTATO COM O OBJETO DA PESQUISA

Meu primeiro contato com adolescentes infratores privados de liberdade ocorreu em meados de abril de 1998 quando ingressei nos quadros funcionais da FEBEMRS como monitor, após realizar concurso público. Fui lotado no Instituto Juvenil Masculino (IJM), hoje, comunidade sócio-educativa (CSE) a época considerada a segunda unidade de maior contenção do sistema de atendimento.

Minha adaptação à nova atividade profissional não foi fácil, o estranhamento ao “novo universo” formado por adolescentes privados de liberdade, colegas profissionais e as regras institucionais me impuseram, diariamente, um novo desafio e uma nova descoberta. Diante disso, três situações me causavam desconforto: a primeira referia-se a “pressão” que sofri pelos adolescentes para lhes beneficiar de alguma forma. Solicitações diárias para que lhes levasse “drogas”, refrigerantes, cigarros e outros objetos representavam os “testes” aplicados pelos internos a mim como monitor. Apesar do medo, resisti, não cedi às pressões, pois estava ciente das regras institucionais. Destas interações outro elemento me chamou a atenção: o distanciamento dos colegas de equipe em relação às pressões sofridas por mim. Somente algum tempo depois pude entender porque isto acontecia. Em relação aos internos tais atitudes visavam me conhecer melhor, isto é, desejavam saber se eu tinha capacidade ou não para efetivar as regras institucionais destinadas a eles. Em relação aos colegas também estava sendo observado a fim de identificar em mim que tipo de colega seria: responsável, ético e com autoridade sobre os internos, ou irresponsável, frágil e sem autoridade sobre os adolescentes.

A segunda situação que me causou desconforto era saber por que os adolescentes realizavam determinadas condutas mesmo sabendo que resultariam

em sanções disciplinares, tais como: convívio em separado do grupo ou o prolongamento do tempo de internação. Com o passar do tempo pude entender que tais comportamentos aconteciam porque durante o período de internação os adolescentes não vivem apenas sob a orientação das regras institucionais, mas também, sob as regras que tem origem nos acordos e combinações resultados das suas interações específicas dentro da unidade. Como ficará evidente mais adiante, neste trabalho dedico-me a uma descrição que pretendo densa sobre o código de conduta e as interações existentes entre adolescentes e entre estes e os monitores no interior da unidade de internação.

Finalmente, a terceira situação de desconforto referia-se às minhas intervenções disciplinares diante dos fatos causadores das indisciplinas e dos tumultos na unidade. As mediações nestas situações me possibilitaram perceber que tais mediações eram necessárias quando não haviam intervenções institucionais adequadas aos conflitos gerados pelo choque entre as regras de convívio próprio dos internos e as regras institucionais.

A superação deste desconforto não me conduziu a um sentimento de tranqüilidade e serenidade em relação às formas de funcionamento da instituição e muito menos em relação à execução das minhas funções como monitor. Tais sentimentos só foram percebidos com o passar do tempo e de maneira parcial, pois a experimentação de novas situações institucionais como a ocorrência de motins, o homicídio de um monitor por um adolescente amotinado, as agressões e homicídios de adolescentes por outros adolescentes e a precariedade do atendimento prestado aos internos me estimularam a refletir sobre a complexidade do funcionamento da unidade “A” do CSE.

Um dos elementos desta complexidade diz respeito aos interesses, nem sempre convergentes dos diferentes agentes envolvidos no atendimento aos adolescentes infratores internados na instituição. Nos últimos 12 anos tenho tido a oportunidade de acompanhar, de maneira geral, como se manifestam tais interesses pelos principais atores envolvidos no atendimento dos adolescentes privados de liberdade: gestores; partidos políticos; trabalhadores; e organizações da sociedade civil. No que segue detalharei características da presença destes atores no cotidiano da instituição.

Em outra pesquisa¹ identifiquei que desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no período 1998-2008 nenhum governante, independentemente, da posição partidária implementou uma proposta sócio-pedagógica e profissionalizante consistente, capaz de promover alterações significativas nos valores e nos comportamentos dos internos de maneira a inseri-los ou a reinseri-los dignamente na sociedade. Talvez isto ajude a entender a grande reincidência dos internos no sistema e também o elevado número de internos que, após cumprirem suas medidas ou morrem em disputas no crime ou são presos e passam a ocupar os presídios como adultos. Neste período, os projetos sócio-pedagógicos e profissionalizantes realizados se caracterizam pela descontinuidade, pela baixa abrangência no número de internos e pelo oferecimento de atividades desconectadas das exigências do mercado de trabalho da sociedade moderna.

Diante disto, é possível perceber na atuação dos gestores a preocupação com a situação dos adolescentes internados é com a não ocorrência de motins ou rebeliões dos internos no interior das unidades². A tendência diante desta possibilidade é a adoção de medidas capazes de aumentar a segurança interna das unidades e manter o controle disciplinar sobre os internos. Por isso, no período de 1998 a 2008 os gestores recorreram ao auxílio dos serviços dos agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado e do apoio operacional dos soldados da Brigada Militar para controlar os momentos de instabilidade institucional. Além disso, a contratação de monitores também é uma medida utilizada com vistas ao reforço na segurança das unidades.

Os partidos políticos de modo geral demonstram interesse na gestão da FASERS. A dimensão da instituição representa um bom espaço político para colocação do pessoal partidário nos cargos de confiança na gestão da fundação e das unidades de internação. O resultado desta prática de ocupação dos cargos de confiança nos postos de comando da fundação é a desqualificação na gestão e no atendimento prestado aos internos, uma vez que os ocupantes dos cargos não

¹ CORDEIRO, Jair Silveira. *Capacitação profissional: ação sócio-pedagógica implementada pela FASERS como efetivação dos direitos dos adolescentes infratores privados de liberdade*. Monografia [Graduação em Direito]. Faculdade Direito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

² Tais situações além de causarem grande repercussão, pois expõem as políticas ineficazes utilizadas no atendimento aos adolescentes, podem gerar resultados negativos nos pleitos eleitorais, devido à grande exploração política e midiática a estas ocorrências.

possuem experiência profissional na área, mas apenas credenciais partidárias. Para Robert Michels os partidos políticos modernos caracterizam-se pela grande centralização e burocratização das suas estruturas e seus integrantes aplicam todos os esforços para consolidar posições e acumular capitais³. Por isso, entre os membros do partido do governo e o Estado passou a existir uma complexa rede de interesses materiais e morais que se concretiza na ocupação dos cargos em comissão existentes nos órgãos estatais.

Os trabalhadores, principalmente os monitores executam o atendimento diário aos internos. Eles não são meros reféns do comando institucional e da atuação dos internos, mas também constroem estratégias de ação para interagirem com os gestores e para o atendimento necessário aos internos no interior das unidades. Nos momentos em que surgem problemas relacionados a sindicâncias, transferências, afastamentos por maus-tratos a internos ou por agressões sofridas pelos internos recorrem ao sindicato para fazer frente ao que vivem como pressões, perseguições, e abusos de poder por parte da administração. Além disso, também acionam canais informais de resolução dos problemas funcionais, como: a ação de grupos corporativos de interesses e as redes pessoais de amizade.

No que se refere ao atendimento aos adolescentes o vínculo é o elemento que permite a aproximação e o conhecimento das suas características e necessidades. Ele torna possível a realização de um atendimento que supra minimamente as necessidades dos internos. Do ponto de vista destes profissionais a ausência de investimentos em projetos sócio-educativos e o déficit de psicólogos e assistentes sociais como suporte ao atendimento inviabilizam a execução de um trabalho capaz de proporcionar a reinserção cidadã dos internos. A partir disto podemos considerar que o vínculo estabelecido entre os trabalhadores e os internos é o principal fator capaz de garantir a estabilidade institucional das unidades.

O acesso das organizações da sociedade civil ao sistema de atendimento aos adolescentes infratores normalmente acontece quando o Governo do Estado contrata a realização de algum tipo de atividade profissional ou recreativa. Nestes momentos organizações, como Senac, Pão dos Pobres, Instituto Calábria, entre

³ MICHELS, Robert. As tendências burocráticas das organizações partidárias: In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979, v. 2, p. 85-86.

outras, são autorizadas mediante acordos e licitações a realizarem tais atividades. De acordo com a outra pesquisa que realizei⁴ identifiquei que os principais problemas relativos a estas parcerias são a falta de continuidade das atividades e o descontrole na qualidade e na aquisição do conhecimento pelos internos. Disto decorre a crítica de que produzem apenas a mera distribuição de certificação aos adolescentes.

Neste sentido, considero de fundamental importância que durante a elaboração e a execução das propostas sócio-pedagógicas aos adolescentes internados suas práticas sociais e a “experiência” adquirida durante a internação sejam levadas em consideração. Creio que desta forma os projetos elaborados corresponderão mais fielmente às necessidades e aos anseios dos internos. Por isto, é com a compreensão das práticas sociais que caracterizam o cotidiano dos adolescentes que este estudo busca, modestamente, colaborar.

Com esta intenção, através da etnografia busco trazer à luz aspectos da vida institucional dos adolescentes internados sem desconstituir o caráter ambivalente da disciplina antropológica que oscila entre os campos da ciência e da política:

Uma disciplina que traz luz ao entendimento de formas sociais diversas, mas que tem como ferramenta metodológica o relativismo- isto é, destituir de julgamento de valor os valores imbuídos em outras formas sociais para que se possa compreendê-las – e, mesmo assim, ambiciona ser científica – isto é, produzir um conhecimento que se aproxime da verdade-, não poderia deixar de oscilar de forma ambígua entre os domínios da ciência e da política.⁵

Neste estudo parto do pressuposto que a antropologia hoje vai além do que propunha Bronislaw Malinowski sobre o entendimento do outro através do seu próprio olhar, e partilho do entendimento das antropólogas acima citadas que consideram que a antropologia deva ser realizada a partir de uma dupla combinação de análises: de um lado, utilizando as categorias e os significados do nativo- análise

⁴ CORDEIRO, Jair Silveira. *Capacitação profissional: ação sócio-pedagógica implementada pela FASERS como efetivação dos direitos dos adolescentes infratores privados de liberdade*. Monografia [Graduação em Direito]. Faculdade Direito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

⁵ FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice, FLEISCHER, Soraya. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 24.

êmica-; e de outro lado, servindo-se das categorias e dos conceitos desenvolvidos no âmbito da antropologia social- análise ética⁶.

Atualmente esta ambivalência abre novos espaços de atuação profissional para os antropólogos que deixam de fazer antropologia apenas nos meios universitários e passam a realizar suas atividades em ONGs, instituições públicas e privadas. Tal fato faz aflorar a questão política, ética e do engajamento do antropólogo sobre os temas estudados. Identificar até que ponto o antropólogo faz “antropologia pela antropologia” de forma imparcial e isenta torna-se a questão central sobre o fazer antropológico. Diante disto, considero que não há espaço ao fazer antropológico dissociado ou isento do posicionamento político e ético do antropólogo. A superação deste dilema está associada ao aumento da participação antropológica em causas e instituições de intervenções sociais. De acordo com Márcio de Azeredo Pereira não há mais como ignorar tal situação:

(...) ao antropólogo, neste sentido, parece não mais caber uma postura de isenção e renúncia ao jogo social, já que este silêncio acaba dando lugar a outras vozes que, não raro, são as do etnocentrismo e da violência em todos os seus sentidos⁷.

Meu primeiro contato com os conceitos antropológicos se deu através da realização da disciplina curricular de antropologia cultural no curso de história. Neste momento pude ter as primeiras noções sobre etnocentrismo, observação participante, relativismo, alteridade. À época o curso de história me permitia compreender como se processaram os aspectos políticos, econômicos e sociais de maneira estrutural, homogênea e uniforme e a curiosidade sobre os aspectos conjunturais e as alteridades existentes dentro da macro-estrutura me conduziram, mais tarde, a realização de uma especialização sobre elaboração de projetos sociais e culturais ligado ao departamento de antropologia de uma universidade de Porto Alegre. Pude assim compreender que debaixo do “guarda-chuva estrutural” da sociedade existem diferentes formas de organizações sociais que possuem diversos modos de ver, sentir

⁶ MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1990. (Os Pensadores).

⁷ PEREIRA, Marcio de Azeredo. Quem traduz o antropólogo? Considerações sobre o uso da antropologia enquanto técnica: In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice, FLEISCHER, Soraya. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 43.

e viver o mundo em que estão inseridas. Diante disto, tirei a primeira lição dos mestres antropólogos: a solução dos problemas sociais das diferentes comunidades passa pela compreensão do olhar e pela escuta das populações atingidas por tais problemas.

A aquisição destes conhecimentos acadêmicos ocorreu concomitantemente com a minha atuação profissional como monitor em uma das unidades de internação da FASERS. Cotidianamente, me confrontei com constantes estranhamentos em relação aos valores, a visão de mundo dos adolescentes internados, bem como as suas formas de organização e convivência dentro da unidade. Outro estranhamento que tive foi saber como e porque esta população destinatária das políticas públicas do Governo do Estado não é ouvida ou ao menos, melhor compreendida na elaboração e execução destas políticas como ensinavam os mestres antropólogos com quem tive aulas.

A percepção e o entendimento de que na instituição prevalecem os diferentes interesses particulares dos diversos atores sociais envolvidos na gestão e execução da política pública sobre o primordial interesse e função institucional de fazer valer os direitos dos adolescentes ali internados me fizeram compreender que antes da implementação de qualquer política pública de intervenção sobre esta população deve-se olhar, ouvir e entender como ela interage e interpreta o contexto em que vivem para assim formular ações que correspondam às necessidades e as demandas dos jovens internados.

Em vista disto, me atrevi a realizar tal estudo de maneira a buscar uma melhor compreensão dos valores e das formas de interação dos adolescentes durante a internação desejando que o resultado deste estudo possa servir de subsídio para formulação de projetos sócio-pedagógicos que satisfaçam melhor aos interesses e as necessidades dos internos.

O processo para realização do estudo não foi fácil; duas barreiras tiveram de ser superadas:

1^a: a autorização pela direção da FASERS para realização da pesquisa que só se deu após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS; a superação desta barreira ocorreu após readequação do projeto o qual foi

acompanhado das autorizações dos adolescentes internados, do diretor da unidade e do presidente da fundação para realização da pesquisa.

2ª: refere-se à questão metodológica e ética sobre o lugar ocupado por mim como pesquisador e ao mesmo tempo servidor da fundação. Considero importante ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida de forma concomitante a realização das minhas funções de monitor da unidade. Para realizá-la não me licenciei das minhas atividades profissionais por acreditar que isto não traria melhores condições de pesquisa. Estar inserido institucionalmente durante a pesquisa me possibilitou vivenciar situações e fatos de maneira mais ampla e abrangente. A presença de pessoas na unidade de forma eventual e esporádica, mesmo pertencente ao ambiente como eu causa impacto nos comportamentos tanto dos colegas monitores quanto dos adolescentes e isto poderia “mascarar” algum comportamento importante para o estudo. O diário de campo foi realizado nos intervalos ou “fugas” do expediente para assinalar algo importante e relevante para a pesquisa. Acredito que o procedimento adotado foi o que melhor contribuiu para o resultado da pesquisa, pois entendo que a diferença essencial entre a função de monitor e a função do antropólogo é que o monitor observa, ouve, olha e interage com o objeto de trabalho (o interno) com o objetivo de intervir e realizar o atendimento exigido institucionalmente, portanto, a intervenção é imediata. Já o antropólogo observa, ouve, enxerga e interage com o objeto de estudo para a formulação de conhecimento e de inúmeras digressões que possam ser utilizadas como subsídio para posterior intervenção ou não, dele próprio ou de terceiros.

Tais experiências profissionais/pessoais e a busca de formação em nível de pós-graduação me conduziram a leitura de autores, como Erving Goffmann, Michael Foucault, Sherry B. Ortner, Claudia Fonseca e Gilberto Velho cujas análises serão suporte para este estudo.

1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA

Neste trabalho, a partir da observação do cotidiano das interações sociais dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação numa unidade da

FASERS, pretendo focar diferentes situações de sociabilidade vividas pelos adolescentes, tais como: recebimento de visitas; participação em eventos comemorativos na unidade; relações de solidariedade, troca e violência, práticas esportivas e culturais para responder aos seguintes questionamentos:

- 1) Durante o período de internação os adolescentes constroem ou não um código de conduta e honra próprio? Quais as características deste código?
- 2) Que tipo de sociabilidade os internos estabelecem com os monitores?
- 3) Como os adolescentes se agregam em grupos e quais posições sociais assumem durante a internação?

Neste sentido, este estudo tem os seguintes objetivos:

- a) Identificar a constituição de um código de conduta e honra entre os adolescentes durante a internação na unidade;
- b) Identificar os interesses que motivam as ações dos adolescentes e dos monitores e analisar as estratégias de atuação destes para obtenção da satisfação dos seus interesses no interior da unidade de internação;
- c) Identificar e analisar algumas posições sociais assumidas pelos adolescentes no grupo de internos durante a internação.

1.3 HIPÓTESE DE PESQUISA

Minha principal hipótese de trabalho é de que os adolescentes privados de liberdade na unidade “A” do CSE da FASERS vivenciam o cotidiano a partir de quatro dimensões. A primeira, se refere à constituição de um código de conduta e honra formado com base nas interações estabelecidas entre eles no interior da unidade. Tal código estabelece os limites de atuação comportamental para todos os internos e os auxilia na organização das suas vidas durante a internação.

A segunda dimensão do cotidiano dos adolescentes está associada ao cumprimento das regras e das rotinas institucionais. Desde que ingressam na

unidade são transmitidas a eles as rotinas, as normas e os horários referentes ao que podem ou não fazer na unidade. Fazer as refeições, cortar o cabelo, jogar futebol, assistir televisão são ações que só podem ser realizadas mediante a autorização e o acompanhamento dos monitores.

A terceira dimensão está relacionada às interações entre os adolescentes e os monitores. Ambos os agentes interagem com base em código de conduta claros e distintos (código de conduta dos internos e as normas institucionais para os monitores). A intensidade destas interações resulta em acordos e combinações entre adolescentes e monitores que tornam flexíveis os códigos de comportamentos originais e deixam o cotidiano institucional dinâmico, fluído e movimentado.

Por fim, a quarta dimensão está associada capacidade individual dos adolescentes em associarem-se em grupos e em agir de acordo com as suas intenções e os seus projetos pessoais objetivando a ocupação das posições existentes dentro do grupo de convivência da unidade.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE PROTEÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A observação participante foi à principal fonte de dados e o diário de campo o principal instrumento do registro das informações coletadas.

A análise das regras, normas e rotinas da unidade baseou-se também na coleta de dados em fontes primárias, como livros de ocorrências e regulamentos da unidade.

Para o resgate histórico da legislação e das políticas de atendimento à infância e a juventude no Brasil e no Rio Grande do Sul utilizei fontes bibliográficas secundárias, e ainda, como suporte teórico-conceitual obras dos autores que analisam temas relacionados com o assunto.

Participam da pesquisa vinte e três adolescentes privados de liberdade na unidade de atendimento denominada Comunidade Sócio-Educativa (CSE) na ala "A"

da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASERS), situada a rua jacuí s/nº, na Vila Cruzeiro do Sul em Porto Alegre.

Cabe ressaltar, que com o objetivo de resguardar os direitos constitucionais e infra-constitucionais dos adolescentes privados de liberdade a realização desta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS conforme Parecer nº 09/04675 de 31 de agosto de 2009. Além disso, as informações obtidas na pesquisa serão utilizadas estritamente para fins acadêmicos e científicos, de forma que:

- a) não será divulgada qualquer espécie de dado que possa permitir a identificação pessoal dos adolescentes internados na FASERS;
- b) na apresentação dos diálogos estabelecidos com os adolescentes que participam da pesquisa são utilizados nomes e mencionadas características fictícias com a intenção de impossibilitar a identificação dos mesmos;
- c) a realização da pesquisa de campo foi feita de forma a preservar a segurança e o bom andamento das rotinas da unidade a fim de evitar prejuízos e transtornos ao bom cumprimento das medidas por parte dos adolescentes;
- d) todos os vinte e três adolescentes participantes da pesquisa aceitaram participar, assinaram um termo de livre consentimento e tiveram conhecimento sobre a forma de participação, conforme previsto pelo Comitê de Ética da PUCRS.

Importa salientar, que o período de pesquisa foi de setembro de 2009 a janeiro de 2010 e o objeto de pesquisa foi escolhido pelos seguintes motivos:

1º Os internos da unidade estudada encontram-se numa das unidades mais “fechadas” do sistema de atendimento da FASERS. Isto nos faz presumir que as regras institucionais são bem definidas e, portanto, os comportamentos que fogem a regra podem ser melhores identificados;

2º Os adolescentes objetos da pesquisa provém de diferentes regiões de Porto Alegre e do estado, além de diferentes unidades do sistema. Considero tal elemento importante, pois tais diferenças tendem a tensionar os adolescentes para que estabeleçam um tipo de conduta aceitável por todos ou com quase todos dentro da unidade.

3º O grupo de internos estudados possuem uma vinculação institucional longa, acima de um ano, isto pressupõe uma maior assimilação individual das estratégias de interações no grupo e uma melhor expressão destas no convívio social.

Por fim, quero destacar que como profissional da fundação tenho consciência de que a tarefa acadêmica e a função profissional não se confundem, e aqui pretendo que sejam complementares. Além disso, considero importante salientar que durante a pesquisa de campo aconteceram movimentações dos adolescentes na unidade, sendo que ao final da pesquisa de campo, em janeiro de 2010, sete adolescentes que iniciaram na pesquisa saíram por transferência ou desligamento e outros nove ingressaram na unidade.

O estudo apresentado a seguir é composto por quatro momentos distintos, mas complementares.

Inicialmente, realizo uma reconstrução histórica sobre a política de atenção as crianças a aos adolescentes no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ressalto o aspecto jurídico e a criação das instituições de atendimento que implementaram as novas diretrizes políticas e jurídicas sobre a infância a adolescência. Além disso, caracterizo o perfil sócio-econômico da população objeto de nosso estudo, bem como a localização da unidade estudada.

No segundo momento, me volto ao cotidiano dos adolescentes privados de liberdade na unidade “A” do CSE da FASERS para identificar o significado atribuído por eles as suas práticas sociais e a constituição de um código de conduta e honra que os ajudam a organizar suas vidas no interior da unidade.

No terceiro momento, realizo a análise das formas de interação entre adolescentes e monitores. Ressalto que ambos os agentes atuam com base em regras e normas de conduta próprias (código de conduta e normas institucionais),

contudo, a intensidade do convívio diário entre os agentes possibilita ações negociadas através da construção de acordos e combinações que satisfazem seus diferentes interesses.

Por fim, no quarto momento identifico os elementos que auxiliam os internos a conviverem em grupos e analiso algumas posições sociais adotadas por internos perante o grupo durante a internação.

2 BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL

Este capítulo apresenta uma breve retrospectiva histórica da legislação e das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência no Brasil. Além disso, destaca o perfil da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS, a localização geográfica da unidade estudada, sua história, descrição física e as rotinas e normas institucionais destinadas aos adolescentes internados.

2.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A história das crianças e dos adolescentes no Brasil caracteriza-se por um processo de transformação jurídica e política referente às formas de ação das instituições brasileiras frente a esta categoria. Tais ações expressaram como a sociedade compreendeu a infância e a juventude classificando-as, de um lado, as de origem das famílias pobres, designadas de “menores” e de outro, os bem-nascidos oriundos das famílias privilegiadas economicamente, percebidas como crianças. Neste sentido, estudos históricos sobre esta categoria social focalizaram as análises nas crianças (menores) que necessitavam do aparato jurídico-assistencial para sobreviverem, já que as bem-nascidas tinham a sobrevivência, a educação e a profissionalização garantidas.

Durante o Brasil imperial a legislação referente à infância tinha dois objetivos: garantir o recolhimento das crianças órfãs e abandonadas e proporcionar educação as crianças pobres como forma de manutenção de ordem social.

A Igreja Católica baseada na ideologia cristã de amparo e assistência aos necessitados foi à principal instituição executora das normas estabelecidas nos decretos imperiais. De acordo com Irene Rizzini:

(...) percebe-se o penetrar da administração das instituições asilares religiosas na legislação através das alianças que se estabeleciam entre as

obras de caridade e o governo. A responsabilidade de zelar pelos expostos era nitidamente da igreja, que, para tanto, contara com subsídios provenientes dos cofres públicos⁸.

A partir de 1850 a legislação referente aos escravos e seus filhos ganharam maior espaço na agenda jurídica brasileira. A Lei nº 2.040 de setembro de 1871, conhecida como “lei do ventre livre” definiu serem “de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei”. Tal lei teve pouco impacto social, pois o senhor proprietário que criasse até aos 8 anos os filhos das escravas permaneciam com o direito de usufruir de seu trabalho até os 21 anos de idade ou entregá-lo ao Estado mediante recebimento de indenização. Contudo, esta lei constituiu-se num marco importante. A partir de então os temas relacionados às crianças deixam de ser tratados apenas no âmbito familiar e passam a ser responsabilidade do Estado.

As duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por profundas transformações econômicas, sociais e políticas e são representadas por manifestações sociais favoráveis a erradicação da escravatura, reorganização da mão-de-obra baseada no trabalho livre e por mudanças no tipo de regime político fundado no republicanismo.

Neste cenário consolidou-se uma crescente preocupação com a infância que passou a adquirir uma dimensão política calcada no “ideal republicano”. Tal preocupação deixou de ser sobre a importância das crianças para suas famílias e passou a ser a necessidade de intervenção sobre elas através de educação e de correção para transformá-las em cidadãos úteis e produtivos para a nação.

Nessa esteira, a formulação legislativa transformou-se no principal instrumento para resolução dos problemas enfrentados pela infância. Irene Rizzini ressalta que:

Embora predominasse por algum tempo o enfoque religioso e caritativo na ação de assistência a criança, o Brasil república terá na esfera jurídica o

⁸ RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Org.). *Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever – um histórico da legislação para a infância no Brasil*. Santa Ursula: Botafogo, 1995, p. 105.

principal catalisador da formulação do problema e da busca de solução para o mesmo⁹.

É neste contexto que foram editadas as primeiras leis sobre a criança e o adolescente no Brasil republicano como: o Decreto Lei de Assistência Social dos Menores Delinqüentes e Abandonados de 1923 e o Código de Mello Mattos de 1927 (Código de Menores).

À medida que se estrutura o aparato normativo as ações de caridade para a proteção das crianças e dos adolescentes, até então, realizadas por instituições religiosas e entidades privadas cedem lugar as ações governamentais.

De acordo com Virginia Beatriz Dias Correa, o Código de Menores estabelece que:

Os menores de 18 anos, que não tinham onde morar, que não tinham pais ou responsáveis ou que morassem com pessoas que não praticavam a boa moral e os bons costumes, que tinham sido vítimas de maus-tratos, que se encontrassem praticando atos de vadiagem, que fossem pedintes e, entre outras praticas, que não exercitassem uma boa conduta, como pertencentes a uma única categoria: os menores abandonados¹⁰.

O novo direito criou a categoria do “menor” e se caracterizou por unificar duas situações sociais distintas- abandono e delinqüência- e ainda, distinguiu as crianças enquadradas na categoria “menor” como as oriundas das famílias pobres das que são oriundas das famílias privilegiadas economicamente.

Patrice Schuch e Marta Denise da Rosa Jardim ao citarem Alvim e Valladares expressaram bem o conceito que fundamenta o novo código: “Este Código expressa a necessidade de leis particulares para os filhos das camadas pobres, como se

⁹ RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTI, Francisco (Org). *Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever – um histórico da legislação para a infância no Brasil*. Santa Ursula: Botafogo, 1995, p. 111.

¹⁰ CORREA, Virginia Beatriz Dias. *Ressocializar ou manter a ordem social: dilema entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade*. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 22.

houvesse duas justiças, separando a infância pobre da infância dos demais segmentos sociais”¹¹.

Após esta primeira ação estatal a tutela sobre a infância e a juventude tem nova intervenção no Governo Vargas. Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) que teve como objetivo fiscalizar e coordenar as instituições de amparo e de reeducação das crianças e adolescentes. A criação deste órgão deu início à estruturação institucional da gestão das políticas públicas destinadas a esta camada social. Tal fato é bem expresso por Rochele Fellini Fachinetti que ressalta:

O SAM é o embrião da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) criada em 1964, como órgão gestor da política nacional do bem-estar do menor e que mais tarde dá origem à FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que passa a atuar como órgão executor dessa política em âmbito estadual¹².

Esta estrutura consolidou-se em 1979, com a criação do Código de Menores, Lei nº 6.697, que inserido no contexto da doutrina da segurança nacional, princípio norteador dos governos militares, definiu o menor em situação irregular pelo distanciamento destes dos padrões sociais estabelecidos. Agora, as crianças e adolescentes que se encontram na pobreza, abandono, carência ou cometendo infração penal passam a ser enquadradas em situação irregular.

A nova lei repercutiu substancialmente, de um lado, a categoria “menor” passou a incluir tanto crianças e adolescentes pobres, abandonados e carentes quanto os autores de ato infracional estabelecendo um mesmo tipo de tutela legal e de política pública de atendimento; de outro, definiu que os “menores” passaram a ter a salvaguarda legal apenas quando se encontrassem em estado de marginalidade social e associados como membros de famílias pobres do Brasil. Tal categorização é bem expressa por João Batista Costa Saraiva que considera que:

¹¹ ALVIM, Maria R. B.; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: BIB, Rio de Janeiro: Vértice, n. 26, 1988, apud SCHUCH, Patrice; JARDIM, Marta Denise da Rosa. *Considerações sobre a história do atendimento à infância e à juventude no RS*. Texto circulação interna. Assessoria de Planejamento e Pesquisa. FEBEM/RS, Porto Alegre, 1999, p. 2.

¹² FACHINETTO, Rochele Fellini. *A “casa de bonecas”*: um estudo de caso sobre a Unidade de Atendimento Sócio-Educativo Feminino no RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 118.

“Os menores só se tornam interesse do direito quando apresentam uma patologia social”¹³.

A doutrina da situação irregular contida na nova legislação, em alguns casos, pode representar maior desproteção, ao invés de proteção as crianças e adolescentes, pois o fato de serem inimputáveis penalmente acabou por não garantir-lhes as mesmas garantias que os adultos possuem já que a privação da liberdade dependia da “situação de risco” em que se encontravam e não da gravidade do ato cometido.

O fim da década de 1980 marcou o declínio dos sucessivos governos militares e o crescente clamor social e político pela abertura democrática no país. Diferentes setores da sociedade mobilizam-se e buscam pautar suas demandas. Segmentos ligados as lutas pelos direitos da criança e do adolescente como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Igreja Católica organizaram-se e passaram a influenciar nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Ao mesmo tempo foi reacesa a preocupação internacional sobre a proteção integral à criança e ao adolescente que é expressa na Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (Pacto São José, 1969); nas regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores (Regras de Beijing de 1985); nas Regras das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade de 1990 e nas Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil de 1990. Estes documentos constituem a base para criação da doutrina de proteção integral por considerarem que toda criança tem direito as medidas de proteção por parte da família, da sociedade e do Estado.

Diante deste contexto favorável, os movimentos sociais brasileiros garantiram a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal que estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à

¹³ SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 52.

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão¹⁴.

O artigo 228 da Constituição Federal definiu a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos, devendo estes responder com base numa legislação específica. Tal artigo conduziu o poder legislativo nacional, pressionado por entidades da sociedade civil, a elaborar em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, consolidando a doutrina da proteção integral.

O ECA estabeleceu três eixos de abrangência: referente aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes; as diretrizes das políticas de atendimento, os conselhos tutelares, a justiça da infância e juventude; e a definição das formas de apuração dos atos infracionais atribuídos aos adolescentes.

A inimputabilidade penal do adolescente não pode ser confundida com impunidade, como frequentemente é interpretada por setores da sociedade, operadores do direito e intelectuais. Ao contrário, o ECA consolidou um direito penal juvenil, fundamentado no pressuposto de responsabilidade, pois quando um adolescente comete um ato infracional recebe uma sanção específica e proporcional ao delito como forma de punição. Neste sentido, João Batista Costa Saraiva e Mário Volpi, afirmam:

A circunstância de o adolescente não responder por seus atos perante a corte penal não o faz irresponsável. Ao contrário do que sofisticamente e erroneamente se propaga, o sistema legal implantado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente faz estes jovens, entre 12 e 18 anos, sujeitos de direitos e de responsabilidades e, em caso de infração, prevê medidas sócio-educativas, inclusive privativa de liberdade¹⁵.

O Estatuto apresentou um novo paradigma legal e teórico para as questões ligadas à infância e juventude no Brasil. Na mesma medida que apresentou novas categorias, como: “sujeitos de direitos”; “proteção integral”, também, previu políticas de atendimento específicas para os carentes, abandonados e infratores. Contrariando o Código de Menores o ECA destina-se a todas as crianças e adolescentes e não somente aos filhos dos pobres do Brasil.

¹⁴ VADE MECUM. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 70.

¹⁵ SARAIVA, João Batista Costa; VOLPI, Mário. *Adolescentes privados de liberdade. A normatividade nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal*. Organizador: Rolf Júnior Koemer. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988, p. 157.

2.2 ASPECTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Na História do Brasil as políticas públicas destinadas à infância e à juventude foram marcadas por quatro momentos diferentes e importantes.

A primeira fase iniciou-se em meados da década de 70 do século XIX até o início do século XX. As principais características são as ações filantrópicas caritativas realizadas por indivíduos e grupos religiosos, principalmente o católico. Uma das primeiras ações neste sentido ocorre na Bahia, em 1726, com a criação pela Santa Casa da Primeira Roda dos Expostos cujo objetivo era acolher bebês abandonados pelas mães.

Em 1837, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS também implanta a Roda dos Expostos nos mesmos moldes da Santa Casa da Bahia.

Patrice Schuch e Marta Denise da Rosa Jardim descreveram o tipo de atendimento recebido pelas crianças na época:

Chamava-se assim, pois as crianças eram colocadas dentro de uma roda de madeira. O bebê era recolhido pela porteira. As crianças eram entregues para amas de leite ou criadeiras pagas que ficavam com as meninas até os 8 anos de idade e com os meninos até os 7 anos. Chegada essa idade as meninas auxiliavam na Santa Casa e preparavam-se para o casamento. Os meninos eram enviados ao arsenal de guerra¹⁶.

Este instrumento habilita as amas de leite a fazerem a doação dos meninos que completam a idade estipulada ao serviço militar em troca de liberação dos seus filhos sanguíneos na realização deste serviço.

O segundo momento teve início nas primeiras décadas do século XX e perdurou até a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964, caracterizou-se pelas primeiras atuações do Estado tanto no âmbito da

¹⁶ SCHUCH, Patrice; JARDIM, Marta Denise da Rosa. *Considerações sobre a história do atendimento à infância e à juventude no RS*. Texto de Circulação Interna. Assessoria de Planejamento e Pesquisa. FEBEM/RS. Porto Alegre, 1999, p. 2.

união quanto dos estados regionais na implementação de programas e equipamentos de atenção a infância e a juventude.

O Serviço de Proteção as crianças abandonadas e as consideradas delinqüentes foi criado em 1921, tinha como objetivo manter a ordem social e encaminhar crianças pobres e abandonadas às medidas preventivas.

Virginia Beatriz Dias Correa ressalta o pensamento das elites sociais, jurídicas e políticas da época, e observa:

[...] o pensamento dominante era o de que as crianças deveriam ser retiradas das ruas para ficarem submetidas as medidas preventivas de correção, pois, caso contrário, elas desenvolveriam uma conduta perigosa para a sociedade. O discurso baseava-se na idéia de que a criança e o adolescente em situação de pobreza e abandono trariam futuros problemas para a ordem da sociedade¹⁷

É este pensamento das elites sociais e a prática policial em relação à infância e a juventude no Brasil que consolida a representação social do menor como indivíduo de pouca idade, pobre, abandonado ou praticante de atos de vadiagem ou delinqüência contra a sociedade. Esta identidade estigmatizada do “menor” não foi construída apenas pela imposição e designação legal, mas também através das interações entre a polícia e estes “menores”.

Nas primeiras décadas do século XX era a polícia e não o poder judiciário que intervinha recolhendo, determinando e aplicando medidas punitivas aos “menores” que violavam as leis e a moral de então.

A atuação policial neste período deve ser pensada para além dos dispositivos legais, mas sim desempenhando importante função na reinvenção das diferenças legalmente negadas. Adriana de Resende B. Vianna sintetiza o papel desempenhado pela polícia neste momento histórico brasileiro: “(...) o papel da polícia na nossa sociedade não pode ser deduzido da legislação, mas deve ser

¹⁷ CORREA, Virginia Beatriz Dias. *Ressocializar ou manter a ordem social: dilema entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade*. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 37.

compreendido a partir de uma sistemática própria, por um lado, e de um processo mais amplo de construção de desigualdades políticas”¹⁸.

Associada a atuação policial, a ação do Serviço de Proteção Estatal resultou na marginalização da população atendida, pois tinham como objetivo apenas a manutenção da ordem social e não a produção de mecanismos capazes de incluí-las socialmente.

A criação do Código de Menores, em 1927, baseou-se na idéia de coerção, recuperação, disciplina e assistência. Tais elementos fundamentaram teoricamente a criação das organizações estatais de atendimento as crianças e adolescentes. Assim, em novembro de 1941 através do Decreto-lei nº 9.744 foi instituído o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que teve como finalidade organizar os serviços de assistência, elaborar estudos e efetivar o tratamento aos menores. No Rio Grande do Sul, em 1945 foi criado o Serviço Social do Menor (SESME) que representou uma extensão da política de atendimento desenvolvida pelo SAM.

A partir do golpe militar de 1964 “a questão” da infância e da juventude foi encarada como questão de “segurança nacional”.

No âmbito federal a Lei nº 4.513/64 que tratou da política nacional do bem-estar ao menor instituiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que passou a centralizar e a articular as políticas de atendimento à infância e juventude, juntamente com as fundações estaduais de bem-estar ao menor que executavam as políticas no âmbito estadual. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, o SAM foi extinto e instituído o Departamento de Assistência Social (DEPAS).

Este fato representou o terceiro período das políticas públicas de atenção à infância e juventude e perdurou até a promulgação do ECA. A finalidade da FUNABEM foi proporcionar saúde, educação e segurança, contudo, seu objetivo não se consolidou, pois funcionando com uma base ideológica, paternalista e autoritária deu continuidade ao atendimento que marginalizou as crianças pobres e abandonadas ao invés de reinseri-las socialmente. Baseada na tese da “segurança nacional” a FUNABEM transformou-se numa instituição que intensificou a

¹⁸ VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha - polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 40.

desagregação social. De acordo com Virginia Beatriz Dias Correa “Essa política [...] criou uma instituição para desajustados e ‘delinqüentes’ com a justificativa da manutenção da ordem social”¹⁹.

No Rio Grande do Sul a FEBEM foi criada em 1969, pela Lei nº 5.747/69 e começou a funcionar em 1970. Teve como objetivo propor e executar política de assistência aos menores carentes e efetivar as decisões do juizado de menores aos “menores infratores”. Logo no início a instituição contou com dezesseis unidades de atendimento e atendeu crianças e adolescentes de diferentes perfis desde menores infratores a deficientes mentais.

A quarta fase das políticas de atendimento iniciou-se com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em outubro de 1990 e perdura até hoje. A nova lei apresentou conceitos diferentes das leis anteriores e representou para muitos atores envolvidos com a questão um novo paradigma legal e de atendimento das instituições do sistema público. Com base na doutrina da proteção integral o ECA foi estruturado em três sistemas de garantias: o sistema primário, secundário e terciário. De acordo com João Batista Costa Saraiva estes sistemas se caracterizam da seguinte forma:

- a) o sistema primário, que dá contas das políticas públicas de atendimento a criança e adolescentes (especificamente os arts. 4º e 85/87);
- b) o sistema secundário que trata das medidas de proteção dirigidas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, não autores de atos infracionais [...];
- c) o sistema terciário, que trata das medidas sócio-educativas, aplicáveis a adolescentes em conflito com a lei, autores de atos infracionais [...]²⁰.

Assim, o ECA passou a representar para todos os atores sociais envolvidos na problemática da infância e juventude dois grandes desafios, quais sejam: modificar as estruturas e as formas de atendimento; e produzir políticas públicas capazes de incluir socialmente tanto crianças e adolescentes carentes e abandonados quanto os infratores.

¹⁹ CORREA, Virginia Beatriz Dias. *Ressocializar ou manter a ordem social: dilema entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade*. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 38.

²⁰ SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre responsabilidade penal juvenil*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 62-63.

No Rio Grande do Sul os primeiros anos da década de 90 foram marcados por mudanças no sistema judiciário através da implementação do Juizado da Infância e Juventude, em Porto Alegre, e nas nove comarcas sedes regionais no interior do estado: Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Uruguaiana, Santa Maria, Pelotas, Santo Ângelo, Santa Cruz, Passo Fundo e Osório.

Ao mesmo tempo a FEBEMRS deu início ao reordenamento institucional. As unidades especializaram o atendimento e passaram a atender exclusivamente, de um lado, os adolescentes autores de ato infracional, encaminhados pelo juiz da infância e juventude, e de outro, as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos conselhos tutelares ou pelo juizado, conforme prevê o ECA. Além disso, a fundação iniciou o processo de regionalização do atendimento ao adolescente infrator inaugurando seis unidades de atendimento nas comarcas sede do interior do estado. Concomitantemente os abrigos de atendimento as crianças e adolescentes são, em sua maioria, municipalizados e as grandes unidades foram substituídas pelas pequenas casas lares.

A promulgação do ECA foi difundida para todos os atores e instituições envolvidos com a infância e juventude como uma ruptura com o modelo de atendimento vigente até então. A criação dos conselhos tutelares, dos conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e da adolescência, bem como a regionalização dos juizados pelo interior do Rio Grande do Sul e a definição legal do papel da FEBEMRS na implantação e manutenção dos equipamentos destinados a execução das medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade caracterizaram o alicerce do novo modelo de atendimento.

A municipalização do atendimento e a exigência de separação dos locais de atendimento destinados aos adolescentes infratores das crianças e adolescentes em situação de risco, previstas no Estatuto constituíram a matriz legal para a realização do reordenamento institucional no Brasil.

O ECA estabeleceu expressamente atendimento especializado às exigências de uma criança e aos adolescentes. Por isso, no Rio Grande do Sul, em maio de 2002 foi assinada a Lei nº 11.800 que estabeleceu a FEBEMRS como a instituição pública destinada a atender exclusivamente os adolescentes autores de atos

infracionais a partir das diretrizes do programa de execução de medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade (PEMSEIS), elaborado pela diretoria sócio-educativa da fundação. A mesma lei criou a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERS) destinada ao atendimento exclusivo das crianças e dos adolescentes ditos abandonados, carentes ou portadores de necessidades especiais.

Para Claudia Fonseca e Andrea Cardarello estas alterações legislativas ao invés de resultarem mudanças positivas e significativas no interior das unidades de internação acabaram por produzir efeitos não previstos pelas “boas intenções” dos legisladores. O período de vigência do ECA foi acompanhado de grande escalada de violência em algumas unidades de internação da antiga FEBEMRS, caso do Instituto Central de Menores e do Instituto Juvenil Masculino. Devido as mudanças legais a institucionalização passou a ser atribuída apenas aos adolescentes autores de delitos mais graves que ficam mais tempo internados, aos autores de delitos leves medidas mais brandas passaram a ser atribuída, como: advertência, liberdade assistida, entre outras. Associado a isto, a taxa de fuga foi reduzida consideravelmente a partir de uma reorganização da rede de atendimento que reservou as unidades de maior contenção ICM e IJM para a recepção dos adolescentes com delitos mais graves contra a pessoa, permanecendo os autores de crimes contra o patrimônio distribuídos pelas outras unidades. Além disso, a lotação das unidades permanecia, embora em menor grau e com um tipo diferente, pois a desinstitucionalização dos jovens não autores de delitos e a concentração de internações de infratores mais “pesados” podendo permanecer até três anos no sistema geraram profundas modificações no interior das unidades de atendimento e se transformaram nos ingredientes causadores da grande instabilidade institucional dos anos 1997 a 2000 que se caracterizou pelos constantes motins e mortes de internos e monitores²¹.

Em junho de 2002, o Decreto nº 41664 alterou a denominação da FEBEMRS que passou a se designar Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASERS).

²¹ FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 10, ano 5, p. 83-121, maio 1999.

Atualmente, a FASERS conta com treze unidades de atendimento em regime de internação, sendo seis em Porto Alegre e sete no interior nas cidades sedes de cada região no estado. Possui 986 adolescentes internados e está com uma população de 261 adolescentes acima do número de vagas disponíveis que é de 725²².

A unidade aqui estudada realiza o atendimento em cinco subunidades independentes, sendo quatro destinadas aos adolescentes em regime de internação e uma em regime de internação com possibilidade de atividade externa. A subunidade “A” atende adolescentes de primeiro ingresso²³ oriundos de Porto Alegre e Novo Hamburgo; a subunidade “B” atende jovens adultos de 18 a 21 anos oriundos de todas as regiões do estado; às unidades “C” e “D” atendem adolescentes reincidentes de todas as regiões do estado; e a subunidade “E” atende adolescentes de Porto Alegre em regime de internação com possibilidade de atividade externa.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE SÓCIO-EDUCATIVA (CSE)²⁴

A Comunidade Sócio-Educativa foi construída em 1972 com a designação de Instituto Juvenil Masculino (IJM) durante a vigência do Código de Menores. Objetivava fazer a triagem dos adolescentes que se encontravam em situação irregular, definidas como: abandono, negligência, infração e perambulação, a fim de que fossem distribuídos entre as diferentes unidades de atendimento da FEBEMRS.

Em 1990, com o advento do ECA, o IJM passou a atender adolescentes na faixa etária entre 12 aos 21 anos, em cumprimento de medida sócio-educativa de internação sem possibilidade de atividade externa da grande Porto Alegre e do

²² RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. *Informações sobre o número de adolescentes internados na FASE/RS*. Disponível em: <www.tj.rs.gov.br/ijj>. Acesso em: 05 maio 2010.

²³ Adolescente de primeiro ingresso não significa “desconhecido” no sistema, pois ser primeiro ingresso equivale ao recebimento de apenas uma medida de internação pelo poder judiciário. O adolescente pode ser “primeiro ingresso” mesmo já tendo entrado e saído do sistema mais de uma vez, seja pela punição por não cumprimento das obrigações referentes à progressão de medida após internação ou pelo retorno pós-fuga.

²⁴ FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO RS. *Relatório de Atividades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do RS*. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do RS. Porto Alegre, 2001, p. 4-7.

interior do estado com delitos de média gravidade, especialmente delitos contra o patrimônio. Tais adolescentes eram distribuídos em quatro alas de acordo com a faixa etária, tipo físico e gravidade do delito²⁵.

Em 31 de julho de 1998 após a resolução do Conselho Superior de Justiça da Infância e Juventude (CONSJIJ) obrigou o IJM a alterar o perfil dos adolescentes atendidos, passando a atender adolescentes autores de delitos graves contra a pessoa com idade inferior a 18 anos.

A mudança do perfil dos adolescentes atendidos, associado à tentativa da administração fundacional de introduzir novas formas de gestão de atendimento junto aos adolescentes, acirrou as divergências entre os interesses dos diferentes agentes institucionais. Virgínia Beatriz expressa bem este cenário:

(...) a introdução de uma nova lógica administrativa provocou sérios embates entre a nova gestão e os setores que se sentiam ameaçados pelas novas diretrizes e pela presença de assessores externos que não pertenciam ao quadro funcional²⁶.

Tal situação gerou a perda do controle institucional da unidade e resultou na ocorrência de um motim em setembro de 1999, que causou a morte de um monitor, após o disparo de um revólver calibre 32 por um adolescente amotinado. Este revólver entrou na unidade através da ação da namorada de um dos internos que arremessou a arma por cima do muro.

O motim causou grande impacto na unidade e em todo o sistema de atendimento, pois o elevado número de afastamento de funcionários por licença saúde e a destruição das instalações da unidade forçaram a administração da fundação realocar os internos em outras unidades, remanejar pessoal e transferir o comando do CSE a servidores ligados diretamente a um órgão da Segurança Pública do Estado. Os agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários

²⁵ Cabe ressaltar, que existem outras lógicas de distribuição dos adolescentes nas diferentes unidades. Muitas vezes prevalece o critério político-administrativo sobre o critério técnico-jurídico sendo os fatores mais relevantes para a distribuição dos adolescentes nas unidades os interesses dos grupos funcionais e a capacidade de adaptação do adolescente a nova unidade.

²⁶ CORREA, Virginia Beatriz Dias. *Ressocializar ou manter a ordem social: dilema entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade*. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 48.

(SUSEPE) assumiram provisoriamente o comando do CSE. Tinham como objetivo fortalecer a segurança da unidade e retomar a disciplina dos internos. Até 31/12/1999 as unidades funcionaram a partir dos monitores do quadro da FEBEMRS no atendimento direto aos adolescentes com o apoio disciplinar dos agentes de segurança da SUSEPE nos momentos mais tensos nas unidades.

O início do ano de 2000 foi marcado pelo retorno dos servidores do quadro de atendimento exclusivo dos adolescentes. A retomada do controle institucional do CSE é interrompida pela ocorrência de um motim na Ala 2 no dia 04/2/2000 e de outro motim na Ala 1 no dia 05/02/2000. Os internos acessaram todos os setores e as unidades da casa causando grande destruição. Tal fato obrigou a administração da fundação a providenciar reformas estruturais nas cinco unidades do IJM durante os últimos dias de fevereiro e meados de julho do mesmo ano. Com a realização das obras os internos foram transferidos para o Presídio Modulado de Osório, órgão da SUSEPE, até então desocupado.

A reforma permitiu a extinção do IJM que foi reinaugurado com o nome de Comunidade Sócio-Educativa em julho de 2000. O prédio passou a funcionar com cinco subunidades de internação isoladas e independentes, sendo quatro para atender os adolescentes que cumprem medida de internação sem atividade externa com capacidade para atender cada uma 22 adolescentes; e uma para atender adolescentes que cumprem medida de internação com possibilidade de atividade externa com 28 vagas. A reforma alterou radicalmente a estrutura física do CSE. De acordo com o relatório de atividades da FEBEMRS do ano de 2000:

A concepção arquitetônica foi alterada de modo a transformar um espaço mínimo, em um espaço múltiplo com divisões internas que possibilitam o atendimento em pequenos grupos e também atende a critérios técnicos de segurança e habitabilidade. (...) os dormitórios são individuais, respeitando o princípio da individualidade do atendimento²⁷.

A compartimentação dos espaços e a possibilidade de realização dos atendimentos aos adolescentes em espaços múltiplos revelaram que o objetivo da

²⁷ FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO RS. *Relatório de Atividades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do RS*. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do RS. Porto Alegre, 2000, p. 17.

reforma era de viabilizar o atendimento mais individualizado e garantir mais segurança tanto aos adolescentes quanto aos agentes envolvidos no atendimento.

Contudo, tais intervenções administrativas não se mostraram eficazes para a garantia de um clima institucional estável na unidade “A”. Em agosto de 2000, pouco tempo depois do término da reforma e do retorno dos adolescentes às novas instalações ocorreu outro motim. Oito servidores foram feitos reféns; três sofreram agressões leves e três internos foram agredidos por outros amotinados. Após quatro horas de negociações encerrou-se o motim.

Em março de 2001, com o objetivo de acabar com o estigma da unidade “A” como um lugar marcado pela violência, rebeliões e motins, a FEBEMRS e o CONSJIJ decidiram reestruturar o perfil da clientela atendida fazendo a transferência dos internos para a unidade “B” e, a partir de então, passando a atender adolescentes de primeiro ingresso não reincidentes e com menos tempo de vínculo institucional, apesar de ainda permanecer com adolescentes que praticaram crimes contra o patrimônio e a pessoa.

As modificações implantadas na unidade permitiram à direção do CSE o investimento num outro tipo de atendimento aos internos, o qual foi baseado numa maior aproximação entre o corpo funcional, os internos e seus familiares. O diálogo foi usado como estratégia para solucionar as tensões institucionais. Além disso, a utilização de momentos de confraternização e de festividades em datas comemorativas como o dia das mães, dia dos pais, festas juninas, bem como as festas natalinas, de fim de ano e eventos esportivos foram instrumentos utilizados pelo corpo funcional como forma de criar um ambiente mais ameno e menos tenso na unidade.

A construção da nova identidade da unidade “A” sofreu um revés em agosto de 2004, quando quatro adolescentes agrediram três monitores e dois internos inimigos para obter o controle da ala. A ação rápida dos monitores do plantão e o apoio dos outros monitores das outras unidades contiveram a tentativa de motim. De acordo com o relato da monitora Antonia que estava de plantão no momento da ocorrência o susto foi grande e *“(...) os internos quase derrubaram a Casa, só não conseguiram porque o pessoal que estava de plantão naquela noite estava muito atento e por isto, conseguiram contornar a situação”*.

Após este trauma a unidade retomou a construção da sua nova identidade e com o passar do tempo se consolida como um espaço que valoriza o diálogo, o respeito às diferenças e a não violência como prática no atendimento aos adolescentes internados.

2.4 A INSERÇÃO DO CSE EM PORTO ALEGRE

O CSE e mais três unidades da FASERS situam-se no centro de um dos maiores complexos de vilas populares de Porto Alegre. Circundado pelos morros Santa Tereza e pelas Vilas Cruzeiro do Sul e Pedreira, o CSE representa a presença do Estado nesta região pobre da cidade através da execução da medida sócio-educativa de internação dos adolescentes autores de atos infracionais da própria região e, também, de outras áreas da cidade. A maior parte dos moradores da região reside em casas de madeira, com precárias condições de habitação. Por outro lado, algumas áreas do bairro e a rua de acesso ao CSE são ocupadas por casas de alvenaria e por prédios residenciais com boa infra-estrutura.

Recentemente, a direção do CSE viu-se diante de uma situação inusitada, pois um grupo de famílias de catadores de lixo desbravou o matagal existente ao redor do muro que cerca a unidade. O grupo ocupou a área para construir casas para morar, o que resultou em construções de precárias condições de habitabilidade, em razão da carência sócio-econômica daquela população.

A prática de atos delituosos na região é bastante comum. Tanto de dia quanto à noite é possível avistar nas esquinas traficantes de drogas negociando seus produtos. Muitas vezes, é audível de dentro da unidade a troca de tiros, possivelmente disparados pelas disputas das zonas de tráfico entre grupos rivais ou entre estes e a polícia.

Por outro lado, os moradores da região conservam seu ritmo de vida. Cotidianamente, trabalhadores esperam nas paradas dos ônibus o transporte coletivo para ir e voltar dos seus locais de trabalho; crianças e adolescentes movimentam-se pela região em direção as escolas; a presença de mães, pais ou

irmãos levando e buscando seus filhos menores nas creches comunitárias compõem o cenário das práticas sociais no cotidiano dos moradores do bairro.

2.5 O CAMINHO PARA UNIDADE “A” DO CSE

O acesso a unidade “A” do CSE só ocorre após a identificação de quem deseja entrar pelo guarda externo. Sem isso, o grande portão de ferro que completa o cercamento de tela da unidade não é aberto. A abertura do portão permite a visualização de quatro paredes de tijolos à vista com mais ou menos oito metros de altura que compõem os muros dos pátios das unidades “D” e “B” do CSE. Sobre as paredes uma grande estrutura metálica sustenta as telas de metal que formam a cobertura dos pátios. Tal cobertura tem como objetivo evitar a ocorrência de fatos semelhantes ao ocorrido em setembro de 1999, quando a entrada de uma arma por cima do muro gerou um motim e resultou na morte de um monitor e vários feridos. Alguns metros adiante é possível ter uma melhor dimensão da unidade, pois é possível visualizar as paredes do pátio da unidade “A” e também a fachada de entrada com a porta e as janelas das salas onde se realizam as funções administrativas. A cor bege clara envelhecida e as janelas com grades externas dos dormitórios dos internos que cumprem medida com atividade externa caracterizam a fachada do prédio.

O acesso à recepção do CSE se dá por uma porta de ferro cinza enferrujada. Logo à direita na recepção uma servidora controla a entrada e saída de todas as pessoas na casa. Este setor realiza entre outras tarefas, as ligações telefônicas externas dos internos e a recepção aos familiares nos dias de visita. No corredor a direita situa-se em um lado a sala de realização das funções administrativas dos servidores e dos internos, no outro lado deste corredor há dois banheiros que são utilizados para a revista dos familiares dos internos nos dias de visita.

Por outro lado, o corredor a esquerda da recepção dá acesso as três salas utilizadas pelo diretor e pelos assistentes de direção.

Mais a frente é possível constatar que da recepção à unidade “A” é necessário ultrapassar outro portão de ferro que tem a abertura e o fechamento monitorado por sistema eletrônico, o qual é controlado pela recepcionista. Esta acompanha com o auxílio de duas câmeras de TV do circuito interno de vigilância toda a movimentação das pessoas que circulam no local. Em seguida, é preciso subir uma escadaria de mais ou menos 30 degraus; na metade deste trajeto localiza-se a porta de entrada da unidade “E”. O término desta escadaria dá acesso a um saguão que fica em frente à sala dos psicólogos e assistentes sociais. Na continuidade há outro corredor que abriga em cada uma das suas extremidades um dormitório utilizado pelos internos que cumprem medida disciplinar na unidade de atendimento especial (UAE). Poucos metros à frente um grande saguão representa o centro operacional do atendimento prestado aos adolescentes no CSE. Este ambiente é circundado por salas em que se realizam os atendimentos aos internos. Tais atendimentos são realizados por membros da direção, médicos, psicólogos e assistentes sociais. Além das salas, o saguão contém dois banheiros para uso dos servidores e uma porta de acesso a (UAE) que possui onze dormitórios para atendimento dos internos em regime disciplinar. Há ainda, a enfermaria e ao lado desta a porta de acesso às escadas que conduzem a unidade “A”.

2.6 O INTERIOR DA UNIDADE “A” DO CSE

A entrada e saída de pessoas da unidade “A” é controlada através de uma porta de ferro maciça de cor verde, que possui apenas um visor para identificação de quem entra e sai da unidade. Logo após o ingresso no local, há uma grade de ferro, a qual pode ser identificada como uma gaiola²⁸, que separa a porta de acesso à unidade do saguão central desta. Em alguns momentos da rotina dos internos, estes têm acesso a ele. Na gaiola permanece um monitor responsável pela abertura e fechamento da porta, que é feita através de um cadeado. Entre outras tarefas, tal servidor responsabiliza-se pela realização do livro de ocorrências, pelas solicitações

²⁸ Gaiola é o termo utilizado por funcionários e adolescentes para designar o local que separa a porta de entrada e saída da unidade dos demais setores. Representa o local de maior vigilância da unidade, pois nas situações emergenciais o monitor responsável pelo setor é o único que tem acesso ao ambiente externo a unidade, e por isto, tem a possibilidade de solicitar apoio.

das ligações telefônicas internas e externas e pela guarda das cópias das chaves e das algemas da ala.

A passagem pela “gaiola” dá acesso ao saguão central da unidade que representa o núcleo central de toda operacionalização do atendimento aos adolescentes, possibilitando fácil acesso a todos os outros setores do interior da unidade. Neste espaço há sempre um monitor que faz o controle da circulação dos internos nos diferentes ambientes. No saguão à esquerda há um portão de barras de ferro que limita o acesso às quatro salas de aulas e de atividades. Tais salas são separadas do pátio de atividades por um corredor gradeado. Este pátio é formado por uma quadra de esportes que é cercada por muros de aproximadamente 8 metros de altura e coberta por uma tela metálica. Ao fundo do corredor há outro portão de ferro que limita a circulação dos internos entre o pátio e as salas de aula.

No saguão, à direita, há um corredor dividido por dois portões de barras de ferro que dão acesso ao refeitório. Este possui espaço para duas mesas com capacidade para uso simultâneo de doze adolescentes cada. Ao lado do corredor de acesso ao refeitório existe outro portão e dois lances de escada que separa a sala dos monitores do piso superior da unidade. Neste setor há outro saguão que dá acesso aos outros ambientes. À direita encontra-se o banheiro coletivo para uso dos adolescentes. À esquerda há duas grades que separam o saguão do corredor onde localizam-se os dormitórios dos internos. Em cada lado deste corredor há onze dormitórios, que são chamados de “brete”. Estes possuem aproximadamente três metros de comprimento por dois e meio de largura e três de altura. No interior de cada “brete” há uma cama e uma mesa de concreto. A ventilação se dá apenas pela entrada de ar pelo visor da porta de entrada e por uma pequena janela basculante que fica acima em uma das paredes do dormitório.

Michael Foucault, ao analisar as técnicas de controle dos indivíduos nas instituições de disciplinamento percebe que a organização do espaço e do tempo da vida dos internos permite uma clara definição do lugar de cada um e dos caminhos que podem trilhar. O tempo para a ocupação de cada espaço por cada um também é delimitado. A vigilância permanente dos corpos por um instrumento capaz de

chamar a atenção de todos pela função que desempenha é o modo mais efetivo de controle²⁹.

Para o autor, o melhor mecanismo de vigilância é o panóptico que:

Capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem³⁰.

O sistema de controle caracterizado por Foucault também se aplica as unidades de internação da FASERS, pois os adolescentes internados vivem uma rotina diária de atividades impostas pela instituição que delimita linearmente o tempo de cada um. Além disso, cada unidade possui pontos fixos de atendimento e vigilância realizado por um monitor responsável pelo local. É para este setor que convergem à atenção de todos durante as vinte e quatro horas do dia.

2.7 ROTINAS, NORMAS E SANÇÕES DISCIPLINARES

Os adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação na unidade “A” seguem um conjunto expresso de rotinas e normas exigidas pela instituição como um guia de comportamento que deve ser seguido por cada um. O descumprimento destas rotinas e normas pode resultar ao adolescente o recebimento de uma medida disciplinar aplicada pelo corpo funcional da fundação.

O cotidiano dos adolescentes é marcado por uma rígida rotina institucional que delimita o tempo e o espaço de sociabilidade. A instituição regula a vida dos internos em todos os seus aspectos desde o momento em que acordam até o horário do descanso à noite. O que fazer, como e quando realizar algo são determinados pela equipe funcional que lhes presta atendimento: assistir televisão, cortar cabelo, fazer a barba, realizar ligações telefônicas; receber visitas dos familiares; ir à escola; praticar atividades esportivas; ir ao banheiro e circular pelo

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁰ *Ibidem*, p. 164.

interior da unidade são ações que só acontecem sob o controle, autorização e acompanhamento dos monitores.

O atendimento prestado pelos monitores aos adolescentes é sempre realizado a partir da divisão do número total de internos em dois grupos formados pelos dormitórios pares e pelos dormitórios ímpares³¹.

O despertar dos adolescentes acontece às 8h da manhã. Após realizam a higiene pessoal no banheiro coletivo do piso superior e descem para o refeitório para tomarem café da manhã. Depois seguem para o pátio da unidade onde realizam atividades livres, tais como: assistir TV; jogar cartas, ping-pong ou futebol. Os internos matriculados na escola vão a aula e no intervalo entre uma aula e outra são autorizados a ir para o pátio realizarem atividades livres. Ao final do segundo período de aula estes internos passam para o pátio junto aos demais permanecendo até as 11h e 30min, momento em que é servido o almoço no refeitório.

Nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras são disponibilizadas três vagas para os adolescentes que queiram participar de atividades livres no computador.

O grupo de internos que permanece nos seus dormitórios pela manhã também são acordados às 8h para realizarem higiene pessoal e tomarem café da manhã nos dormitórios. Depois é liberado aos que solicitam lavagem de roupas nas pias do banheiro coletivo do piso superior. Após o almoço e o retorno aos dormitórios dos internos que realizaram atividades no pátio é o momento dos internos que permaneceram em seus dormitórios almoçarem. Descem para o

³¹ O atendimento dos adolescentes em dois grupos diferentes assim ocorre porque convencionou-se entre os monitores, técnicos e direção da unidade que as rotinas coletivas que envolvem o atendimento a todos os adolescentes da unidade num mesmo momento devem ser realizados a partir da divisão do número total de internos em dois grupos: adolescentes do grupo de dormitórios par e ímpar. Por isso, para a realização das atividades no pátio e para as refeições – almoço e janta- no refeitório o atendimento deve acontecer a um grupo de cada vez. Assim, por exemplo, num determinado dia pela manhã enquanto os adolescentes dos dormitórios pares têm atividades no pátio, o grupo de adolescentes dos dormitórios ímpares permanecem nos seus dormitórios. À tarde os internos do grupo de dormitórios ímpares têm atividades no pátio e os internos do grupo par permanecem em seus dormitórios. À noite voltam para atividades no pátio os adolescentes do grupo par, enquanto os do grupo ímpar permanecem nos dormitórios. No dia seguinte tal ordem inverte-se. (Cf. Pesquisa de campo realizada na unidade “A” do CSE no período de setembro a novembro de 2009. *Livros de Ocorrência*, n. 64, p. 8-24, n. 65, p. 30-47, n. 66, p. 70-93, 2009).

refeitório, almoçam e após higiene bucal e revista corporal³² retornam aos seus dormitórios. Com isso encerram-se as rotinas de atendimento por volta das 13h.

À tarde a rotina tem início às 14h. Descem para realizar atividades no pátio o grupo de internos que permaneceu nos dormitórios pela manhã. Permanecem no pátio até as 18h e 15min e neste período podem realizar as mesmas atividades realizadas pela manhã.

Neste período, os internos que realizaram atividades no pátio pela manhã, permanecem nos dormitórios. Tomam banho e fazem o lanche da tarde que é servido por volta das 15h e 30min a todos os internos.

Com o término das rotinas da tarde ocorre o retorno aos dormitórios dos adolescentes que estavam em atividades no pátio. Permanecem nos dormitórios até às 19h e 20min, momento de reinício das atividades.

À noite a janta é servida às 19h e 20min e primeiramente, jantam os internos que não terão atividades no pátio e permanecerão nos dormitórios. Com o retorno destes é liberado para o jantar e para atividades o outro grupo de adolescentes e enquanto estão no pátio assistem filme, jogam cartas e conversam em pequenos grupos. Aos internos que permanecem nos seus dormitórios a noite é momento para cada um tomar seu banho.

O encerramento das atividades acontece às 22h e 30min. É o momento em que todos os internos recolhem-se aos seus dormitórios. O horário de silêncio é às 23h e a partir de então, não é o mais permitido conversas entre os internos e não a mais disponibilização de fogo para que possam acender os cigarros.

Alguns eventos do cotidiano dos adolescentes não ocorrem diariamente. O corte de cabelo é realizado todas as segundas e terças-feiras à tarde no pátio.

A barbeação é realizada nas terças e sextas-feiras a tarde e a noite; as ligações telefônicas são efetuadas todas as segundas-feiras durante a manhã, tarde

³² De acordo com o instituído pela equipe de servidores da unidade e diretoria a revista corporal deve ser realizada toda vez que o adolescente retorna ao seu dormitório após ter circulado por outros setores da unidade ou fora dela. (Cf. Pesquisa de campo realizada na unidade "A" do CSE no período de setembro a novembro de 2009. *Livros de Ocorrência*, n. 64/2009, p. 8-24; n. 65/2009, p. 30-47; n. 66, p. 70-93).

e noite e o tempo de duração de cada ligação é de cinco minutos; as ligações pendentes são feitas aos sábados pela manhã; os dias das compras dos adolescentes são as quintas ou as sextas-feiras conforme a disponibilidade da monitoria. Cada interno pode comprar no máximo até R\$ 20,00 semanais de produtos autorizados pela direção da unidade; o dia de recebimento das visitas são as quartas-feiras e aos sábados das 14h às 18h; as limpezas dos dormitórios acontecem aos sábados à noite e aos domingos pela manhã.

Cabe destacar que a realização das atividades no pátio ocorre de forma alternada, isto é, o grupo de interno que realiza atividades pela manhã e pela noite num dia, no dia seguinte realizará tal atividade somente à tarde e assim sucessivamente.

O rádio fornecido pela fundação para aproveitamento coletivo dos internos localiza-se da seguinte forma: as caixas de som do rádio estão afixadas nos extremos do corredor dos dormitórios no piso superior e o controle do rádio fica na “gaiola” da unidade sob responsabilidade do monitor deste setor.

Vale destacar também que junto às telas de cobertura do pátio da unidade há dois chuveirões que são utilizados pelos internos para se refrescarem em época de calor, conforme horários pré-estabelecidos pelos monitores da unidade.

O comportamento disciplinar de cada adolescente consiste no cumprimento das rotinas e normas de convivência coletiva e na obediência as determinações do corpo funcional.

Conforme o manual de atendimento dos internos da unidade “A” as faltas cometidas podem ser leve, média ou grave³³.

³³ Cabe ressaltar que os comportamentos passíveis de punições disciplinares pela instituição são os mais são evidenciados pelos monitores no cotidiano. Entretanto, outros comportamentos podem ser passíveis de punição conforme o impacto causado entre os demais internos, entre os servidores ou mesmo fora da instituição. Exemplo disso é o caso de abuso sexual entre os internos. Tal comportamento não está arrolado como comportamento passível de punição, pois não é um comportamento que recorrentemente se tenha conhecimento e divulgação na unidade. Contudo, em existindo tal conduta o agressor será punido ou não de acordo com a maior ou menor cobrança dos responsáveis pelo vitimado para responsabilização do agressor pelas autoridades institucionais. Uma vez punido este comportamento, ele possivelmente passará a constar nas condutas passíveis de punição pela instituição. (Cf: Pesquisa de campo realiza na unidade A do CSE no período de setembro a novembro de 2009 e no manual de atendimento aos adolescentes internados na unidade A do CSE, p. 45-54; 2002). (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO RS. *Manual de*

As faltas de natureza leve caracterizam-se pelas pequenas transgressões disciplinares, e que impliquem em desobediência, insubordinação, desrespeito ou perturbação a ordem institucional.

As faltas de natureza média estão expressas no art. 41 e incisos do manual e se constituem em: - efetuar a compra ou venda de produtos ou mercadorias não autorizadas; perturbar a ordem ou fazer barulho no horário de descanso; circular pela unidade desacompanhado ou sem autorização; dissimular ou provocar doença para eximir-se de deveres; insurgir-se contra a revista; desobedecer, desrespeitar ou ofender pessoalmente a equipe diretiva, equipe técnica, monitoria e demais servidores; organizar ou participam de apostas envolvendo roupas, calçados, alimentos, cigarros, dinheiro ou pertence de uso pessoal ou da unidade; apossar-se de materiais ou objetos de outros, e ainda, atribuir a outro interno a prática de falta disciplinar.

O artigo 42 e incisos do manual elencam os comportamentos e atitudes dos internos que configuram a falta grave: - praticar ou participar da prática de ato infracional com grave ameaça ou violência pessoal, ou relativo ao porte ou tráfico de drogas; fugir, tentar fugir ou praticar ato destinado à fuga de outro interno; agredir fisicamente outro interno, funcionário ou qualquer outra pessoa; fabricar, usar ou ter consigo qualquer instrumento destinado a agressão física, provocar ou participar de incidentes graves destinadas a causar tumultos e ainda, liberar, participar ou pressionar os demais internos para amotinamento, mesmo sem atingir os objetivos.

As medidas disciplinares são aplicadas de acordo com o grau de lesividade do ato praticado pelo interno. Pode ser: advertência verbal; repreensão escrita; restrição de atividades; suspensão de atividades e separação do convívio coletivo. No caso de transgressão disciplinar de natureza grave ou de reincidência em falta de natureza média cabe a medida disciplinar de separação do convívio coletivo mediante atendimento especial; em caso de falta de natureza média aplica-se a restrição ou suspensão das atividades por prazo não superior a 15 dias, quando ineficazes as medidas de advertência verbal ou repreensão por escrito. Isto é, tanto nas faltas de natureza leve quanto as de natureza média aplica-se inicialmente a

advertência verbal ou a repreensão escrita, como dispõe o art. 45 do manual do programa de atendimento da unidade “A” do CSE.

Erving G. Goffmann, em sua obra “Manicômios, prisões e conventos” analisa o processo de sociabilidade, a constituição dos valores e a formação das identidades dos indivíduos que tem suas vidas submetidas às instituições de controle social.

Essas instituições são designadas por Erving G. Goffmann como totais porque o fechamento representado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saída indicam que o indivíduo vive circunscrito a um único espaço físico e sob um conjunto de regras institucionais próprias. Para ele, a vida dos indivíduos nestes locais se dá:

(...) como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerado período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada³⁴.

Nestas condições o processo de sociabilidade de cada indivíduo se dá através de dois mecanismos: o ajustamento primário e o ajustamento secundário. O primeiro acontece quando o indivíduo contribui de forma transparente e cooperativa para que os objetivos das atividades exigidas pela instituição sejam alcançados.

Por outro lado, o ajustamento secundário ocorre:

(...) quando qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter (...)³⁵.

As estratégias de ação dos indivíduos no interior da instituição fomentam a elaboração do código de conduta que lhes possibilitam vivenciarem esta experiência para além das exigências organizacionais.

³⁴ GOFFMANN, Erving G. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 11.

³⁵ *Ibidem*, p. 160.

As unidades da FASERS não são consideradas juridicamente prisões, pois não aplicam penas, e sim, medidas sócio-educativas. Contudo caracterizam-se como instituição total na medida em que os adolescentes privados da liberdade vivem confinados num espaço fechado submetidos a regras institucionais que tentam controlar o comportamento, o tempo e o movimento dos internos dentro das unidades.

3 CÓDIGO DE CONDUTA E HONRA NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Este capítulo apresenta sumariamente a noção de cultura e de código de conduta como suporte a análise do cotidiano dos adolescentes privados de liberdade na unidade “A” do CSE. Além disso, é caracterizado o perfil sócio-econômico dos internos e seus familiares. Para a análise do cotidiano dos adolescentes na unidade tomarei o recebimento das visitas – “o dia da visita” – como evento que estrutura a formação de um código de conduta próprio dos internos que abrange diferentes condutas em diversos momentos do cotidiano institucional. Também identificamos outros comportamentos do código de conduta que não estão diretamente ligados ao “dia de visita”, mas que são de grande importância na organização da vida dos adolescentes durante a internação.

3.1 NOÇÃO DE CULTURA

A cultura não é algo estanque, acabado que circula entre os indivíduos de forma imutável. Ao contrário, ela se constrói na história das relações dos grupos sociais entre si. Portanto, é dinâmica, mutável e se constitui na medida em que as interações sociais se estabelecem no interior de cada grupo social e entre os grupos sociais. De acordo com Denys Cuche, as culturas surgem das relações desiguais:

[...] A cultura só existe se produzida por indivíduos ou grupos que ocupam posições desiguais no campo social, econômico e político, as culturas dos diferentes grupos se encontram em maior ou menor posição de força ou de fraqueza em relação às outras. Mas mesmo o mais fraco não se encontra jamais totalmente desarmado no jogo cultural³⁶.

Isto significa que grupos sociais de culturas dominadas possuem recursos e dinâmicas culturais próprias que convivem simultaneamente com as expressões e características da cultura dominante que lhe é imposta.

³⁶ CUCHE, Denys. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 144.

A noção de cultura popular enquadra-se neste referencial. Caracteriza-se não pela completa autonomia, não também, pela completa dependência da cultura dominante, mas sim, pela configuração de uma cultura particular que compreende elementos específicos, próprios e de elementos emprestados e importados. Esta cultura reage à imposição da cultura dominante através da ironia e da jocosidade, entre outros recursos.

Conforme expresso por Denys Cuche para Michael de Certeau a cultura popular caracteriza-se pela maneira de utilizar os produtos impostos pela ordem econômica dominante no seu cotidiano, por isso, é uma cultura de consumo³⁷.

Tal concepção de cultura vincula o universo simbólico com a experiência de classe nas diferentes camadas sociais na sociedade contemporânea globalizada. Isto resulta em diferentes manifestações culturais: cultura dominante e dominada; cultura burguesa e operária; cultura de massa e das elites, etc.

A diversidade das manifestações culturais exige dos indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais a compreensão de que a alteridade é um importante elemento em suas interações, pois é o fator que permite a cada um reconhecer-se a si próprio, e também, ao outro. Para Claudia Fonseca a noção de alteridade entre pessoas de diferentes grupos sociais é o que permite a comunicação e a interação entre elas:

É preciso que tomemos certa distância em relação a esse outro, para nos comunicarmos com ele. Sem reconhecer e admitir a diferença, não há diálogo. Ao mesmo tempo, deve-se evitar a projeção desse outro para fora de nossa esfera: se ficar muito distanciado, a comunicação torna-se impossível. A alteridade se constrói na tensão entre esses dois pólos³⁸.

Estudos antropológicos baseados no enfoque de classe social representam importante instrumento para compreensão da sociedade contemporânea. Entretanto, análises realizadas por alguns pesquisadores em relação a grupos populares muitas vezes restringem-se a uma perspectiva analítica sobre os impactos resultantes da dominação das classes abastadas sobre as vidas das classes populares

³⁷ CERTEAU, Michel de *apud* CUCHE, Denys. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

³⁸ FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 211.

“dominadas”. A cultura popular não se constitui apenas como consequência das influências das outras culturas, ao contrário ela se configura a partir da sua capacidade de influenciar e ser influenciada por outras formas de manifestações culturais.

O final dos anos 80 do século XX caracteriza-se pelo predomínio ideológico da economia capitalista liberal dos Estados Unidos. De acordo com Claudia Fonseca isto resultou no repúdio dos antropólogos norte-americanos em relação aos estudos sobre classe, pois consideravam que os diferentes setores da sociedade vivem em harmonia e em busca de um desenvolvimento comum. No Brasil este momento foi marcado pela abertura democrática e os antropólogos iniciaram intensos estudos sobre o popular. A música, os clubes de futebol, a organização familiar e a participação política tornaram-se objeto de interesse de parte da intelectualidade nacional³⁹.

A consolidação da ideologia neo-liberal nos anos 90 resulta em mudança analítica das pesquisas antropológicas que passaram a associar a população de baixa renda a questões problemáticas da sociedade, como o tráfico de drogas, jovens em conflito com a lei, etc. Na tentativa de encontrar a solução a tais problemas alguns pesquisadores utilizaram a etnografia como estratégia de intervenção social à fim de encontrar as respostas a tais problemas. Para Claudia Fonseca esta conexão transformou o pesquisador em alguém que:

(...) denuncia as estruturas capitalistas como causa última da pobreza ao mesmo tempo que procura através de uma etnografia mecanismos educativos (...) capazes de provocar uma transformação libertadora dos valores entre os próprios pobres⁴⁰.

A continuidade dos estudos antropológicos sobre classe popular revelaram uma forte preocupação em denunciar as precárias condições de vida desta população. Tais análises interpretavam a sociedade de forma maniqueísta, o mundo formado por dominantes- algozes, exploradores e dominados- vítimas, exploradas-

³⁹ FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica; In: FONSECA, Claudia; *BRITES, Jurema (Orgs.) Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

⁴⁰ Idem. *Ibidem*, p. 22.

que esperam por alguém mais “iluminado” e capacitado para resolver seus problemas.

Os estudos baseados nestes pressupostos revelam mais a percepção de mundo do próprio pesquisador do que propriamente uma interpretação fundada na observação e análises etnográficas do cotidiano das classes populares que possuem valores, constroem significados e visões de mundo próprias. A compreensão do universo simbólico e das práticas sociais das classes populares deve acontecer com base em sua realidade empírica através da etnografia e da descrição densa deste cotidiano. Tal estratégia diminui os riscos de o pesquisador entender os grupos populares a partir das visões de mundo das outras classes sociais ou a partir de sua própria percepção do objeto.

3.2 NOÇÃO DE HONRA E CÓDIGO DE CONDUTA

Estudos etnográficos colocam em evidência a noção de honra como um elemento importante para a compreensão da sociabilidade entre os membros dos grupos das camadas populares nos diferentes papéis sociais que assumem. É um fator regulador da interação entre estes indivíduos, e é entendida como um sentimento individual que busca enaltecer a própria imagem de acordo com as normas estabelecidas socialmente. Por isto, a constituição de um código de honra com base num código social de interação forma o cenário da ação individual nos diferentes contextos culturais.

A honra é entendida como um sentimento individual que enaltece a própria imagem segundo as normas socialmente estabelecidas, ou seja, é um sentimento de auto-valorização de alguém a si mesmo por ter cumprido as regras sociais definidas pelo seu grupo.

Para os jovens das camadas populares, de acordo com as pesquisas feitas por Claudia Fonseca, a honra é projetada numa imagem pública baseada na bravura, na virilidade e na generosidade. Segundo a autora:

Bravura significa coragem: a coragem necessária para matar um adversário à sua altura; para ajudar os camaradas em perigo, para resistir às torturas policiais em busca dos nomes dos cúmplices... A virilidade manifesta-se pela conquista sexual das mulheres, sem necessariamente estar ligada ao estabelecimento de um lar ou a procriação⁴¹.

A violência é outro elemento que se constitui num fator de organização da vida social em grupos populares. Atos violentos como o homicídio de rivais motivados por disputas por pontos de tráfico ou pela conquista das namoradas ou esposas fazem parte do cotidiano destes indivíduos e dão sentidos aos seus atos.

A honra atua como um mecanismo em que os indivíduos em sociedade expressam a aprovação ou a desaprovação à determinada conduta, representa uma preferência por um modo de agir dos indivíduos e resulta na possibilidade de receber um determinado tipo de tratamento social como recompensa da realização de uma conduta valorizada no grupo. Cada grupamento social estabelece a si próprio o que é honra e em que lugar é aplicada. Segundo Pitt-Rivers (1968): *“El sentimiento del honor inspira una conducta que es honorable, la conducta recibe reconocimiento y establece reputación, y la reputación es finalmente santificada por la concesión de honores”*⁴².

Desta forma, sentir-se honrado significa para o indivíduo o pertencimento a um determinado padrão social de comportamento que lhe confere reconhecimento público e aceitação social.

A honra e a violência também são elementos importantes nas interações sociais dos adolescentes privados de liberdade nas unidades da FASERS. Contudo, estes elementos são reinterpretados e adaptados a realidade de confinamento dos internos, e por isto, adolescentes que cometem estupro quando internados passam a ser isolados pelo restante do grupo que considera tal ato danoso a honra do grupo tornando este adolescente passível de recebimento de retaliações do grupo que são expressas pelo ostracismo do “ofensor”, e também, pela agressão física.

⁴¹ FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 26-27.

⁴² PERISTIANY, J. G. El concepto del honor en la sociedad mediterránea. In: PITT-RIVERS, Julian. *Honor y categoría social*. Barcelona: Labor, 1968, p. 22.

3.3 ORIGEM DE CLASSE

A grande maioria dos adolescentes internados na unidade “A” do CSE são filhos de pessoas que trabalham no setor da construção civil, serviços domésticos e prestação de serviços, cujas atividades asseguram baixa remuneração. As profissões mais recorrentes são: serventes e pedreiros de obras e empregados domésticos. Além destes, há os trabalhadores autônomos, faxineiros e papeleiros que no geral participam do mercado informal de trabalho.

Segundo o técnico em recreação do CSE Frederico da Silva as atividades que garantem a manutenção econômica das famílias dos adolescentes internados durante o período da pesquisa são as seguintes: 10 famílias obtêm seus rendimentos das atividades de faxina, serviços gerais de limpeza e domésticos; 5 famílias recebem pensões de familiares ou de programas governamentais, como bolsa-família; 3 famílias vivem de atividades realizadas na construção civil nas funções de servente e pedreiro de obras; 3 famílias realizam coleta de material reciclável e 2 realizam atividades no comércio como vendedores ou estoquistas.

Em relação à escolaridade segundo o assistente social Frederico da Silva dezesseis adolescentes estudaram até a 7ª série do ensino fundamental sem concluí-lo; três concluíram o ensino fundamental e quatro paralisaram os estudos no 1º ano do ensino médio.

No que se refere ao tipo de delito cometido e que resultou no cumprimento da medida sócio-educativa de internação, a prática do roubo tem destaque por ter sido realizado por nove adolescentes. Oito adolescentes praticaram homicídio, três latrocínio e dois tráfico de drogas.

Quanto às suas comunidades de origem sabe-se que provêm em sua maioria de bairros pobres de Porto Alegre, e de algumas cidades da região metropolitana da capital, assim distribuídos: Rubem Berta (3); Restinga (3), Partenon (3); Humaitá (1); Safira (1); Azenha (1); Vila Hípica (1); Bom Jesus (1); Alvorada (2); Viamão (3); Canoas (2); Guaíba (2).

3.4 O COTIDIANO DOS ADOLESCENTES NA UNIDADE “A” DO CSE

A vida dos adolescentes na unidade não se restringe à submissão completa as normas e ao padrão de vida institucional representado pelas rotinas institucionais. Ao contrário, a observação participante realizada no interior da instituição permite constatar que os jovens confinados produzem práticas e experiências próprias que dão sentidos e significados as suas vidas através da construção e da manutenção de um código de conduta e honra baseado nos laços familiares e na criação de redes de sociabilidade interna à instituição, caracterizadas pela solidariedade e a violência entre eles.

Segundo Sherry B. Ortner a capacidade de “agência” está inserida em cada ator social que é constituído cultural e historicamente dotado de intencionalidade e poder que são acionados de acordo com suas interações nos diversos contextos sociais: Estes elementos são de grande importância para a compreensão das estratégias utilizadas pelos adolescentes privados de liberdade ao se inserirem nas redes de relações da unidade. Fazer parte desta inserção significa assumir compromissos, acordos e atitudes que representam comportamentos ambivalentes; ora baseado na solidariedade; ora fundado nas disputas, nas tensões e até mesmo na violência⁴³.

O momento de recebimento das visitas dos familiares representa um evento social de grande significado para a vida dos adolescentes internados, pois tem a capacidade de organizar a atenção, a energia e a conduta dos adolescentes não somente no momento da visitação, mas também, durante grande parte do tempo vivido na unidade.

No geral as famílias dos adolescentes internados na unidade “A” não correspondem ao modelo tradicional da família conjugal nuclear. Tal formação é típica das famílias dos contextos das camadas médias da sociedade. Nas camadas populares brasileiras, conforme Claudia Fonseca é freqüente a formação de famílias

⁴³ ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006.

baseadas no padrão de compartilhamento das responsabilidades no cuidado das crianças através da presença dos avós, tios, primos, irmãos(ãs) e madrinhos⁴⁴.

Nos dias de visitação prevalece a presença das mulheres: mães, avós, namoradas e tias. Aproximadamente 80% dos visitantes são mulheres e 20% homens e crianças. Podemos interpretar esta característica dos visitantes como decorrência do fato de os adolescentes serem criados sem a presença do pai. Quando não é este o caso ou que tenham sido criados por outro homem que faça tal papel, estes não vão visitá-los por sentirem vergonha em vê-los institucionalizados. Claudia Fonseca e Daisy Macedo num estudo sobre o sistema FEBEM observam que: “Esta preponderância de mulheres é devido (além do incômodo da revista) à ‘vergonha’ do pai (ou de quem ocupa este papel em ver seu filho institucionalizado)”⁴⁵.

Além disso, a maior presença feminina nas visitas também pode ser relacionada ao fato de que nas classes populares, a divisão dos papéis de gênero nas relações conjugais reserva, sobretudo, às mulheres o papel do cuidado dos filhos e aos homens o de provedor do lar.

3.5 O DIA DA VISITA⁴⁶

Durante o período de internação o dia de visita é o momento mais significativo em suas rotinas. O apego aos familiares tem duplo significado. De um lado, são as pessoas que no aspecto emocional e material mais os ajudam a cumprirem suas medidas; de outro, representam o elo com o mundo exterior trazendo notícias sobre a comunidade, amigos e outros familiares.

⁴⁴ FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁴⁵ FONSECA, Claudia; BARCELLOS, Daisy Macedo de. (Org.). *Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM*. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, LABORS, NACI, 2001, p. 67.

⁴⁶ A partir deste momento nossa análise apresentará situações do cotidiano institucional, com o objetivo de preservar as identidades pessoais dos adolescentes e monitores os designamos através de nomes fictícios ou apelidos que não correspondem aos nomes reais.

Num dia de visita, Lasanha pergunta ao seu pai, logo em sua chegada a unidade:

“E ai pai, tudo bem! trouxe as pilhas que ti pedi?”

O pai do interno antes mesmo de abraçá-lo e cumprimentá-lo responde-lhe: *“Claro que sim filho (...)”* Imediatamente, abre uma das sacolas que trouxe e retira uma embalagem com 4 pilhas e entrega a seu filho.

Lasanha, satisfeito agradece e faz nova pergunta ao seu pai sobre seu outro irmão: *“E ai pai, como tá o fulano (seu irmão), não ta preso?”*

Seu pai, então lhe responde: *“Não, ele tá bem, tá devagar e te mandou um abraço.”*

Este diálogo evidencia que as notícias trazidas pelo seu pai sobre parentes e amigos deixa-lhe a par da situação das pessoas que mantêm relações no mundo exterior minorando o sentimento de saudade destas; além disso, o recebimento das pilhas lhe será útil, pois com ela poderá usar o rádio-fone em seu dormitório e escutar músicas de seu gosto. De outra forma, poderá colocar tais pilhas no circuito de troca e solidariedade com os demais adolescentes.

3.5.1 O antes da visita e seus preparativos

Para os adolescentes a importância das visitas é manifestada em três momentos do seu cotidiano: em primeiro lugar, pelos preparativos que cada interno realiza nos momentos que antecedem. Em segundo lugar temos as normas de conduta que os internos estabelecem para este dia. Finalmente, o fato de que ter ou não ter recebido visita serve como justificativa para determinados comportamentos que ocorrem nos dias que seguem.

Os dias de recebimento de visitas são as quartas-feiras e aos sábados das 14h às 18h. Os preparativos para a visita têm início já na sexta-feira quando os internos podem realizar as compras. Neste dia é autorizado pela direção da unidade

as compras, através de um funcionário, dos seguintes produtos: cigarros, sabonetes, creme de cabelo, shampoo, creme para o corpo, balas, bolachas recheadas, chocolates, etc., no valor de até R\$ 20,00.

Com a visita prevista para o dia seguinte Zoreia faz sua encomenda: *“Seu, hoje, eu quero dois macinho de shelton, dois sabonetes dove, um desodorante rexona e uma bala fregels sabor laranja ou menta.”*

Após a anotação do pedido por parte do monitor, o adolescente que neste momento jogava canastra no pátio da unidade comenta com outro interno: *“Ba Gordo, amanhã na visita vou feder a dove e a fregels de laranja, vou ta legal para visita.”*

O desejo de se apresentar bem e “legal” para a visita é expresso no uso e no consumo de objetos que proporcionem boa higiene, bom cheiro e boa aparência.

A preocupação dos adolescentes em relação aos preparativos para o recebimento das visitas também acontece no momento do banho e da barba. Ao ser liberado para tomar banho Pinóchio pergunta: *“E ai Castor trouxe o creme de cabelo seda pra nós usar depois do banho? Hoje tem visita e quero ficar legal.”*

Castor responde: *“Ta li junto com minha toalha, depois do banho é só pegar. Bá meu, uso o creme no meu e fica tri, os cachos ficam pequenos e escorridos, bom prá pega visita.”*

A mesma preocupação com o visual é manifestada pelo interno Gordo quando pergunta: *“E ai Beleza, o que tu acha do desenho da minha barba, tá legal, tô mais bonito?”*

Beleza, surpreso com a pergunta, responde: *“Ta, Gordo, não paga essa, pergunta prá tua visita amanhã como é que tu tá?”*

Gordo insiste no assunto e esclarece: *“Não é pegadinha Beleza, é que minha mãe e minha mina me disseram que quando faço a barba fico mais bonito e mais limpo, por isso, eu capricho na hora que eu faço.”*

O desejo dos internos de se apresentarem de forma impecável aos familiares que os visitam também ficou evidente na festa em homenagem aos pais. Neste dia todos tomaram banho, vestiram-se e desceram para o pátio para aguardarem a entrada das suas visitas. Enquanto isso Cipó e Mudinho conversam e o primeiro pergunta: *“E ai Mudinho, pagando de tênis Nike, de mil reais e de abrigo da Olimpikus da hora.”*

Mudinho responde aos risos: *“Que tu quer Cipó, pagando de playboy com esse abrigo azul da Adidas.”*

Mais tarde, no momento em que a mãe de Mudinho o avista no saguão da unidade comenta com a monitora quando o filho se aproxima para lhe dar um abraço: *“Tu ta muito bem meu filho, ta bonito, ta cheiroso.”*

A monitora concorda com o elogio e comenta: *“Pois é, dona... é alta produção no CSE.”*

Mudinho aos risos conclui: *“Tenho que me cuidar, né mãe?”*

A necessidade de se apresentarem de forma impecável, bem arrumados, limpos e cheirosos representa um cuidado com a higiene e a imagem pessoal que não se repete nos outros dias. De maneira geral é bastante comum que alguns adolescentes não escovarem os cabelos e não fazerem a barba quando sabem que não receberão visitas e ainda, manifestam pouco cuidado com a higiene e conservação das roupas que usam durante as rotinas na unidade.

Para o dia da visita preocupam-se com o uso de roupas de marcas, shampoos e cremes para o corpo, com o desenho das barbas, penteados e cortes de cabelo.

As atitudes expressas pelos adolescentes pode ser entendida como uma retribuição à atenção dada pelos familiares ao visitá-lo. Significa demonstrar que estão bem dentro da instituição e, portanto, são merecedores da atenção recebida. Além disso, demonstram que são capazes de fazer parte de uma estética juvenil globalizada através do acesso a bens de consumo e a um padrão de comportamento vigente fora dos muros da instituição.

A categoria “juventude brasileira” não é homogênea, mas sim, marcada por desigualdade de classe quanto ao acesso aos bens de consumo produzidos pela sociedade de mercado.

O mundo contemporâneo globalizado fundado na ideologia consumista criadora de desejos e necessidades em todo o corpo social opera como um importante elemento na configuração da criminalidade brasileira, pois esta sociedade ao mesmo tempo exclui parte considerável dos cidadãos do mercado de consumo cria necessidades e desejos que são inacessíveis a eles. Isto resulta na busca incessante desta parcela populacional para sua inclusão no mercado de consumo seja por meios legais ou ilegais.

Este cenário é bem expresso por Paulo Sérgio do Carmo:

Parte da criminalidade contemporânea é gerada de fora para dentro da favela. Pode-se resumir em necessidade de poder, lazer e consumo. A indústria cultural criou jovens que desejam ter acesso a bens especialmente fabricados para eles, desde vestimentas, estilos musicais e drogas ilegais⁴⁷.

A indústria cultural e de consumo cria padrões, desejos e necessidades que perpassam todas as camadas sociais, por isto, tanto jovens infratores quanto jovens trabalhadores, universitários e de classes abastadas perseguem os desejos de consumo, embora cada um identifique neles significados diferentes.

Neste sentido, Paulo Sergio do Carmo evidencia que:

É comum encontrar jovens trabalhadores que são capazes de gastar o salário de um mês em um par de tênis, uma jaqueta ou um jeans. Considerando sua divulgação na mídia, o tênis tem para os jovens pobres igual significado mítico que os automóveis para os de alto poder aquisitivo⁴⁸.

Para os adolescentes infratores internados na unidade “A” ter acesso a roupas ou tênis de marcas e outros produtos e utilizá-los nos dias de visitas é um evento importante mais por representar uma retribuição à atenção dada pelos seus familiares do que pelo acesso a um padrão de consumo e comportamento atribuído

⁴⁷ CARMO, Paulo Sergio do. *Culturas de rebeldia; A juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 216.

⁴⁸ Ibidem, p. 193.

facilmente a pessoas privilegiadas economicamente. Apresentar-se bem perante os familiares significa mostrar a eles a importância que exercem para a continuidade do cumprimento das medidas de maneira estável e saudável. Isto decorre da função que os familiares desempenham na vida dos seus filhos e parentes durante a internação. A visitação regular garante aos internos o conforto e a estabilidade emocional na medida em que além de manterem contato com seus familiares mais próximos, também conseguem manter laços e vínculos sociais que possuíam antes da internação. Por outro lado, a presença das visitas na unidade garante aos adolescentes o acesso a objetos e bens de consumo (cigarros, dinheiro, bolachas, refrigerantes, rádio-fone, roupas, etc.) que lhes permitem participar da rede de troca e solidariedade existente entre os internos no interior da unidade.

3.5.2 Durante o dia da visita

Nos dias de visitas os internos demonstram grande preocupação com a limpeza dos espaços por onde os visitantes circularão. Por isto, o interno responsável pela limpeza da unidade deve fazê-la de maneira exemplar. Durante o almoço de sábado de visita a monitora pergunta aos internos: *“Quem é o responsável pela limpeza do refeitório, hoje?”*

Sapão responde: *“Sou eu dona, já vou começar a fazer, e vou deixar bem limpo tudo aqui.”*

Ao ouvir a conversa, Beleza, que está terminando de almoçar exige de Sapão: *“E aí, Sapão capricha nessa limpeza, hoje tem visita e se chover, a visita vai ser aqui no refeitório, não quero ver reclamação de sujeira.”*

Pinóchio reforça o cuidado: *“Ó Sapão, não rateia nesta limpeza, varre bem e passa o pano sobre as mesas direitinho.”*

Depois de ouvir os avisos Sapão que já havia iniciado a limpeza responde: *“Ta meu, pode deixar que eu sei muito bem fazer essas limpezas, sempre fiz e nunca teve reclamação.”*

O interno responsável pela limpeza da unidade deve fazê-la de forma impecável para dar boa impressão aos familiares que vem à unidade para representá-la como um lugar limpo e organizado. Por outro lado, nos outros dias não se observa a preocupação dos adolescentes em “esconder” a insalubridade, a sujeira e a degradação do espaço. Reclamações quanto à participação na escala semanal de limpeza elaborada pelos monitores, o “corpo mole” e as queixas na realização da limpeza durante a semana pela maioria dos adolescentes expressam uma maior aceitação da sujeira nos dias em que não há contato com os familiares.

Apresentar o ambiente em que vivem de forma limpa e higiênica significa mostrá-lo aos familiares como um espaço ordenado, harmônico onde cada um tem o seu “direito”, a sua dignidade e o seu lugar respeitado. De outra forma, a despreocupação com a limpeza nos dias em que não há visita expressa a aceitação e a resignação de viver num ambiente em que muitas vezes impera a “lei do mais forte ou do mais esperto” e também, a sobreposição das regras institucionais sobre as regras de conduta própria forjadas no cotidiano da unidade. Para os adolescentes este espaço desordenado e sujo não deve ser exposto aos familiares, pois isto contraria as expectativas destes que ao visitá-los desejam encontrá-los, saudáveis, limpos e convivendo em harmonia com os demais sem o cumprimento de medidas disciplinares. A condição de estar cumprindo a medida de internação num espaço ordenado, harmônico e limpo reforça e aumenta o vínculo entre os internos e os familiares, isto garante a continuidade do apoio familiar que lhes dão suporte emocional e material até o desligamento da unidade por decisão judicial.

De acordo com Mary Douglas os diferentes agrupamentos humanos organizam o seu cotidiano e as suas interações sociais conforme os contextos e as interpretações simbólicas que fazem do seu viver. Neste sentido, as percepções humanas sobre limpeza e sujeira dos ambientes sociais assumem a função de ordenamento e regramento social dos indivíduos em sociedade. A sujeira representa a desordem, o caos; a limpeza e a higiene a ordem e a harmonia nas relações. Por isto:

Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados (...) nosso comportamento de poluição é a

reação que condena qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais⁴⁹.

No caso dos adolescentes privados de liberdade apresentar a unidade como um espaço limpo e higiênico representa uma forma de ordenar o cotidiano de maneira a estimular e garantir a continuidade do apoio familiar durante o período de internação. Este apoio permite ao interno participar na rede de troca e solidariedade existente entre eles fazendo parte das interações sociais que constituem o código de comportamento no grupo. Portanto, realizar as limpezas da unidade nos dias de visitas de maneira precária ou incompleta representa um perigo à manutenção do padrão de comportamento dos adolescentes, e por isto, o interno “faltoso” torna-se passível de sofrer pressões e constrangimentos que visam à readequação de sua conduta na unidade.

O código de conduta e honra também é expresso durante o horário de visitação. Neste momento os adolescentes pretendem mostrar aos familiares que sabem ter boas atitudes e respeito entre eles e entre eles e os familiares.

Às tardes dos domingos não são reservadas para o recebimento das visitas pelos internos. Entretanto, excepcionalmente a direção da unidade autoriza o ingresso de alguns familiares. Numa destas tardes enquanto os adolescentes jogam futebol no pátio são avisados pela monitoria que está chegando visita na ala. Imediatamente Seção solicita ao monitor: *“Olha só seu, assim que a visita bater na porta o senhor nos avisa e só deixa ela entrar depois que nós der o sinal.”*

Logo depois, os internos são informados da chegada da visita e o interno Polenta pede: *“Não deixa entrar ainda seu, os guris tão colocando as camisas.”* Neste momento, os adolescentes que estavam jogando futebol sem camisas direcionam-se ao fundo do pátio, longe do alcance visual dos visitantes e vestem suas camisas. Com isso, Seção dá o sinal de positivo para liberação do ingresso na ala e a continuidade do jogo de futebol.

Atitudes, gestos e assuntos também fazem parte do código de conduta dos internos perante os familiares. Durante o horário de visitação os internos que não a recebem permanecem no refeitório em atividades. Numa dessas ocasiões, os

⁴⁹ DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 50-51.

internos Constantino, Aureliano e Bozo conversam e se desentendem. Constantino reclama de Bozo: *“Ta loco, tu, têm que te ligar, fica levantando a camisa e deixando a mostra essa barriga e essa cueca para as visitas.”*

Surpreso, Bozo responde: *“Ba meu, não foi por gosto, nem me liguei que tinha entrado visita na ala.”*

Aureliano em apoio à reclamação feita por Constantino também reclama da postura de Bozo: *“Aí Bozo, vai ter que se ligar ou tu vai puxar da ala.”*

Assustado Bozo compromete-se em corrigir o erro: *“Ta meu, ratiei, não fiz por gosto, vou pedir desculpas pro gurização que recebeu a visita, já era.”*

Após o término da visita Bozo conversa no refeitório com Zoreia, desculpando-se: *“Ba povo, ratiei, não foi por mau, não vi tua visita entra na ala.”*

Zoreia, aceita as desculpas, mas avisa Bozo: *“Ta já era, mas se acontecer de novo tu ta ralado.”*

Da mesma forma, gestos e movimentos com o corpo devem ser realizados com cuidado durante e perante as visitas. O desentendimento entre os internos Polenta e Cipó durante formatura para a janta ocorreu em função disto. Polenta exige de Cipó mudança de postura: *“Esse cara vai ter de aprender a se comportar nos dias de visita, se não irá levar uma tunda, como já levou outra vez.”*

Cipó acuado esclarece: *“Não desrespeitei a visita do Bozo, não fiz nada de errado, só passei a língua sobre minha boca para limpar porque tava suja de farelos de salgadinhos que tinha comido. Não quis ofender ninguém, mas peço desculpas de qualquer forma.”*

Os fatos vivenciados por estes internos mostram que ações e atitudes que revelam a intimidade corporal ou representam insinuações sobre sexualidade perante os familiares devem ser evitadas, sob pena de ser considerado desonrado e desrespeitoso diante dos demais e dos familiares.

3.5.3 Depois da visita

O recebimento da visita não traz aos adolescentes apenas sentimentos de alegria e satisfação. É bastante comum no momento pós visita a manifestação de

sentimentos de angústia, indignação e tristeza pelo fato do interno ter recebido más notícias dos seus familiares e dos amigos referentes a problemas financeiros, de saúde e de disputas com os rivais na comunidade. Neste momento é comum encontrarmos internos eufóricos e alegres distribuindo parte dos seus pertences trazidos pelas visitas aos demais e também internos abalados e tristes por não terem recebido visita ou por terem recebido más notícias dos familiares. O mecanismo para amenizar esta dor muitas vezes é a solicitação de medicação à enfermagem para afastar o desânimo e o abalo emocional do momento.

A realização da limpeza da unidade também revela o código de conduta dos internos. Tal tarefa é atribuída pela instituição aos internos e está disciplinada pelas normas da unidade através da existência de uma escala de limpeza e faz parte dos critérios avaliativos do juiz. Contudo, convencionou-se entre os internos, com a anuência dos monitores, que a realização desta atividade permite ao interno que a realiza, no piso superior (local dos dormitórios) ficar por algum tempo fora do seu dormitório como benefício por ter realizado a tarefa. Durante este período chamado de (*embassamento*) o interno auxilia nas atividades dos monitores quando solicitado fornecendo fogo (Brasa) para acender os cigarros dos outros internos quando solicitado, alcançando água aos demais e permanecendo fora do seu dormitório, por algum tempo, no qual aproveita para conversar coisas da rua e outros assuntos na porta dos dormitórios dos outros internos.

Na noite em que Dinho está escalado para a limpeza, pergunta a Constantino: *“E aí Dinho passa tua limpeza prá mim? Tô tri abalado não recebi visita hoje, quero bater uns papos com o Mudinho prá desvirtuar a mente.”*

Dinho, saindo do seu dormitório para iniciar a limpeza responde: *“Ba, Dentinho não era, também tô abalado, também não peguei visita e depois da limpeza vou trocar uns papos com o Cadelão.”*

Ao terminar a limpeza Dinho pergunta ao monitor: *“E aí seu, vai deixar o isqueiro prá mim dar a brasa pros guris.”*

O monitor empresta-lhe o isqueiro e Dinho direciona-se ao corredor dos dormitórios conversando e alcançando a “brasa” aos que solicitam.

A conduta de Dinho não resultou em nenhuma restrição pelos monitores e pelos demais internos. Tal conduta é aceita porque todos têm benefícios. De um lado, é conveniente aos monitores, pois a execução de parte das suas tarefas por Dinho resulta na disponibilização de mais tempo junto aos seus colegas e distante das solicitações dos internos, o que torna seu trabalho menos desgastante. Por outro lado, para os adolescentes fazer a limpeza significa receber uma vantagem dos monitores que lhe autoriza a ficar fora do dormitório além do tempo regado pela instituição.

3.5.4 Solidariedade e Circulação de bens

As relações de sociabilidade entre os adolescentes são marcadas pela ambigüidade entre a solidariedade da rede de ajuda mútua e pela violência através dos constrangimentos e das agressões físicas. As duas formas de interação também encontram justificativa no recebimento ou não das visitas.

A rede de solidariedade entre os internos é expressa em diversos momentos do cotidiano e é representada por diferentes tipos de comportamentos, como: um interno fazer a barba de outro; o empréstimo de rádio-fone e roupas e ainda, o compartilhamento de doces, salgados, refrigerantes e cigarros.

A noite anterior ao dia de visitas é o momento em que os internos estão autorizados a fazerem a barba. Assim, após o interno Gordo ter sido autorizado a tomar banho e fazer sua barba, Castor pede a Cipó: *"E aí Cipó, deixa eu ir na tua vez no banho porque o Gordo já tá lá e vai fazer uma mão prá mim."*

Cipó responde: *"Pode ir irmão, eu vou na tua vez depois."*

Logo ao chegar ao banheiro Castor confirma o combinado: *"E aí Gordo, vai fazer a minha barba?"*

"Ta Castor, já to terminando a minha, depois faço a tua."

"Pode cré povo" - agradece Castor.

Após o jantar os internos que não tem atividades no pátio retornam para seus dormitórios para aguardar o momento do banho. Enquanto isso, conversam, ouvem música e fumam. Nem todos possuem rádio, por isso, é comum o empréstimo entre os internos. Ao retornar para seu dormitório, Bira chama Moleza à porta do seu dormitório e pede: “*Ô Moleza me empresta o radinho pra mim curtir um pouco, depois te devolvo?*”

Moleza, impossibilitado de satisfazer o pedido, explica: “*Ba povo já emprestei pro Polenta aí do dormitório três.*”

Insistente, Bira solicita também para Polenta: “*E aí povo, empresta o radinho? Só um pouco, depois te devolvo, não peguei visita, não recebi pilha, to muito loco.*”

Polenta concorda em emprestar o rádio: “*Ta vai na mão até a hora do lanche, depois tu me devolve.*”

Bira agradece: “*Pode crê povo.*”

O apoio entre os internos também acontece com o empréstimo de roupas. Isto se revela nas noites em que a temperatura exige roupas mais quentes para não passarem frio. Por isso, Soneca após ser liberado para a janta passa em frente ao dormitório de Castor e pede: “*E aí Castor, vou descer pro pátio, me empresta o casaco canguru vermelho de moleton.*”

Castor empresta, mas o adverte: “*Vai na mão, cuida prá não sujar e nem queimar com cigarro, ganhei ele na visita de sábado da coroa.*”

Diante da mesma necessidade Secão, ao passar no dormitório de Cipó, também pede: “*E aí Cipó, me empresta a calça de moleton e o boné pra mim descer pro pátio.*”

Cipó concorda em emprestar, mas alerta: “*Ta Secão, vai na mão, vê se não suja os meus panos, vou pegar visita com eles só na quarta.*”

Satisfeito Secão agradece: “*Pode crê Cipó, pode deixar que eu cuido, se sujar, lavo depois.*”

A visita dos familiares importa também pelo apoio materializado nos objetos de consumo trazidos. As bolachas recheadas, os salgadinhos, os refrigerantes, os cigarros e as roupas permitem que os internos participem do circuito de troca e de ajuda mútua existente entre eles.

Num sábado à tarde, após ter recebido a visita de familiares Bira retorna para as atividades no refeitório e disponibiliza aos demais seus pertencentes: *“Aí gurizada, essas bolachas e esse macinho de shelton é prá nós todos aqui.”*

Imediatamente, Dinho responde: *“Ba pode crê Bira, to quebrado hoje, não peguei visita.”*

Bira demonstra satisfação em oferecer os objetos aos demais: *“Ta na pedra o material aí, tamo tudo na mesma barca, somo tudo família, o que é bom prá um é bom prá todos.”*

Em outras situações do cotidiano institucional o código de conduta é acionado entre os adolescentes de maneira a padronizar e a regradar comportamentos que melhor organizam suas vidas na unidade.

De maneira geral as ações do dia-a-dia que envolvem todos ou quase todos os internos são orientadas pelas normas da unidade, mas também, por um conjunto de regras, acordos e combinações de convivência seguidas por eles concomitantemente às regras institucionais. Vejamos alguns exemplos:

3.5.5 A ida ao banheiro

Todas as manhãs, após o despertar, uma das primeiras preocupações de cada adolescente ao ingressar no pátio de atividades da unidade às 8h é marcar sua vez na ordem de ida ao banheiro na troca da equipe de monitores do plantão da tarde com o plantão da noite, às 19h. O procedimento para garantir a vez de ir ao banheiro é o seguinte: o grupo de adolescentes que tem atividades no pátio inicia a descida dos seus dormitórios às 8h da manhã, vão ao refeitório onde tomam café e depois se dirigem ao pátio da unidade para realização das atividades do turno. Após

o ingresso do último interno deste grupo no pátio é o momento em que cada um conforme a atenção e a observação sobre os demais, grita em alto e bom tom sua vez de ir ao banheiro a noite. Tal ordem só tem validade se todos os internos que quiserem ter atividades já se encontrarem no pátio ou no local onde as atividades serão desenvolvidas. Na manhã seguinte a noite de Natal de 2009, ao descer a escada de acesso ao pátio Gigi grita: “*Primeiro banheiro na troca.*”

Imediatamente, Bira esclarece: “*Ô meu, falta gente pra descer ainda.*” Depois de alguns minutos ingressam no pátio os adolescentes Mudinho e Bebezinho que gritam, respectivamente: “*Primeiro banheiro; Segundo banheiro na troca.*” Logo após Gigi, Cipó e Secão que já se encontravam no pátio gritam, respectivamente, “*Terceiro banheiro, quarto banheiro e quinto banheiro.*”

Normalmente, a ordem é estabelecida até o quinto ou o sexto lugar, pois este atendimento é suspenso pelos monitores para que possam orientar o retorno dos adolescentes que jantaram no refeitório aos seus dormitórios onde permanecem durante toda a noite.

A definição da escala de ida ao banheiro nem sempre ocorre de forma tranqüila, muitas vezes há desentendimentos entre os internos em relação à ordem da escala. Neste momento faz-se necessário a intervenção da monitoria para que a contradição seja resolvida. Também é bastante comum a participação de outros adolescentes para esclarecimentos sobre a ordem de tal escala.

Em outros momentos durante a rotina a ordem de ida ao banheiro é definida pelo monitor que coordena o atendimento conforme a ordem das solicitações feitas pelos internos ou de acordo a urgência e necessidade do caso em particular.

3.5.6 O consumo de refrigerante e a limpeza das canecas

O almoço é outro momento em que as regras são estabelecidas entre os internos na unidade. As refeições sempre são acompanhadas de água gelada,

refrigerante ou suco e por isto os adolescentes criaram uma forma de utilização destes alimentos. O refeitório possui duas mesas com capacidade para uso simultâneo de doze adolescentes. Cada um possui um lugar específico na mesa em que realiza as refeições. Todos os dias, tanto no almoço quanto no jantar cada um senta-se no seu respectivo lugar e durante as refeições de acordo com o lugar ocupado pelo adolescente será sua vez de servir a água, o refrigerante ou o suco aos demais que se sentam a mesa junto a ele. A ordem de início do rodízio é da esquerda para a direita até que todos desempenhem a mesma função durante os dias e assim sucessivamente.

A mesma estratégia de organização é usada pelos adolescentes em relação à limpeza das suas próprias canecas e colheres utilizadas durante as refeições. Tal organização não ocorre sem conflitos e desentendimentos. Frequentemente há quebra deste compromisso com a alegação de algum interno de já ter realizado a tarefa no dia anterior. Este fato causa grandes debates entre os internos até que seja definido a quem caberá a responsabilidade da realização da tarefa. Quando os ânimos se acirram é necessário a participação da monitoria auxiliando-os a lembrarem quem fez a limpeza no dia anterior ou, na impossibilidade disto, buscando um consenso para que um voluntário se apresente e a ordem da escala seja retomada, conforme os lugares ocupados nas mesas.

Este assunto é tratado pelos internos com bastante rigor. Numa ocasião Bebezinho pergunta aos demais: *“De quem é a limpeza das canecas e colheres hoje?”* Rapidamente Sapão, Cipó e Mudinho respondem simultaneamente: *“A limpeza é tua.”* Inconformado Bebezinho questiona: *“Ontem ninguém lavou pra mim, por isto vou sair da escala.”* Cipó, também insatisfeito alega: *“Não existe isso, se tu fez a limpeza da tua caneca e da tua colher ontem foi porque tu quis, o Mudinho limpou as coisas dos outros irmãos aí ó.”* Sapão, pressiona Bebezinho para continuar na escala e ressalta: *“Não tem essa de sair da escala, vai quebrar o rodízio, segura a tua onda malandro.”*

Após o almoço, Bebezinho recolhe todas as canecas e as colheres dos internos da sua mesa e faz a limpeza.

Apesar dos eventuais conflitos e desentendimentos na organização destas tarefas todos os internos as realizam e de forma individual ou coletiva uns fiscalizam e constroem os outros para que este comportamento seja mantido durante e após as refeições.

3.5.7 A hora do filme

À noite, o momento de assistir filme em DVD, também é apropriado para expressão do código de conduta dos internos. Isto ocorre antes do início da atividade quando a monitoria começa a liberar dos dormitórios os adolescentes que terão atividades no pátio. A ordem de liberação dos internos para atividades se dá pela ordem do número do dormitório de cada um. Os internos que aguardam a liberação identificam qual deles será o primeiro e pedem para que este marque seus lugares em frente à televisão no pátio. A preocupação dos adolescentes é garantir um melhor posicionamento em frente à televisão para ter melhor visualização do filme. Normalmente os adolescentes pedem para marcar seus lugares em uma das cadeiras nas duas primeiras fileiras formadas por quatro lugares. Além destes lugares não há preocupação em relação ao posicionamento, pois consideram que nestes espaços a visão para ver o filme já está prejudicada.

Na noite em que Dinho é o primeiro do seu grupo a ser liberado para o jantar e para as atividades no pátio alguns adolescentes solicitam que ele marque seus lugares em frente à televisão. O primeiro a pedir é o Mudinho: *“E ai Dinho, marca o lugar pra mim na tua direita em frente a TV.”*

Dinho responde: *“Ta na mão.”*

Logo após Zoreia e Bebezinho também pedem para marcar seus lugares, respectivamente: *“E ai Dinho, faz favor, marca meu lugar no teu lado esquerdo.”* Por sua vez Zoreia pede: *“Marca o meu também atrás de ti na tua direita.”*

A definição dos lugares à frente da televisão ocorre desta forma. O desrespeito a este procedimento por algum interno resulta em constrangimentos e pressões para que modifique sua postura de acordo com os demais.

3.5.8 A escolha da estação de rádio

O final das atividades por volta das 23h da noite também é um momento em que o código de conduta deve ser respeitado. Isto porque, ao encerrar as atividades os adolescentes são questionados pela monitoria em qual estação de rádio deve permanecer ligado o aparelho de som. A escolha se dá pela decisão de cada um dos internos que não possuem rádio-fone, pois os que possuem podem escutar a música de seu gosto já que ficam com o rádio em seus dormitórios.

A estação de rádio que for mais votada pelos internos é a que permanecerá sendo ouvida. Nos casos de empate entre duas estações os internos escutam até certo horário uma e após escutam a outra. Antes do encerramento das atividades o monitor do plantão pergunta: *“E aí gurizada em qual rádio vai ficar?”*

Gordo é o primeiro a responder: *“Ai seu, tem apoio a rádio Cidade, só por curtir o Love songs. E aí gurizada qual é que vai ser?”*

Imediatamente outros internos respondem, Lasanha é o segundo a escolher: *“Tem apoio a rádio Eldorado, pra nós curtir um rap.”*

Cipó escolhe: *“Eu to a fim de curtir a Eldorado.”*

A escolha segue até que todos opinem e o resultado é de dez votos para rádio Eldorado e de sete para rádio Cidade. Os demais internos não tiveram direito ao voto por terem rádio próprio. Ao final da votação Aureliano confirma a escolha e avisa ao monitor: *“Olha só seu, essa noite o rádio fica na Eldorado.”*

Após ser sintonizado o rádio encerra-se o dia de atividades e inicia-se o horário de descanso dos adolescentes e de silêncio na unidade.

3.5.9 Formas de punição: o constrangimento, o ostracismo e a agressão física

Da mesma forma que os internos elaboram e acionam um código de conduta e honra para melhor organizarem o seu dia-a-dia, também o utilizam como forma de punição ao interno que viola o código.

O constrangimento pode ser exercido de forma individual ou coletiva de um interno ou do grupo sobre o interno que tenta desviar sua conduta do padrão de comportamento estabelecido. Isto pode acontecer no momento em que o interno responsável pela limpeza das colheres dos demais que se sentam a mesma mesa se esquivava em realizar tal tarefa. Tal comportamento resulta na reação dos demais que passam a exigir e a cobrá-lo para que realize a função.

O ostracismo é aplicado de forma coletiva pelos internos da unidade ao adolescente ofensor do código de conduta. A agressão física imotivada e traiçoeira de um interno sobre outro pode resultar no ostracismo do agressor perante aos demais, deixando de fazer parte da rede de ajuda mútua e de solidariedade existente no grupo.

A agressão física pode ser exercida de forma individual ou coletiva sobre o violador do código de conduta e pode acontecer no momento em que um interno subtrai algum objeto ou bem de consumo de outro.

Entre estas punições não há uma hierarquia, elas podem ser aplicadas proporcionalmente conforme o tipo de violação cometida e dependem sempre de qual interno a realizou e como foi realizada a intervenção institucional da monitoria em relação ao fato e aos internos envolvidos no caso.

O regramento das interações é um dos principais pontos em comum entre os adolescentes. Conviver num mesmo ambiente e por um longo período de tempo lhes exige a elaboração de um código de conduta e honra capaz de organizar o modo de

vida de cada um no interior da instituição. Tal código compreende os comportamentos de todos internos e abrange os momentos em que as ações e as decisões coletivas devem ser realizadas. O código é exposto e acionado nas diversas manifestações: desde o primeiro momento de atividades no pátio pela manhã até o horário de descanso à noite. Regras seus comportamentos em relação aos seus familiares durante a visita; a realização das limpezas; a ordem de ida ao banheiro; a organização dos laços de reciprocidade; a marcação dos lugares de cada um enquanto assistem televisão; escolher qual estação de rádio escutar antes de dormir a noite representa a necessidade dos adolescentes em organizar seus próprios comportamentos durante a internação.

O código de conduta e honra no mundo dos adolescentes privados de liberdade permeia todas as esferas do seu cotidiano e é a capacidade que cada um possui para assimilar e interagir com este código que lhe garante a condição de existência física e moral na unidade.

O estudo de Maria de Nazareth A. Hassen revela que o código de honra existente entre os presos no Presídio Central de Porto Alegre exerce a mesma função:

Os códigos de honra encontrados no mundo prisional permeiam os sistemas de troca internos, os acordos, a hierarquia. Um homem sem honra (honra cunhada por valores adotados internamente) não sobrevive dentro da prisão. A honra na prisão (...) é a condição de possibilidade de existência no meio prisional. Existência no sentido literal, física, e também, existência em um sentido menos prático, que se refere ao respeito, à aceitação, à possibilidade de exercer papéis reconhecidos pelos companheiros⁵⁰.

Em relação ao mundo do adolescente privado de liberdade a punição ao interno desonrado ocorre de maneira coletiva pelos demais através dos constrangimentos, do ostracismo e da agressão física. Tal punição representa uma “morte simbólica” do interno desonrado uma vez que passa a ser percebido pelo grupo como alguém que deixou de fazer parte dele.

⁵⁰ HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os dias. Ensaio antropológico sobre crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999, p. 136.

4 TEMPOS E ESPAÇOS DAS RELAÇÕES COTIDIANAS: OS GURIS, OS SEUS E AS DONAS EM INTERAÇÕES

4.1 A APROPRIAÇÃO DO TEMPO PELOS ADOLESCENTES

A sociedade moderna industrial transformou o tempo em mercadoria. Fundada numa percepção linear de tempo o qual a medida dos bens industriais produzidos são quantificados através do controle linear do tempo, na cadeia produtiva, a sociedade contemporânea passa a perceber o tempo de forma reta. De acordo com John Hassard este processo aconteceu da seguinte forma:

O funcionamento das grandes empresas de produção exigia uma fragmentação temporal e espacial extremamente arrojada tanto dos produtos como das atividades; tal especialização por sua vez, tornava necessária uma coordenação temporal e espacial muito precisa, tanto no interior de cada empresa como nas suas relações com outras empresas⁵¹.

O autor, também ressalta a importância do uso do relógio como instrumento de controle do tempo de trabalho: "... o relógio é a máquina dominante da organização produtiva; é ele que dá o sinal de início e encerramento do trabalho"⁵².

Nesta perspectiva, o tempo é apropriado e passa a ser percebido como homogêneo e mensurável. Ele passa a ser o grande cenário dos acontecimentos sociais, onde o passado não pode se repetir, o presente é efêmero e o futuro é algo com ilimitada capacidade de exploração.

Entretanto, a percepção do tempo não se esgota nesta perspectiva linear. Tanto a escola francesa quanto a americana de sociologia identificaram outra percepção de tempo baseado no caráter rítmico da vida social. Isto é, o tempo, também é percebido de forma cíclica e qualitativa. Esta abordagem fundamenta-se

⁵¹ HASSARD, John. Tempo de trabalho – Outra dimensão esquecida nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François; CHANLAT, Allain; JOLY, Allain; DEJOURS, Christophe *et al.* *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 180.

⁵² Idem. *Ibidem*, p. 181.

na percepção do tempo social como fruto das diferenças de cada grupo social em função dos seus costumes e crenças que são próprios de cada um.

O tempo é uma construção social de cada coletividade e a percepção deste tempo se dá a partir da significação dos momentos vividos socialmente pelo grupo. Para John Hassard esta percepção consolida-se nos indivíduos da seguinte forma:

O grupo experimenta um sentimento de satisfação e toma consciência de sua identidade graças ao retorno periódico desses momentos que estão, em cada um deles, associado à ocorrência de um acontecimento particular da vida social⁵³.

Durante a internação a atenção dos internos está voltada para três aspectos: 1) as relações que estabelecem com os demais internos; 2) as relações que estabelecem com os servidores e a instituição; 3) e com a conquista da sua liberdade. Neste aspecto, Claudia Fonseca afirma que durante a internação toda atenção dos jovens está voltada para a liberdade⁵⁴. Minhas observações do cotidiano, apesar de confirmar a relevância do dia e do momento da audiência como importantes balizadores temporais, me permitem afirmar que outra parte da atenção dos internos está necessariamente voltada para o coletivo no qual estão inseridos num intrincado arranjo institucional e numa complexa rede de relações que estabelecem entre si e os servidores.

Os adolescentes internados na unidade “A” do CSE não vivenciam o cotidiano nos moldes organizacionais das grandes empresas do sistema capitalista, portanto não possuem e não reproduzem a percepção de tempo linear, reta e contínua. Ao contrário, os adolescentes enquanto grupo social vivendo confinado produz uma percepção diferente do tempo que está associada a alguns eventos sociais do cotidiano que são valorados e percebidos como importantes. Por isso, percebem o tempo de forma cíclica e de acordo com a importância que dão as atividades que realizam diariamente dentro da unidade.

⁵³ HASSARD, John. Tempo de trabalho – Outra dimensão esquecida nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François; CHANLAT, Allain; JOLY, Allain; DEJOUR, Christophe. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 191.

⁵⁴ FONSECA, Claudia; BARCELLOS, Daisy Macedo de. (Org.). *Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM*. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, LABORS, NACI, 2001.

O tempo de cumprimento da medida sócio-educativa pelos adolescentes é controlado pela instituição através da fixação de um rígido sistema de rotinas a serem seguidas por eles.

A frequência na escola é a única atividade sócio-pedagógica institucional oferecida regularmente pela fundação que exige a participação obrigatória dos internos. A não participação mediante uma justificativa médica resulta em punição disciplinar. De acordo com outra pesquisa realizada por mim⁵⁵ não há outra atividade sócio-educativa e pedagógica oferecida pela instituição que preencha o tempo dos internos durante o cotidiano na unidade. Os cursos de capacitação profissional e a realização de atividade sócio-pedagógica acontecem de forma irregular e com duração média de 30 a 40 dias e em áreas do conhecimento que pouco qualifica os internos para inserção no mercado de trabalho.

Diante disto, os adolescentes possuem grande margem de manobra para a utilização do seu tempo na unidade. Na ausência de atividades institucionais pedagógicas formais, resta aos internos utilizar boa parte do tempo de acordo com os seus interesses e vontades. Os momentos de banho de sol no pátio da unidade e o momento em que estão em seus dormitórios são utilizados de forma mais autônoma, sem grandes interferências da monitoria e da instituição.

Durante as manhãs, os internos ocupam o tempo de três formas: os adolescentes matriculados na escola assistem aula das 8h às 9h e 45min e das 10h às 11h e 15min; outro grupo joga canastra em duplas; e os demais adolescentes assistem e escutam vídeo-clips musicais oferecidos pelos monitores. É em torno destas atividades que se desenvolvem as conversas em pequenos grupos e é neste circuito de atividades que os internos se movimentam durante o horário de banho de sol pela manhã no pátio da unidade.

Os adolescentes que permanecem em seus dormitórios pela manhã ocupam seu tempo, essencialmente de duas formas: dormem até as 10h para depois descer para o pátio e almoçar ou então, os que permanecem acordados em seus

⁵⁵ CORDEIRO, Jair Silveira. *Capacitação profissional: ação sócio-pedagógica implementada pela FASERS como efetivação dos direitos dos adolescentes infratores privados de liberdade*. Monografia {Graduação em Direito}. Faculdade Direito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

dormitórios após a higiene pessoal obrigatória para todos às 8h ficam escutando rádio-fone, escrevendo cartas aos seus familiares ou lendo algum livro.

Durante a tarde os internos que tomam banho de sol no pátio realizam as mesmas atividades da manhã – assistem vídeo-clips e jogam canastra –, contudo outras duas atividades são realizadas pelos internos de forma sistemática: jogos de futebol normalmente até as 17h e depois assistem ao programa televisivo *Malhação*, destinado a adolescentes. Normalmente, este momento é aguardado com muita expectativa pelos adolescentes que estabelecem uma interação bastante ambígua com o programa. De um lado, identifico que há uma assimilação dos internos ao desejo de estar inserido no padrão de consumo e de beleza vivido pelos atores do programa. Por isso, são constantes os comentários que demonstram a vontade de ter acesso aos bens de consumo e ao padrão de beleza feminino apresentado na televisão. De outro lado, percebo que em muitas vezes há uma contrariedade com o padrão comportamental apresentado. Isto é, os internos diante do programa expressam suas próprias visões de mundo e seus próprios valores frente a determinados comportamentos. A contrariedade dos internos em relação a uma cena do programa que retrata a ação de uma filha adolescente que tenta impedir o namoro de seu pai provoca grande indignação a ponto de alguns comentarem que *“se fossem o pai dessa guria dariam um laço nela e casariam novamente.”* A atitude imaginada pelos internos não corresponde a do personagem que preferiu manter o diálogo com a filha e inicialmente ceder as suas pressões distanciando-se da nova namorada. Desta forma, identifico que a recepção do programa *Malhação* pelos adolescentes não ocorre de forma passiva, mas sim de forma ativa através de uma interlocução entre os internos e as mensagens recebidas que são processadas e interpretadas conforme os seus valores e suas visões de mundo.

À noite o tempo de atividades é menor em relação ao tempo do dia. Assistir filme em DVD, jogar futebol, e conversar em pequenos grupos são as atividades mais desenvolvidas pelos internos.

Pela manhã após o café da manhã é comum os internos Cipó, Lasanha, Secão e Sarara se reunirem para jogar canastra. Normalmente quem faz o convite é Lasanha: *“E aí gurizada, vamo parti prá canastra até dez mil?”*

Cipó concorda, mas sugere: *“Ba meu, até dez mil é muito, vamo fica nos cinco mil. Se não o jogo enche o saco.”*

Sarara disposto a jogar esclarece que por ele tanto faz, porém, Secão concorda com Cipó: *“Assim meu, vamo jogar até dez mil, o cara nem vê o tempo passar, e quando vê já é hora do almoço e já era o pátio.”*

Lasanha concorda com a pontuação, mas esclarece: *“De repente vou ter atendimento técnico, aí entra outro no meu lugar.”*

Secão disposto a jogar propõe o seguinte:

“Aí Cipó, joga eu e o Sarara de dupla contra tu e o Lasanha até dez mil valendo cinco sobremesa da semana pro jogo ficar mais pegado, pode ser? Se o Lasanha tiver atendimento entra a dona Gabi (monitora) no lugar dele e segue valendo o jogo, pode ser?”

Lasanha confirma com Gabi sobre a possibilidade de ela jogar em seu lugar caso precise sair para ter atendimento. Gabi aceita participar se precisar e assim, o jogo tem início.

A partida de canastra desenvolve-se até as 11h e 10min e a dupla de Secão vence a de Lasanha. Este comenta com Gabi: *“Ba dona perdemo cinco sobremesa, vou ter que recuperar na próxima, ainda bem que o tempo passou, to de rango, já ta quase na hora do almoço.”*

Durante a tarde o Jogo de futebol e o programa de televisão Malhação representam dois marcadores de tempo utilizados por eles.

Logo após o início do horário de banho de sol no pátio Gigi convida a todos os internos do seu grupo para jogar futebol. A cada um ele pergunta: *“E aí irmão tem apoio o futebol agora de tarde?”* Após ter perguntado a todos o interno também convida a mim e ao monitor Nestor para jogarmos futebol. Eu respondo: *“Não tem jogadores suficientes para só vocês formarem dois times? o sol ta muito quente, assim fica difícil nós jogarmos.”*

Gigi insatisfeito convoca os monitores para jogar:

“Ai seu Nestor, tamo só esperando vocês monitores para jogarem com a gente. Dos guris que estão no pátio só oito querem jogar, o resto ou não jogam ou não tão pelo futebol hoje. Mas deixa assim seu, quando algum deles vier pedir apoio para eu jogar com eles eu também vou dizer que não to a fim. Aí não vai se criar o futebol deles.”

Após ouvir o interno, Nestor me pergunta: *“Vamos jogar?... vai ser cansativo, mas pelo menos vamos dar uma atividade para eles cansarem.”* Eu concordo: *“Vamos, então, jogar esse futebol para cansar esses guris.”*

Enquanto se veste para jogar Gigi volta a nos perguntar sobre nossa participação no futebol:

“E aí seu Nestor vamo parti pro futebol, não tem nada pra fazer neste lugar, tá tri quente hoje, e alguns aí não tão a fim de ficar parasitando neste lugar sem fazer nada. Até o horário da malhação dá pra nós jogar umas duas horas e meia e depois já era o pátio.”

Depois de refletirmos um pouco e tomarmos coragem para jogar resolvemos participar do jogo. A atividade aconteceu das 14h e 30min às 17h quando os internos tomam banho no chuveirão do pátio e se preparam para assistir Malhação a partir das 17h e 40min. Neste horário todos os internos que se encontram no pátio ocupam seus lugares, já marcados em frente à televisão, para assistir ao programa. O término desta programação representa o final do tempo de pátio durante a tarde e assim que termina o programa e a maioria dos internos se direcionam para o portão que dá acesso aos dormitórios.

À noite, assistir filme em DVD para muitos adolescentes representa o término de mais um dia na instituição. Os filmes são disponibilizados por iniciativa dos monitores. São eles que alugam ou “baixam” na internet os filmes vistos pelos adolescentes. O momento de assistir ao filme sempre é muito esperado pelos adolescentes e a expectativa em saber sobre o tipo de filme trazido pelo monitor é muito grande e se manifesta logo na chegada dos internos no pátio após o jantar. Neste momento, a maioria dos adolescentes se encontra no pátio, Constantino pergunta a Bozo, Aureliano e Pinóchio o que farão hoje à noite: *“E ai gurizada o que vamo faze agora de noite, vamo parti pro futebol ou vamo assistir o filme de borracha que o seu Nestor trouxe prá nós?”* Nestor ao perceber a dúvida dos

internos apresenta os filmes que trouxe: *“Hoje só tem os filmes: kung fu o retorno, O Grande Assalto, e o Estação 174.”*

Pinóchio que ouve com atenção a resposta de Nestor comenta:

“Ba seu já vi todos os filmes. Destes só o Estação 174 é bacana os outros dois é palha, é ruim. Esse 174 é bala pros guris que não viram ainda vale a pena, conta a história do malandro lá do Rio de Janeiro que foi morto pela polícia.”

Bozo que acompanha a decisão solicita: *“Ó seu trás uns filmes bons pro cara ver, com tiroteio, umas cenas de sexo e de ação. Esses filmes com muito bi bi bi não adianta trazer porque a gurizada não gosta de ver.”*

A chegada de Gordo no pátio revela a importância do filme para os internos: *“Ó seu, trás uns filmes de ação pro cara ver, se não to legal de pátio, e vou pro brete dormir. Já não tem nada pro cara fazer neste lugar e ainda o senhor traz estes filmes. Assim só o cara indo dormir mesmo.”*

Nestor escuta as solicitações dos adolescentes e responde:

“Ó gurizada, os filmes que eu trago são por minha conta e às vezes acontece de vir algum filme que vocês não gostam, o melhor é vocês me dizerem quais os nomes dos filmes que querem ver para eu tentar trazê-los nos próximos plantões.”

Os internos utilizam alguns marcadores sociais de tempo que estão intimamente relacionados a alguns aspectos das suas vidas dentro da instituição. A troca das equipes dos monitores durante as 24 horas do dia, o contato com seus familiares seja através das visitas ou das ligações telefônicas, e ainda, o dia e o mês da audiência são as principais referências temporais utilizadas pelos internos durante a internação.

Para os adolescentes a percepção da passagem do tempo acontece com a troca dos plantões dos monitores que fazem o atendimento na unidade. Os plantões trocam três vezes durante o dia: às sete horas da manhã, às treze horas da tarde e às dezenove horas da noite. É bastante comum nos momentos em que os monitores do plantão da noite assume o serviço, ao serem cumprimentados pelos adolescentes

ouvirem o seguinte comentário: “*E aí seu, boa noite. O senhor de novo aqui. Mais um dia no sistema.*” Normalmente, o adolescente encerra o cumprimento fazendo referência ao tempo que falta para sua próxima audiência de avaliação judicial.

A troca dos monitores que realizam o atendimento aos adolescentes também é um elemento de marcação temporal para os internos, pois é com a chegada dos diferentes monitores à unidade que se viabiliza a satisfação das suas diferentes necessidades. É isto que permite a determinados internos jogarem futebol ou trocarem conversas durante horas com monitores que possuem mais afinidades. As trocas de plantão tornam realidade, por exemplo, um atendimento com médico clínico geral, ou psiquiátrico. É a presença de determinado monitor que intermedia o atendimento com algum membro da direção da unidade que torna concreto o atendimento esperado há algum tempo. Diante disto, a troca de plantões dos monitores da unidade representa um marcador temporal diário para os adolescentes, pois é com a rotatividade destes profissionais que as diferentes necessidades e interesses podem ser satisfeitos, conforme o perfil, habilidade ou vinculação existente entre os monitores e os adolescentes.

O contato dos adolescentes com seus familiares através das visitas ou das ligações telefônicas também é outro marcador temporal. À maior parte dos adolescentes recebem visitas semanalmente. Da mesma forma, todos efetuam ligações telefônicas aos familiares no mesmo período.

O estudo de Maria de Nazareth A. Hassen sobre o trabalho dos presos no Presídio Central de Porto Alegre revela que a realização desta atividade tem duplo significado. Além de garantir a diminuição do tempo de pena para o apenado, também é uma atividade “saudável” que faz passar o tempo do apenado dentro da cadeia sem que se envolva em situações de indisciplina ou de confusões com os demais presos. Para ela: “... tanto para o preso quanto para o Estado, fazer passar o tempo, diminuir o tempo de reflexão, parece ser a tarefa do trabalho, isto é o trabalho prisional ‘ideal’ é o trabalho alienado”⁵⁶.

De maneira semelhante, os adolescentes internados se apropriam do tempo não com o trabalho que não lhes é permitido, mas, através da realização das

⁵⁶ HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os Dias. Ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999, p. 192.

atividades disponíveis na unidade, como: jogar futebol, assistir filme, receber visitas, jogar canastra. Possibilidades utilizadas como modo de manter a mente ocupada e evitar a “tentação” da fuga, do acerto de contas entre os rivais, e da realização de motins e rebeliões como formas de obtenção dos objetivos almejados: liberdade e melhorias nas condições de internação. É por isto, que nos momentos em que o clima institucional está tenso seja por desentendimento entre os internos ou por insubordinação as normas institucionais a realização de alguma atividade que represente o desenrolar do tempo não é aceita pelos internos, pois nestes momentos todas as suas atenções estão voltadas apenas para a realização dos seus objetivos imediatos e não futuros, logo não há uma preocupação com o passar do tempo, mas sim com as contradições do tempo presente.

4.2 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELOS ADOLESCENTES

No mundo moderno a disciplina passou a ser um importante fator de controle, dominação e organização da vida nos diversos espaços sociais. Para Michael Foucault:

As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’, e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam e estabelecem ligações operatórias: marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas, também uma melhor economia do tempo e dos gestos⁵⁷.

No que segue tomarei a relação dos internos com o regramento dos espaços institucionais como outro ângulo de visão das práticas cotidianas.

Como já observei, de maneira geral, com exceção dos dias de visitaç o, os internos n o demonstram interesse com a organiza o, higiene e conserva o dos espa os que ocupam. Raramente ouve-se de algum interno alguma avalia o sobre as condi oes estruturais da unidade. Tais manifesta oes se restringem   sensa o de calor ou frio, conforme a esta o do ano, e algumas tentativas de quebrar ou remendar as janelas dos dormit rios de acordo com o clima.

⁵⁷ FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir. Nascimento da pris o*. 23. ed. Petr polis: Vozes, 1987, p. 126.

Alguns espaços da unidade recebem dupla significação e são utilizados pelos internos de diferentes maneiras. O dormitório em algumas situações é vivenciado pelos internos como um lugar privado que pode ser organizado, limpo e decorado ao gosto dos ocupantes. É um lugar utilizado para preservar a privacidade pessoal e também em relação a seus pertences (roupas, alimentos etc.), pois podem alojá-los de forma a evitar que sejam compartilhados pelos demais. Por outro lado, em outras situações é percebido como um lugar de isolamento, solidão, e restrição a liberdade e a participação das atividades e rotinas na unidade. Isto acontece quando o interno é punido disciplinarmente com restrição das atividades, permanecendo no dormitório durante vinte e três horas e quarenta e cinco minutos por dia, tendo a possibilidade de realizar atividade no pátio ao sol por apenas quinze minutos por dia. Neste período o adolescente é autorizado a sair do dormitório apenas para ir ao banheiro, tomar banho, e depositar os restos das suas refeições no lixo.

O dormitório também é o lugar em que os adolescentes descarregam seus descontentamentos e suas contrariedades contra o “sistema” realizando de forma coletiva ou individual atos de tumulto e indisciplina através de chutes nas portas dos dormitórios, designado por internos e monitores como “pedalaço”. As paredes dos dormitórios também servem aos internos para expressarem seus sentimentos sobre família, espiritualidade e crime. Isto ocorre através de frases e desenhos como o de um coração com a frase no centro “Lasanha x Claudia para sempre.” Ou então, “*Não diga a deus que você tem um grande problema, mas diga ao problema que você tem um grande deus.*” E ainda, “*Depois que entrei na vida do 157 (roubo), o 121 (homicídio) entrou na minha vida.*” Além disso, o valor dado a experiência da internação e os sonhos a realizar também são expressos na frase de um autor desconhecido “*Outra vida tudo que sonhei, mas tenho que honrar a cadeia que já puxei.*”

O banheiro coletivo do piso superior da unidade, local dos dormitórios, também é apropriado pelos adolescentes de duas maneiras. Além de ser utilizado como um espaço onde realizam suas necessidades vitais e os cuidados com a higiene pessoal do corpo através do banho e da realização da barba, tal espaço também é utilizado algumas vezes como o lugar adequado para o acerto de contas entre os internos. Isto acontece porque é um lugar em que se realizam os atendimentos de forma grupal e não individual e por ser um lugar pequeno com três

divisórias, formado pelos muros dos boxes de cada chuveiro e de cada assento sanitário. Tal situação dificulta o controle visual dos funcionários sobre o local e em muitas vezes por falha dos monitores ou pela falta de funcionários ou pelo elevado número de internos a ser atendidos na unidade se torna possível a agressão entre os internos neste espaço.

O fundo do pátio em frente ao pilar de sustentação dos dormitórios da unidade é outro local de dupla apropriação pelos internos. Tal local é designado pelos adolescentes como a “rua dez” como referência a um espaço no Presídio Central utilizado pelos presos para realização dos confrontos e desafios entre as facções rivais. Em épocas de calma institucional este lugar é utilizado pelos adolescentes para escutarem e assistirem vídeo-clips e conversarem por longas horas do dia aproveitando as sombras produzidas pelas paredes dos muros do pátio. Entretanto, em épocas de tensões institucionais e em momentos em que há poucos monitores em atividades tal espaço se transforma no lugar do acerto de contas, brigas e ajustes das diferenças entre os internos. Nos momentos em que há poucos monitores no pátio este é o local ideal para a realização de tais atos, pois a ocorrência destes episódios sem a presença e visualização dos monitores garante a não punição dos adolescentes envolvidos nas agressões ou brigas. Nos momentos de instabilidade institucional é bastante comum surgirem notícias entre os internos e os monitores da ocorrência de alguma agressão de algum interno neste lugar. Contudo, a falta de flagrante ou de informações concretas sobre as condições do ocorrido inviabilizam a tomada de atitudes por parte dos monitores.

Foi com a intenção de controlar os espaços e manter a disciplina dos corpos dos internos que a reforma estrutural realizada nas unidades do CSE, concretizou-se em 2000. Esta reforma teve dois objetivos principais: garantir um atendimento mais individualizado aos adolescentes, e proporcionar maior segurança institucional visto que vários internos e monitores sofreram recorrentes prejuízos após diversos motins. A compartimentação do espaço e o controle de cada ambiente através de cadeados e portões de ferros, limitou a movimentação e o acesso dos adolescentes pelo interior da unidade. A utilização e o acesso dos lugares da unidade pelos internos ficaram bem definidos pelas regras institucionais.

Entretanto, a ocupação e a apropriação dos espaços na unidade não se restringiram as formas estabelecidas pela instituição, pois os adolescentes também se apropriaram dos espaços conforme seus interesses e necessidades.

Esta possibilidade é bem dimensionada por Gustave-Nicolas Fischer ao considerar:

(...) o espaço é objeto de práticas e de intervenções diversas que definiremos pelo termo apropriação. Trata-se de um processo que permitirá mostrar que o comportamento humano não é um sistema passivo. Esse exerce sobre o espaço um domínio físico e psicológico, ou ambos, afirma com isso uma dominação através do qual ele pode se determinar e agir⁵⁸.

A ocupação dos espaços na unidade ocorre através dos movimentos e ações dos monitores e adolescentes. Os primeiros buscam exercer o controle institucional impondo as regras e delimitando como os espaços devem ser ocupados pelos internos. Estes, ao mesmo tempo, que tentam demonstrar que respeitam a utilização imposta pela instituição apropriam-se de alguns lugares de modo a fazer valer o seu código de conduta e os seus valores.

4.3 O ECA E AS INTERAÇÕES ENTRE MONITORES E INTERNOS

A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente não ocorre de forma linear, e tem sido um processo marcado por avanços e recuos, principalmente nas questões referentes aos adolescentes infratores. No Rio Grande do Sul isto não é diferente. Até hoje o reordenamento institucional baseado nas diretrizes do Estatuto é impactado com medidas que tem como objetivo a readequação institucional dos equipamentos de atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais privados de liberdade. Neste aspecto, a transformação dos valores sociais em relação ao adolescente infrator e as novas determinações legais contidas no ECA impuseram algumas mudanças no atendimento aos adolescentes internados na FASERS. A relação entre os internos e a instituição representada pelos servidores sofreu um processo de transformação deixando de ser baseada no

⁵⁸ FISCHER, Gustave Nicolas. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização – Dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2001, v. II, p. 83.

autoritarismo ou na violência física. Decorridos alguns anos e a partir da contratação de novos servidores, principalmente monitores e técnicos, em 1998 passou a ganhar espaço um padrão de atendimento direto aos adolescentes centrado no vínculo entre os servidores e os internos com o objetivo de transmitir novos valores, e novas formas de relacionamentos interpessoais aos adolescentes, dotando-os de um conhecimento e de uma experiência capaz de fazê-los pensar, sentir e atuar socialmente de forma cidadã.

O vínculo preconizado para os atendimentos dos servidores aos adolescentes caracteriza-se pelo diálogo, pelo convencimento, pela autoridade e pela definição de limites comportamentais nas suas interações institucionais. Foi nesta esteira que a unidade “A” se constituiu após o último motim no ano de 2000 quando alguns servidores e adolescentes saíram machucados.

Este contexto institucional torna o cotidiano da unidade um espaço de intensa negociação entre monitores e adolescentes que buscam satisfazer seus interesses de acordo com as possibilidades e as estratégias ao alcance de cada um. As regras e as rotinas da unidade são objeto de negociação entre os dois grupos de atores e formam a base social e institucional a partir da qual os diferentes interesses dos agentes envolvidos nestas interações são negociados.

Maria Nazareth A. Hassen partilha do entendimento de Georg Simmel sobre a existência de sociedade sempre que existir reciprocidade de ação e uma unidade permanente ou passageira entre o grupo⁵⁹.

Para Georg Simmel a sociedade se constitui a partir da ligação entre os indivíduos pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que uns exercem sobre os outros⁶⁰.

Os diferentes interesses destes agentes pautam suas ações no cotidiano institucional. De um lado, interessa aos monitores realizar seu trabalho com segurança evitando eventuais ocorrências de insubordinação coletiva dos internos. Além disso, realizar seu trabalho de forma tranqüila e amena sem tensões e

⁵⁹ SIMMEL, Georg *apud* HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os Dias. Ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

⁶⁰ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 17.

questionamentos dos internos torna o dia-a-dia menos desgastante. Ou seja, os monitores objetivam mostrar aos internos que seguir as regras de comportamento e convivência estipulados pela instituição é o melhor caminho a seguir, pois isto lhes permitirá obter o desligamento da instituição em menor tempo possível. No mesmo sentido, encontrar soluções para eventuais problemas vivenciados pelos internos sem “prejudicá-los” disciplinarmente garante aos monitores maior credibilidade e confiança para atuar nas futuras situações de tensão e conflito em que estejam envolvidos no cotidiano institucional. Também interessa aos monitores que os adolescentes cumpram suas medidas sem se envolverem em situações que possam lhes causar prejuízos disciplinares, pois isto evitará que os internos tenham manutenção da medida de internação no momento da audiência. Tal fato não é interessante aos monitores na medida em que atender adolescentes com maior tempo de internação limita suas estratégias de negociação no cotidiano já que estes adolescentes acabam adquirindo uma bagagem maior de conhecimento institucional, o que torna muitas vezes as negociações mais difíceis ou desfavoráveis aos servidores.

Por outro lado, interessa aos adolescentes durante o período de internação o cumprimento das suas medidas de forma a obter maiores vantagens em relação às normas institucionais. Isto é, encontrar estratégias capazes de lhes proporcionar melhorias nas suas condições de vida regradas diariamente pela instituição. Assim, influenciar os monitores para que à aplicação das regras institucionais lhes proporcionem melhores condições para viverem na unidade constitui o seu principal interesse.

4.4 NEGOCIANDO A CONVIVÊNCIA E A AUTORIDADE

A formação dos agrupamentos humanos contemporâneos se constituem a partir das interconexões estabelecidas entre as ações individuais particulares e as experiências universais coletivas.

Gilberto Velho nas obras “Individualismo e Cultura” e “Projeto e Metamorfose” referentes às características culturais das sociedades complexas observa que a revolução industrial do século XVIII forjou as sociedades complexas

contemporâneas que se caracterizam pela profunda divisão social do trabalho, por um grande aumento da produção de bens e serviços e do consumo, e ainda, pelo aumento das interações sociais, econômicas e políticas a nível mundial e a um acelerado processo de crescimento urbano que passa a ser o local que expressa nitidamente os traços específicos deste tipo de sociedade.

É desta complexidade social que emergem expressões e experiências culturais universalizantes a todas as esferas, camadas e classes sociais, mas também de manifestações particularistas das diferentes classes sociais com seus respectivos universos simbólicos, enquanto participantes de um determinado espaço geográfico, simbólico, cultural e de manifestações individuais. Para Gilberto Velho:

Tomando-se como referência qualquer sociedade, poder-se-ia dizer que ela vive permanentemente a contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até de indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores-paradigmas, temas etc⁶¹.

Neste cenário social a cultura se constitui a partir das interconexões entre as experiências universalistas e as particularistas dos indivíduos. Estas acontecem através da capacidade dos indivíduos de escolher suas formas de atuação no contexto sócio-histórico existente. Tal possibilidade de atuação social individual não acontece de maneira totalmente autônoma, livre e espontânea, mas sim com base nos constrangimentos, nas tensões e nas interações estabelecidas com o outro numa determinada circunstância histórica e cultural.

É com base nestes entendimentos sobre ação individual, e interação social, histórica e cultural que Gilberto Velho constrói as noções de projeto, campo de possibilidades e metamorfoses. Desta forma projeto é: “No nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”⁶².

⁶¹ VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura - notas para uma antropologia das sociedades contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 18.

⁶² VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura - notas para uma antropologia das sociedades contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 28.

Por outro lado, o campo de possibilidades: “Refere-se ao que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo do simbólico da cultura”⁶³.

A complexidade da sociedade contemporânea com a exigência sobre os indivíduos de circular por diferentes contextos sociais com diversos planos e níveis de realidade concreta e simbólica implica na necessidade individual de acumular em seu repertório de atuação social a capacidade de constante transformação designada por Gilberto Velho como metamorfose que representa: “... a possibilidade, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos - portanto, a universos simbólicos diferentes - que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos”⁶⁴.

Neste sentido, a construção social e cultural das sociedades complexas contemporâneas está fundada nas trajetórias individuais expressas nos projetos específicos cuja possibilidade de concretização dependerá do tipo de interação e do campo de possibilidades em que estão inseridas.

Num sentido próximo, Sherry B. Ortner considera que as sociedades humanas se constituem a partir das ações dos sujeitos sociais através da prática no mundo e da produção deste mundo por meio da prática social.

Para ela: “... nem os ‘indivíduos’ nem as ‘forças sociais’ têm ‘precedência’, mas, contudo, há uma relação dinâmica, forte e às vezes, transformadora entre as práticas de pessoas reais e as estruturas da sociedade, da cultura, e da história”⁶⁵.

A construção do social está associada à capacidade de “agência” de cada indivíduo, esta se expressa socialmente com base na sua intencionalidade; nas diversas formas de comportamentos manifestos conforme o lugar e o tempo sócio-histórico, e ainda, conectado a sua capacidade de afetar coisas de acordo com o poder que dispõe.

⁶³ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose - antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 28.

⁶⁴ Ibidem, p. 29.

⁶⁵ ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 50.

Neste sentido, a noção de agência possui dois campos de significado: um, que tem a ver com a intencionalidade e com a capacidade do indivíduo em perseguir seus projetos constituídos culturalmente; e outro, associado ao poder, isto é com a ação dos agentes em relações de desigualdades, entre as forças sociais. Para Sherry B. Ortner:

Em uma modalidade, a agência está estreitamente relacionada com idéias de poder, incluindo tanto dominação quanto resistência; em outra, está estreitamente relacionada com idéias de intenção, com projetos de pessoas (culturalmente constituídos) no mundo e com sua habilidade de iniciá-los e de realizá-los⁶⁶.

Diante disso, poder e projeto conectam-se nas ações dos agentes e na formação sócio-cultural, pois normalmente o poder visa implementar um projeto.

O ambiente social vivido pelos adolescentes e pelos monitores na unidade “A” caracteriza-se pela realização de diferentes projetos expressos nos interesses de cada agente social no contexto institucional. Consideramos que o regimento, as rotinas e as normas da unidade e o código de conduta e honra dos internos constituem estruturas institucionais forjadas a partir da atuação individual e coletiva de cada um destes agentes na busca da satisfação dos seus objetivos e dos seus projetos. É nas interações destes agentes que são construídas estratégias de ação no interior da unidade, onde muitas vezes mesmo com ações e interesses divergentes resultam em condições favoráveis a ambos: um convívio que pode ser baseado no respeito, no vínculo, na autoridade e no diálogo capaz de encontrar soluções pacíficas e legais mesmo nos momentos mais contraditórios e tensos na unidade.

Como modo de ação dos monitores é possível elencar algumas iniciativas e práticas que colaboram para isto: a) a realização de atividade esportiva como o torneio de futebol; b) a realização de festas em datas comemorativas como o dia das crianças, natal e ano novo; c) a alteração da rotina institucional; d) o reforço ao código de conduta dos adolescentes em relação a seus familiares; e) a possibilidade de aplicação de medidas punitivas conforme o regulamento da unidade.

⁶⁶ ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 64.

Por outro lado, os adolescentes, sob o argumento de que estão com bom comportamento e que possuem capacidade para terem mais autonomia no seu cotidiano, demarcam aspectos da rotina institucional que consideram significativos, através de constantes e diárias solicitações para obterem “melhorias na unidade”, como: aumento do tempo de banho e de ligação telefônica para cada interno; maior tempo de atividades livre no pátio entre todos os adolescentes e não separados em grupos; autonomia para escolherem qual tipo de punição deve ser atribuída pelo grupo ao interno que viole o código de conduta. Além disso, os adolescentes utilizam-se da criação de situações de tensão e conflitos (físicos ou ideológicos) entre os próprios internos e entre eles e os monitores para pressionarem no sentido de obter benefícios, vantagens e regalias para além dos direitos expressos nas leis e nos regulamentos.

As estratégias utilizadas por monitores e adolescentes para satisfação dos seus interesses não são fruto da inspiração individual destes agentes, mas sim nascem do campo de possibilidades construído pelo processo social e histórico institucional. No que segue detalharei situações que dão visibilidade as negociações cotidianas entre internos e monitores:

4.4.1 O torneio de futebol

A realização dos torneios de futebol nasceu da percepção e do entendimento por parte da monitoria da unidade de que a instituição FASERS oferece pouca atividade sócio-pedagógica/recreativa aos adolescentes internados. Tal fato é um elemento que impõe dificuldades ao trabalho da monitoria, pois a falta de atividades e ocupações representa um caminho aberto para ocorrência de transgressões disciplinares oriundas dos conflitos entre os adolescentes e entre estes e as regras e normas da unidade representadas pela atuação cotidiana da monitoria. Neste sentido, a organização do torneio de futebol além de ser uma ocupação aos internos, também representa um momento de fortalecimento do vínculo entre os monitores e os adolescentes.

O início das negociações para realização do torneio de futebol ocorre a partir da constatação por parte dos monitores de que a unidade se encontra num momento de estabilidade disciplinar: ausência de ocorrência disciplinar grave por qualquer um dos adolescentes que resulte em aplicação de qualquer sanção disciplinar durante o período de dois a três meses. Com isso, os monitores sugerem a realização do torneio em data a ser combinada mediante o comprometimento de todos os internos em manterem um bom comportamento em relação às normas e aos funcionários da unidade. São os seis monitores do plantão noite “A” que tem a iniciativa de propor a realização do torneio tanto aos adolescentes quanto aos monitores dos outros plantões manhã, tarde e noite “B” e também ao representante da direção. Após a sugestão a cada dia que passa a expectativa dos internos aumenta e com ela as perguntas aos monitores de todos os plantões sobre a realização do torneio. A resposta dada normalmente é a mesma: *“... os monitores do plantão noite “A” estão negociando junto à direção sobre a possibilidade de realização da atividade mediante o bom comportamento de todos os internos da ala.”* Enquanto a resposta definitiva dos funcionários não é dada a expectativa dos adolescentes em favor do torneio de futebol é muito grande. Uma vez decidido favoravelmente e após a realização de reunião entre os monitores das diferentes equipes de trabalho e membros da direção, também cabe aos monitores do plantão noite “A” tomar todas as medidas necessárias para efetivação da atividade de forma organizada e segura a todos.

A tarefa seguinte dos monitores é definir como a atividade será desenvolvida e quais outros agentes institucionais precisarão ser acionados para a efetivação do torneio. Assim, o professor de educação física da escola é convidado a participar como árbitro das partidas, o setor de nutrição da FASERS autoriza e libera a permuta de algumas refeições da semana por carne para o churrasco de confraternização e a direção da unidade disponibiliza mais um ou dois monitores extras para garantir a realização da atividade com segurança. O torneio é realizado nos plantões noturno, em noites alternadas, das 19h e 30min às 22h e 30min, durante três plantões. A escolha dos times é feita através de sorteio e normalmente todos os internos participam, com exceção dos que estão impossibilitados de participar por motivos médicos. Os jogos são disputados durante as três noites, sendo a última reservada para a partida final. Após, o time campeão e vice-

campeão recebem como premiação medalhas para cada jogador e também são premiados o jogador que realizou mais gols, o goleiro que sofreu menos gols e o jogador que teve melhor disciplina durante as partidas do seu time. Após, é servido um churrasco de confraternização oferecido aos adolescentes, além de sorteios de brindes como bonés, tênis, bermudas, brinquedos, radinhos, entre outros objetos, angariados através de doações.

Nestas noites a rotina dos internos é alterada completamente. Todos os adolescentes descem para o pátio para acompanhar os jogos, as atividades escolares são suspensas e na noite final do torneio a janta do cardápio semanal é trocada pelo churrasco de confraternização. É autorizado que os internos tirem fotografias durante a confraternização. Tal evento deixa a unidade em clima festivo e de confraternização o que possibilita aos monitores e adolescentes o compartilhamento de alegria e satisfação.

O torneio realizado nos dias 13, 15, e 17 de outubro de 2009 evidencia as negociações estabelecidas entre monitores e internos. Durante a realização da formatura para a janta dos adolescentes o chefe de equipe do plantão noite “A” Sr. Nestor, comunica oficialmente para todos os internos a realização do torneio:

“Aí gurizada quero um minuto da atenção de vocês. Devido ao bom comportamento de todos vocês já há algum tempo, eu e a monitoria do plantão e os outros monitores da ala conversamos com a direção sobre a possibilidade do torneio. O diretor nos passou que se vocês estão bem e se comprometem a ficar bem depois do torneio é possível realizá-lo.”

Imediatamente todos os internos, ainda em formatura, expressam o contentamento com o anúncio através de gritos, sorrisos e aplausos e alguns comentam em coro: *“Pode crê seu.”*

Gigi comenta em tom provocativo e desafiador com os demais: *“Ba gurizada, não adianta vir contra, vou ser campeão de novo.”*

Lasanha responde: *“Se tu for campeão é porque eu não to pelo torneio, mas sim, pelo churrasco.”*

Em relação à disciplina da unidade Secção em conversa com Cipó alerta: *“Vamo se liga, pra não perder o torneio.”*

Após a janta, enquanto os internos aguardam o início do filme no pátio uma conversa entre os internos Dinho, Mudinho, Bozo e o monitor Ângelo evidencia outro sinal de comprometimento. Dinho garante: *“Ó seu, né gurizada? a ala vai ficar serena.”*

Os adolescentes que participam da conversa concordam e Ângelo ressalta que o bom comportamento de todos é necessário para a realização do torneio e acrescenta: *“O bom comportamento de todos vocês não é importante só por causa do torneio, mas sim porque além de garantir um dia-a-dia mais tranquilo para todos na unidade, também é o caminho mais rápido para vocês saírem daqui pela porta da frente.”*

Os internos que ouvem o monitor concordam com ele e Mudinho conclui a conversa *“To legal de ficar nesse lugar, vou ficar legal pra ir embora o mais rápido possível.”*

Do anúncio do torneio até o seu início, em dez dias, o assunto nas conversas entre os adolescentes e entre estes e a monitoria passa a ser o futebol tanto o jogado por eles na unidade quanto o jogado pelos profissionais acompanhados pelo rádio e pela televisão por todos. Por isto os desafios e as provocações são constantes, Zoreia provoca: *“Desta vez não tem pra vocês, a medalha de goleiro menos vazado é minha.”*

Sarara aceita o desafio e rebate a provocação: *“Vamo vê qual é que vai ser, não vou tomar nenhum gol e vou levar esta medalha.”*

A euforia e a alegria dos adolescentes com o início do torneio não impede a existência de momentos de tensão e nervosismo durante as partidas de futebol. Em vários momentos o futebol quase se transforma em agressões físicas entre os internos-jogadores. Tal fato só não acontece devido à intervenção da monitoria que acompanha e orienta o comportamento durante os jogos. Logo no início da partida do time C contra o time B, Gigi ao perder a posse de bola para Sarara, chuta-o escancaradamente. O juiz expulsa-o do jogo sob fortes reclamações e ameaças dos internos que compõem o time de Sarara. Bozo o ameaça: *“Nós vamo se quebra Gigi.”* Após orientações e advertência do árbitro do jogo e dos monitores que acompanham em volta da quadra à partida tem continuidade. Mais tarde num outro

lance violento Sarara, após perder a posse de bola, derruba Gordo de forma violenta. Imediatamente, todos os internos que estão jogando acusam-se generalizadamente das agressões. Ao levantar-se Gordo aproxima-se de Sarara e o ameaça: *“Ó negão nós vamo te pegar.”*

Sarara que acompanha a confusão em tom provocativo: *“Eu to jogando... é só vim me pegar.”*

Diante destes episódios o árbitro e a monitoria intervêm na partida, paralisam o jogo até que todos se acalmem. O chefe de equipe Nestor convoca a todos para que se aproximem do meio da quadra e: *“Só vou falar uma coisa para vocês: se continuar assim terminamos o torneio agora mesmo, não tem mais nada, nem futebol, nem churrasco, nem premiações.”*

Secão, membro do time que não participou da partida violenta comenta: *“Aí gurizada tamo tudo ratiando, o torneio é pra jogar, não é pra nós se matar.”* Passados alguns minutos o monitor Oliveira reforça a idéia de Secão: *“Olha só gurizada, a monitoria tá organizando o torneio para oferecer algo de bom e diferente para vocês. Se não querem ou não sabem aproveitar nós encerramos o torneio agora.”*

Na manhã seguinte quando o interno Gigi desce para o refeitório para almoçar me pergunta: *“Será que vai continuar o torneio amanhã?”*

Eu afirmo a ele que: *“Para o torneio continuar é preciso melhorar a disciplina... a monitoria do plantão só vai decidir sobre a continuidade ou não do torneio na próxima noite.”*

Durante a tarde que antecede o reinício dos jogos, Dinho, Bozo, Sarara me perguntam sobre a continuidade do torneio. Respondo que tal decisão acontecerá à noite antes do início do plantão, após conversa com a direção.

À noite, logo na chegada dos monitores Gigi me chama e explica: *“Olha só seu a gurizada conversou na troca do plantão e todo mundo combinou que vamo só jogar futebol, sem patifaria e sem reclamações entre nós e do juiz. Assim, será que dá pra nós continuar com o torneio?”*

Respondo para que todos possam ouvir: *“Vocês aguardem nos dormitórios uns 15 minutos para que a monitoria e a direção possam decidir. Daqui a pouco eu volto com a decisão.”*

Transcorridos 15 minutos, volto com a resposta: *“A monitoria conversou e achou melhor dar um voto de confiança a todos por isto o torneio terá continuidade. Mas no primeiro problema que houver está encerrado o torneio.”*

Após ouvirem atentos à decisão os adolescentes em coro comentam: *“É isso aí seu, pode crê. Vai sair só futebol, e já era.”*

As partidas restantes do torneio transcorrem dentro da normalidade e além das orientações da monitoria sobre a disciplina e comportamento durante os jogos, os próprios adolescentes se controlaram nas disputas de bola para não cometerem atos violentos uns contra os outros e não reclamarem da arbitragem para não tumultuar os jogos.

4.4.2 Sábados à noite: todos juntos no pátio

Desde a reforma estrutural no prédio da Comunidade Sócio-Educativa em 2001 ficou estabelecido pela direção e o grupo funcional, por motivos de segurança e para propiciar um atendimento mais individualizado aos internos, que nos momentos em que os adolescentes não estão em seus dormitórios individuais para a realização de atividades em outros setores, os internos deverão ser divididos em dois grupos. Tal decisão deveu-se aos constantes motins pelo qual passou a unidade e esta foi uma estratégia encontrada pela instituição para dificultar a organização dos internos para atos de insubordinação coletiva.

A flexibilização desta norma passou a ser utilizada como moeda de troca nas negociações entre monitores-instituição e adolescentes. Da parte dos monitores a flexibilização da norma é utilizada como forma de garantir o compromisso efetivo de bom comportamento dos internos em troca da possibilidade de que todos tenham atividades no pátio ao mesmo tempo.

A oferta desta possibilidade aos internos ocorre, normalmente, no período de transição entre a primavera e o verão, época de muito calor quando a proximidade das festas de natal e de final de ano trazem também novas tensões. Diante disso, o chefe de equipe dos plantões noturno ou o assistente de direção da unidade propõe aos internos a possibilidade de que uma vez por semana todos tenham atividades ao mesmo tempo no pátio. Assim, aos sábados à noite, sob a condição de que durante a semana não tenha havido nenhuma ocorrência disciplinar seguida de punição disciplinar a qualquer adolescente da unidade.

Tal atividade evidencia o compartilhamento dos interesses dos monitores e dos adolescentes na medida em que a sua efetivação significa que a manutenção da ordem e da disciplina dos internos através do bom comportamento almejados pelos monitores foi alcançada. De outra forma, a realização desta atividade representa a satisfação do interesse dos adolescentes de obterem a possibilidade de ter mais tempo “livre” de pátio para amenizar o calor sentido nos dormitórios nas noites de verão, e ainda, realizarem maior integração entre eles, na medida, que dispõem de mais tempo juntos num mesmo ambiente.

Num destes sábados em rápida reunião antes de iniciar o plantão os seis monitores da equipe combinam: *“Se tiver mais de dezoito guris para jogar futebol e eles nos convidarem, nós jogaremos. Assim, se formará quatro times de futebol para revezamento, todos poderão jogar e vamos dar um cansaço neles para termos uma madrugada tranqüila.”*

Eu e Sidnei concordamos em jogar futebol com os internos e o chefe de equipe continua suas orientações: *“... a Gabriela fica na gaiola, o Agnaldo fica controlando as chaves do saguão e a Mafalda observa o fundo do pátio, Ok?”*

Logo após a descida dos adolescentes para o pátio o interno Gordo me convida para jogar futebol: *“E aí seu vamo jogar um futebol hoje?”*

Em tom irônico respondo: *“Se tiver vaga nos times até jogamos, mas tu sabe que eu não jogo futebol, eu dou show de bola.”*

O adolescente aos risos responde: *“Ba seu, menos no jogo da semana passada o meu time ganhou do seu três vezes na noite.”*

Eu alego: *“Naquele plantão eu tava machucado e não podia correr, mas hoje vamos ver como vai ser.”*

Gordo, então finaliza o convite: *“Ta só pelo senhor se fardar pra nós ver qual é que é.”*

Logo depois, Secão convida o chefe de equipe: *“E aí seu vai tomar uma aulas de futebol hoje?”*

Nestor lhe responde: *“No jogo passado meu time ganhou todas e o teu, quantas partidas ganhou?”*

Secão conclui o convite: *“Hoje só vai dar o meu time e vou lhe dar um chapeuzinho.”*

Durante todo o plantão, até as 22h e 15min os adolescentes e os monitores jogaram futebol terminando a atividade em completa exaustão física.

Pode-se afirmar que a realização desta atividade é uma estratégia de negociação utilizada pela monitoria com os adolescentes com o intuito de manter a ordem e a disciplina na unidade. Ela possibilita aos monitores uma inserção e integração com os adolescentes numa atividade lúdica e saudável, o que muitas vezes permite aos monitores detectar algumas situações de desavenças entre os internos ou entre eles e a instituição através da observação dos comportamentos e dos comentários feitos por eles durante a atividade. O jogo de sábado também garante aos monitores um plantão de trabalho tranquilo e sem contradições com os internos uma vez que a atividade proporciona grande desgaste físico e uma boa noite de sono. Por fim, ela representa um elemento de barganha nas negociações cotidianas com os adolescentes uma vez que a violação do bom comportamento destes pode ocasionar a suspensão desta atividade. Isto representa um prejuízo aos internos já que disporiam de menor tempo de pátio, menor possibilidade de convívio grupal entre todos, e significaria a perda de credibilidade nas negociações e combinações com os monitores nos acordos futuros.

4.4.3 A Festa de Natal

A realização das festividades em comemoração ao dia das mães, ao dia dos pais, das crianças e de natal também são maneiras de garantir o bom comportamento dos internos em relação às normas e o respeito aos funcionários da unidade. Escolhi a festa de natal para demonstrar como se dá as negociações entre monitores e adolescentes.

O início do mês de dezembro de 2009 é marcado pela expectativa dos adolescentes em relação ao natal e o fim de ano. Para muitos internos o primeiro natal longe das suas famílias é um elemento causador de abalos emocionais. Para outros, a certeza de passar mais um natal longe da família também representa um motivo para desestabilização emocional. No entanto, os experientes no sistema sabem como encontrar caminhos para superar a frustração. Certamente, a festa de natal programada para os internos e seus familiares é um mecanismo de superação deste sentimento, pois ela rompe com a rotina institucional e aproxima monitores, internos e seus familiares.

O período natalino é um dos momentos mais difíceis dentro da instituição. O calor da época, o distanciamento dos familiares e as festividades das quais não participarão tornam a reclusão mais “pesada”.

A conversa entre Castilhos e Nívea, monitores do plantão da tarde expressa bem esta realidade. Ele pergunta: “*Vais tirar férias em dezembro este ano?*”

Lívia responde: “*Não, esse ano ninguém vai tirar férias em dezembro, vou ter que ficar aqui. Vou ter que agüentar os abalos dos guris por qualquer coisa, ajudar na festa de Natal.*”

Castilhos conclui: “*Dezembro não é fácil no sistema; é os guris abalados, poucos funcionários, e ainda temos que fazer a festa de natal.*”

Em dezembro de 2009, desde o dia 15 a expectativa dos internos quanto à realização da festa já se manifesta durante as rotinas na unidade sendo corriqueiro o questionamento aos monitores sobre a realização da festa de natal. Após reunião

dos monitores, todos os adolescentes são informados que a festa ocorrerá no dia 20 de dezembro.

A satisfação dos internos com a notícia é expressa por Dinho ao comentar com Gigi e Bozo: *“Ba meu nesta festa vão vir me visitar minha mãe, minha mina e meu irmãozinho. Vou tirar várias fotos com eles e algumas mando para casa e outras ficam comigo no brete.”*

Gigi, confirma contente: *“Vou pedir pro meu povinho vir bem cedo prá festa pra aproveitar bastante tempo com eles.”*

Bozo concorda com ambos e completa: *“Eu também vou tirar várias fotografias, conversar com meu irmão e minha mãe, e vou comer um monte de galeto assado.”*

A programação da festa é a seguinte: por volta das 7h e 30min os adolescentes são despertados para se prepararem para a chegada dos seus familiares que tem acesso liberado à unidade a partir das 9h. Devidamente arrumados os adolescentes aguardam no pátio a chegada dos seus familiares. As 12h é servido o almoço: galeto assado, arroz, salada de maionese, pão com alho e refrigerante.

Por volta das 14h é o momento da chegada do papai Noel. Um funcionário veste-se de papai Noel e distribui presentes obtidos através de doações da polícia federal e da receita federal e distribuídos, aos familiares crianças, adultos e aos adolescentes.

As 16h são oferecidos salgadinhos, bolos e refrigerantes. Os Membros da direção e funcionários cumprimentam os familiares e os internos desejando feliz natal. A festa encerra-se às 18h.

A satisfação dos adolescentes com a realização da festa natalina é detectada logo após o seu encerramento. Durante a limpeza do pátio ao final da festa Gordo, Sarara e Pinóchio conversam e o primeiro comenta: *“Ba gurizada, esse lugar não é fácil, mas tem algumas coisas que eu vou sentir saudades, hoje foi tri legal.”*

Sarara concorda com Gordo: *“Que bom que o meu povinho veio na festa, já que não vou tá em casa no natal, deu curtir hoje.”*

Pinóchio, também satisfeito com a festa conclui: *“A festa tava tri serena, até os guris que não pegaram visita aproveitaram pegando visita com os outros. Não deu embolamento nenhum.”*

A realização da festa natalina somente acontece mediante o bom comportamento dos internos. Esta é a pré-condição para que ela aconteça. A sua efetivação culmina na comunhão dos interesses dos internos e dos monitores. Estes mais uma vez utilizam tal momento para aprofundar a relação entre os internos e seus familiares de maneira a reforçar com eles a necessidade de manterem um bom comportamento para que a instituição possa proporcionar mais momentos agradáveis como este e que a manutenção do bom comportamento é o melhor caminho a ser seguido pelos internos no cumprimento das suas medidas o que lhes possibilita o desligamento mais rápido da instituição.

Por outro lado, a festa representa para os adolescentes uma oportunidade de confraternizar uma data familiar considerada importante. Além disso, significa ter acesso a condições institucionais que no cotidiano não têm possibilidade. O maior tempo de visitação, a possibilidade de confraternizar a data juntos e com outros familiares, e o acesso a alimentos e presentes não disponibilizados pela instituição cotidianamente fazem com que os internos valorizem bastante a realização das festividades.

A valorização dos internos quanto ao acesso ao almoço especial e aos presentes de natal oferecidos a eles e seus familiares são recorrentemente expressas. Enquanto sirvo o almoço ao interno Sapão, este comenta: *“Ba seu, capricha aí no galeto e na maionese, hoje enquanto tiver eu vou comer. Faz favor também seu, capricha no rango do meu povinho.”*

Eu o tranquilizo dizendo: *“Pode deixar Sapão, tem bastante comida, frango não vai faltar, pode comer a vontade.”*

Da mesma forma, a satisfação dos internos quanto aos presentes recebidos também é manifestada logo após a saída do papai Noel da unidade. Em conversa

entre os internos Aureliano e Cadelão, o primeiro refere: *“Ba meu, dei pé quente no sorteio dos presentes fiquei com um rádio-fone e meu irmãozinho com um bonequinho.”*

Cadelão alegremente, responde: *“Também dei pé quente, fiquei com um boné da nike e meu sobrinho com um carrinho.”*

A realização da festa natalina e o oferecimento de um atendimento que disponibiliza uma melhor atenção aos internos e aos seus familiares é reconhecida como um evento importante pelos adolescentes, por isto retribuem a atenção dada através do bom comportamento institucional e do respeito às regras, rotinas e aos monitores no cotidiano institucional.

4.4.4 Quando as regras dos internos interessam aos monitores

As ligações telefônicas dos adolescentes aos seus familiares acontecem às segundas-feiras nos três turnos até as 22h e 30min . O momento de realização da ligação é muito esperado por todos, e por isto, como forma de demonstração de respeito aos familiares de cada um toda vez que algum deles está ao telefone todos os demais devem evitar comportamentos que representem agitação, bagunça e desordem na unidade. Por isto, conversas altas entre os internos, e entre estes e os monitores, o alto volume da televisão e do rádio os gritos e reclamações durante as partidas de futebol devem ser evitadas para não atrapalhar o diálogo do adolescente e seu familiar ao telefone.

Durante uma partida de futebol à noite, os internos apostam duas garrafas de refrigerante e a partida desenvolve-se de maneira muito disputada com os internos falando alto sobre as jogadas e comemorando os gols feitos. Quando o chefe de equipe Nestor, chama Dinho no piso superior, Gordo que joga futebol com os demais adolescentes alerta: *“Vamo se ligar gurizada tem irmão no telefone... vamo jogar só futebol, sem gritaria.”*

Bozo que também joga futebol avisa a Secão, Constantino e Gigi que estão próximos: *“Aí meu tem malandro no telefone, vamo cuidar os gritos.”*

O cuidado com o barulho e a agitação no dia das ligações telefônicas também envolve os internos que se encontram nos dormitórios. Neste setor da unidade é bastante comum os adolescentes conversarem uns com os outros de dentro dos seus dormitórios. Os que preferem escutar música muitas vezes cantam em voz baixa de maneira a não atrapalhar as rotinas do setor. Entretanto, no dia de ligação o cuidado com o barulho é permanente para os internos, pois pode dificultar o chamamento do interno pelo monitor para a realização de sua ligação e também, pode atrapalhar a comunicação do interno com seu familiar.

Durante uma tarde de segunda-feira enquanto os internos jogam futebol no pátio, os adolescentes do piso superior tomam banho e escutam rádio nos dormitórios. A monitora Gabi chama o interno Aureliano: *“Ó de cima, telefone para o Aureliano.”*

Sarara que se encontra no saguão do piso superior pergunta: *“O que foi dona, pra quem é a ligação?”*

Gabi avisa novamente: *“Ligação para o Aureliano.”*

O monitor Anastácio que atende no piso superior escuta o chamamento e avisa Aureliano em voz alta: *“Telefone para ti Aureliano.”*

Aureliano ao tomar conhecimento de sua ligação fala aos demais: *“Ba gurizada ta muito alto o volume do rádio, e ainda tem malandro cantando, assim fica difícil fazer as ligações.”*

Sarara que retorna ao seu dormitório, comenta com os demais: *“Ba gurizada vamo te que parar com cantoria e baixa o som do rádio, ta atrapalhando as ligações.”* Polenta e Lasanha, que estão em seus dormitórios concordam com a idéia de Sarara. O volume do rádio é reduzido e os internos param de cantarolar em seus dormitórios.

O estímulo dos monitores ao cumprimento do código de conduta estabelecido pelos internos revela uma outra maneira de alcançar a manutenção da boa disciplina dos internos na unidade.

Durante a visitação, um grupo de internos aguarda a chegada das suas visitas no refeitório e o outro nos dormitórios. Os adolescentes que esperam a visita no refeitório, normalmente, jogam ping-pong, escutam músicas em vídeo-clips, conversam em pequenos grupos e jogam canastra. As discussões entre os adolescentes em torno das partidas de ping-pong e o alto volume das músicas são os fatos geradores das advertências dos monitores em relação ao barulho feito pelos internos. Tais advertências se dão sob o argumento de que tem visita na unidade e que é preciso zelar pelo bom comportamento e pela boa postura. Enquanto jogam ping-pong em rodízio os internos Bira e Zoreia discutem sobre a vez de cada um jogar: Bira argumenta: *“É minha vez de jogar agora, só fui ali ao banheiro e já voltei para jogar, não saí da fila.”*

Zoreia não concorda: *“O jogo com rodízio é assim, saiu do lugar, já era, perdeu a vez.”*

O estranhamento entre os internos aumenta. Ameaças mútuas acontecem, até o momento em que a monitora Suzane intervém: *“Ta e aí pessoal? mesmo com visita na ala vocês não se comportam direito.”*

Os adolescentes surpresos com a intervenção da monitora interrompem a discussão, e ao mesmo tempo Bozo que aguarda sua vez faz um alerta: *“Ai meu, já era é visita na ala, deixa que eu jogo no teu lugar Bira depois tu entra na minha vez.”* Bira e Zoreia concordam com a idéia e a desavença imediatamente é encerrada.

O estímulo ao código de comportamento dos adolescentes em relação aos seus familiares é usado pelos monitores como estratégia para manutenção da estabilidade disciplinar dos internos na unidade. Tal ação representa três aspectos importantes na relação entre monitores e adolescentes: primeiro, o reforço ao código de comportamento dos internos assegura maior estabilidade e tranquilidade na execução das rotinas e na disciplina dos internos uma vez que esta é uma preocupação principal dos adolescentes nos momentos em que se relacionam com seus familiares na instituição; segundo, a postura dos monitores em manifestar

preocupação com o bem estar dos familiares com o que estão vivenciando na unidade reforça o vínculo entre os monitores e os internos na medida em que ambos atuam na defesa do mesmo interesse- o bem estar dos familiares; terceiro tal postura reforça a credibilidade dos internos nos monitores o que possibilita uma intervenção nos momentos de conflito e tensão de maneira dialogada e negociada por parte da instituição.

4.4.5 A aplicação de medidas disciplinares: outra ocasião de negociação

O cotidiano dos adolescentes é acompanhado e observado de perto pelos monitores. A satisfação das necessidades mais básicas dos internos, como: ir ao banheiro, tomar banho, beber água, e fazer as refeições dependem da ação dos monitores que autorizam e abrem os cadeados para que eles possam realizá-las. A “liberdade” dos internos é restrita dentro da unidade e a dependência dos servidores para satisfação das suas necessidades básicas resulta na constituição de uma relação permeada pela ambigüidade, ora a relação se estabelece de forma harmoniosa e tranqüila, ora a relação pode ficar tensa e conflituosa. A mudança no tom de voz, a alteração involuntária na ordem de um atendimento, ou simplesmente o cansaço de um monitor ou a ansiedade de um interno pode resultar numa situação de tensão. Neste contexto, a aplicação das medidas disciplinares pelos monitores aos internos também é utilizada como um instrumento de negociação.

A aplicação das medidas disciplinares aos internos são prerrogativas dos monitores no cotidiano. De acordo com o regulamento da unidade para cada conduta dos adolescentes que viole o padrão de comportamento desejado pela instituição corresponde uma punição. Desta forma, a cada adolescente que ingressa na unidade são transmitidas instruções sobre o tipo de comportamento desejado pela instituição de maneira que ele possa discernir o que é considerado certo ou errado, o que pode e o que não pode ser feito. As regras rotineiramente são lembradas aos internos pelos monitores tanto de forma coletiva quanto individual. Isto acontece para que os adolescentes tenham consciência de que o recebimento de punição disciplinar somente pode acontecer quando existir algum fato que a

justifique, caso contrário elas não são aplicadas. Qualquer punição aplicada deve constar na pasta individual dos adolescentes para que no momento da audiência seja avaliada pelo juiz. Entretanto, ocorre que de acordo com o adolescente e o tipo de ocorrência disciplinar a medida punitiva prevista no regulamento pode ser abrandada ou mesmo não ser aplicada conforme a interpretação feita pelos monitores sobre a situação. O desentendimento entre o Mudinho e o monitor Dante devido à insatisfação do interno por considerar ter recebido o atendimento com muita demora resultou na ameaça de agressão física e ofensas verbais com palavras de baixo calão ao monitor. Depois de uma conversa entre os membros da equipe e a chefia para decidir qual atitude tomar frente ao adolescente resolveu-se, tratar a situação com o interno separadamente e adverti-lo verbalmente ao invés de restringi-lo do convívio com o grupo e encaminhá-lo a unidade de atendimento especial, conforme previsto nas regras da unidade. Isto porque o cumprimento da medida prevista impediria a liberação do adolescente na próxima audiência que ocorreria em três dias.

Há outras situações disciplinares de menor potencial ofensivo em que há maior tolerância dos monitores. Reclamações dos internos sobre o tempo para a realização das ligações telefônicas aos familiares; sobre o tempo máximo de banho para cada um, e a falta de atendimento técnico e jurídico, na maioria das vezes não se transformam em ocorrências disciplinares e punições aos internos. Normalmente, são tratadas pelos monitores de maneira a orientá-los e a informá-los sobre os motivos pelos quais suas solicitações não são atendidas e qual a melhor forma de obterem a satisfação das suas demandas quando isto é possível.

Mostrar aos internos que um dos interesses dos monitores no desempenho das suas funções é o de ajudá-los a obter a progressão das suas medidas sócio-educativas é diariamente expresso pelos funcionários. A aplicação de alguma medida de punição disciplinar é um momento privilegiado para expressar tal intenção, desde que isto não acarrete ilegalidade ou sanções administrativas ao monitor. Por isso, a negociação com os internos no momento da aplicação da medida punitiva é utilizada como estratégia para satisfação dos interesses dos monitores uma vez que o abrandamento de uma punição ou o esclarecimento constante aos internos sobre as normas da unidade ilustram a intenção dos monitores em ajudá-los na obtenção da progressão da medida, desde que tenham

consciência, entendimento e mudança de comportamento em relação às ocorrências disciplinares em que eventualmente venham se envolver.

4.5 O BOM COMPORTAMENTO COMO INSTRUMENTO DE BARGANHA

Às ações dos adolescentes para fazer valer seus interesses na unidade estão relacionadas a dois elementos: a demarcação de alguns aspectos da rotina institucional que julgam ser melhoradas e a criação de situações de tensão e conflito entre os internos e os monitores.

A ausência de ocorrências disciplinares por um período superior a quinze dias é percebida por todos -internos e monitores- como algo “anormal” na unidade, pois o comum é que no transcorrer dos dias aconteça alguma situação que cause punição disciplinar a algum interno. Esta situação de anormalidade é utilizada pelos adolescentes como justificativa favorável para obterem a satisfação dos seus interesses através do convencimento dos monitores de que estão comprometidos com o bom comportamento. Após convencerem os monitores, os internos delimitam as rotinas que desejam ser melhoradas através de constantes reclamações e solicitações. Durante o almoço Lasanha me pergunta:

“E aí seu, a ala ta serena, os irmãos tão tudo por ir embora pela porta da frente, faz tempo que não dá isolamento e nem restrição de nenhum de nós, será que a monitoria e a direção liberar pra nós a entrada na ala de brincos e anéis pelas visitas?”

Escuto com atenção o pedido e os argumentos do adolescente e lhe respondo:

“Olha Lasanha, tu sabe que não é permitida a entrada deste material na unidade faz bastante tempo, mas pra liberar, agora, depende do comportamento de todos vocês, a liberação dos monitores e da direção em reunião de micro-equipe. Realmente, a ala ta serena, mas isso não significa que será permitido.”

Acompanhando nossa conversa, Sarara também questiona a monitora Lívia que observa o almoço de todos: *“E aí dona, o que a senhora acha de entrar na ala os brincos pra nós? tamo sereno, ninguém tá por patifar o lugar.”*

Lívia, confusa, meio sem saber o que dizer, responde: *“É a ala ta tranqüila, mas quem decide isto é quem estiver na reunião.”*

Bozo insiste no assunto e antes de sair do refeitório pergunta ao monitor: *“E aí seu Nestor, o senhor que é chefe, nós tamo merecendo liberar pra nós os brincos?”*

Nestor que há pouco havia entrado no refeitório responde e todos os internos que almoçam o escutam com atenção: *“Se vocês querem ir embora pela porta da frente, ficar sereno na ala é obrigação de cada um, mas na próxima reunião vamos debater sobre o assunto.”*

Após a resposta, Bira comenta com Sapão: *“Ó, vamo ver qual é que vai ser.”*

As ações dos adolescentes para negociar e convencer os monitores na busca da satisfação dos seus interesses não ocorre pela ação individual de um ou outro interno. Os argumentos e os ítems da rotina e das regras que os internos julgam poder ser melhoradas são expressos coletivamente, independentemente de qual posição é ocupada pelo adolescente no grupo. Neste sentido é bastante comum que os argumentos e a demarcação dos aspectos do cotidiano que devam ser melhorados sejam muito invocados por algum interno que não esteja completamente inserido ou aceito no grupo, pois esta é uma forma dele obter sua aceitação pelo grupo defendendo seus interesses. Vejamos alguns exemplos:

4.5.1 Aumento do tempo de banho

O aumento do tempo máximo de banho é outra demanda recorrentemente feita pelos internos. São bastante comuns as reclamações sobre o pouco tempo de banho, mesmo que haja uma tolerância dos monitores em relação a este tempo. Enquanto é autorizado para ir ao banho Cipó pergunta a monitora Bernadete: *“Ó dona, hoje o banho vai ser de dez minutos pra cada um, cinco minutos não dá nem pra lavar as mãos.”*

Bernadete aos risos, responde: *“Eu e o seu Severiano estamos pensando em liberar um banho de três minutos para vocês, tem muito guri na ala e vai faltar tempo para terminar as rotinas no horário.”*

Cipó insatisfeito com a resposta da monitora, ironicamente comenta: *“Ba dona, nesse lugar não dá nem pro cara tomar um banho sereno, me dá uma guela hoje no banho?”*

Bernadete insiste: *“Não tem guela para ninguém, se liberar para ti, tenho que liberar para todos os outros.”*

Cipó toma seu banho e ao encerrar Bernadete o avisa: *“Encerrou o banho Cipó, já era.”*

Cipó insistente solicita: *“Só mais um pouquinho dona, to tirando o sabão do corpo.”* Enquanto isto a monitora realiza outros atendimentos e passados alguns instantes retorna ao banheiro e reforça o aviso: *“Ta, agora, já era, desliguei o chuveiro.”*

O interno antes de sair do chuveiro agradece: *“Serenos dona, pode desligar.”*

4.5.2 O tempo das ligações telefônicas

O tempo de duração das ligações telefônicas realizadas pelos internos é outra regra institucional constantemente criticada pelos adolescentes e também, apontada como uma norma que deve ser melhorada na unidade. Os contatos telefônicos feitos pelos internos normalmente servem para falar sobre como estão na unidade, perguntar sobre todos os familiares e amigos e ainda, confirmar se algum familiar virá visitá-lo nos próximos dias de visitas. Além disso, pedem o apoio de seus familiares para que lhes tragam cigarros, refrigerantes, bolachas, roupas e etc. O momento de encerramento das ligações telefônicas para maioria dos internos e para o monitor que faz o controle telefônico é marcado por tensões, pois na maioria das vezes os adolescentes querem permanecer conversando além do tempo máximo de cinco minutos autorizado pela norma da unidade. Ao ser chamado para realizar sua ligação Constantino comenta com a monitora Lucélia que está na gaiola e controla as ligações: *“Ó dona, hoje, vou falar bastante.”*

Lucélia aparentando tranqüilidade: *“Tu tens cinco minutos de ligação, e quando faltar um minuto para terminar eu te aviso e assim tu já vai encerrando a conversa.”*

Constantino faz sinal de positivo com o dedo polegar. Durante a conversa com sua companheira é possível ouvir ofensas mútuas com palavras de baixo calão.

Lucélia ao perceber o desentendimento tenta interromper a conversa pedindo calma a Constantino. Este alega ser assunto de marido e mulher e permanece discutindo com a sua companheira sem proferir palavras ofensivas.

Diante do esgotamento dos cinco minutos de ligação Lucélia informa a Constantino e solicita que conclua a conversa. Ele permanece com o desentendimento e não dá atenção a orientação de Lucélia. Após a conversa ter ficado mais amena e o tempo máximo de ligação ter sido extrapolado ele encerra a conversa. Logo após, foi chamado para conversar com Lucélia sobre o episódio e orientado para que nas próximas ligações telefônicas encerre a conversa no momento em que o monitor lhe informar sobre o fim do tempo de ligação. Constantino, mais calmo entende o recado, mas justifica: *“Ba dona tinha que resolver uns problemas, já era.”*

4.5.3 Queremos atividades no pátio

O desejo dos adolescentes de permanecerem o maior tempo fora dos seus dormitórios e realizarem atividade num único grupo é bastante forte e representa para eles um estímulo ao bom comportamento, fazendo com que em muitas situações do cotidiano esqueçam-se das diferenças, inimizades e rixa existentes. Desta forma, podem usufruir destes benefícios concedidos pela instituição. A possibilidade de satisfazer tal direito, também, em muitas vezes faz com que contenham as suas angústias, ansiedades e os descontentamentos com a instituição que os aprisiona, pois a manifestação destes sentimentos expressos

através da indisciplina, desrespeito, ou tumultos fazem com que alguns privilégios sejam suprimidos pelos servidores da unidade.

A perda deste privilégio representa um bom motivo para não se importarem com o bom comportamento geral na unidade. Após duas semanas de impossibilidade de realização desta atividade, devido à ocorrência de duas brigas envolvendo quatro adolescentes punidos com medidas disciplinares pela monitoria foi decidido pelos monitores pela suspensão temporária desta atividade. A decisão foi transmitida aos internos durante formatura para a janta na noite do sábado em que ocorreria a atividade. A insatisfação demonstrada pelos internos foi geral: *“Não adianta o cara ficar sereno na ala, nunca ganhamos nada.”* Ou então: *“Alguns malandros patifam na ala são isolados e a gente paga o pato.”* Estas queixas foram recorrentes entre os adolescentes.

Nestor, Gabi e eu conversamos com os internos em pequenos grupos e esclarecemos qual era o combinado: *“Para que todos tenham pátio no sábado à noite é preciso que não tenha ocorrido nenhuma punição disciplinar durante a semana.”*

Sarara não concorda com o argumento: *“O que nós temos que ver com os caras que tão isolados? Nós não temos culpa.”*

Reitero o que foi acordado: *“O combinado é esse, não importa quem foi punido disciplinarmente... às vezes alguns pagam pelos erros dos outros.”*

Lasanha indignado responde: *“O cara tem que patifar mesmo nessa ala, só tiram coisas da gente.”*

Após a agitação inicial de quase todos os adolescentes o plantão segue com as rotinas normais.

Transcorridos aproximadamente 40 minutos de atividades no pátio, repentinamente Zoreia pega a cadeira de plástico em que estava sentado e vai em direção a Bozo e lhe desferiu uma cadeirada na cabeça. A monitoria que estava no pátio intervém, imediatamente separa os dois internos que são cercados pelos demais e desejam ofender e agredir Zoreia por ter desferido a cadeirada sem motivos aparentes. Mudinho e Moleza acusam Zoreia de *“safado, espichado e*

chinelos” por ter agredido o outro de forma traiçoeira. Mudinho ameaça: “*Tu não pisa mais nessa ala, safado.*”

Diante do tumulto Nestor e eu pedimos que todos os internos se acalmem para que não sejam prejudicados por medidas disciplinares e rapidamente conduzimos Zoreia a unidade de atendimento especial e Bozo a enfermaria para tratar dos machucados. Os demais se acalmaram e prosseguiram nas atividades que realizavam.

Presumimos que a perda do privilégio tenha sido o elemento detonador da atitude de agitação e de indisciplina praticado pelos internos. A frustração pela suspensão do privilégio fez com que os internos extravasassem suas diferenças e as suas contradições no ato de agressão física sofrida por Zoreia e nas manifestações dos demais sobre tal atitude.

4.5.4 Tensões e Conflitos entre monitores e internos

O delito praticado pelos adolescentes é um elemento acionado pelo grupo de internos para delimitar o código de conduta no interior da unidade. Os adolescentes internados por furto, roubo, homicídio, latrocínio e tráfico de drogas acabam por ter uma boa consideração e aceitação do grupo. Tais delitos são considerados “*crimes de malandro, de bandido, de homem*”, e por isso são valorizados pelos adolescentes. Por outro lado, os que cometem crimes contra crianças e violência sexual contra mulheres são desprestigiados e considerados não merecedores do respeito dos demais. Neste sentido, há os entendimentos de que o adolescente que comete tais crimes não deve nem ingressar na unidade, e uma vez ingressado, será pressionado para que saia da unidade. Se isto não for possível, devido à ação institucional, permanecerá segregado do grupo durante o cumprimento da sua medida.

Logo na noite de seu ingresso Beijo já foi constrangido com questionamentos pelos demais sobre o tipo de delito que cometeu para “cair preso.” Após a conversa do chefe de equipe Nestor com este interno, os demais adolescentes que se

encontram em atividades no pátio mobilizam-se para descobrir qual interno ingressou na ala. Imediatamente Bebezinho comenta com os demais: *“Tem duque, safado na ala.”*

Bozo pergunta a Bebezinho: *“Qual é que é desse gurizão?”*

Diante da atenção de todos os internos que estão ao seu redor no pátio, Bebezinho responde: *“Não sei né gurizada, mas tem uns papos aí que ele é duque, lá na cidade dele.”*

Após o encerramento das atividades quando todos os internos encontram-se nos seus dormitórios, os que vão ao banheiro param na frente do dormitório onde Beijo está alojado e o questionam sobre o motivo pelo qual está preso. Intimidado, responde: *“Ba meu caí preso por 157 (roubo).”*

Desconfiado Zoreia responde: *“Tu não ta nos enrolando, né meu?”*

Até o horário de descanso a conversa entre os adolescentes permaneceu sendo o delito de Beijo. Este permaneceu escutando e confirmando que seu delito foi roubo.

Entre os internos formou-se convicção de que Beijo ingressou na unidade por estupro e atentado violento ao pudor contra mulheres.

Dois dias após seu ingresso os constrangimentos e as pressões sobre Beijo continuaram e foram notados pela monitoria. Durante a troca do plantão da tarde para o noturno enquanto os internos se encontravam em seus dormitórios, repentinamente Cipó, Bozo, Zoreia, Bebezinho, entre outros, iniciam uma gritaria exigindo que Beijo saia da unidade. Gritavam: *“Puxa, puxa, puxa safado, duque. Pedala a porta do teu brete e sai da ala.”*

Beijo manteve-se em silêncio em seu dormitório, não chutou a porta e não respondeu aos gritos.

Gabi, Lívia e eu intervimos na situação solicitando silêncio para tratar o desentendimento. Eu questiono Cipó sobre a causa da gritaria e ele esclarece: *“Esse gurizão é safado, porão. Refrigerante e cigarro todo mundo se apóia no*

sistema, ele ta sacaneando os irmãos, não dá nada que é seu pros outros, mas fica toda hora pedindo cigarro pros caras.”

Lívia questiona Beijo sobre a situação e ele dá sua versão:

“Esses loucos tão me pegando dona, quando tenho refrigerante e cigarro vindo de minha família distribuo pra todos que me pedem. Quando eu peço para um ou para outro, eles dizem que não tem, que já acabou. Tão achando que o cara é trouxa... e tem mais dona, tão mandando eu puxar da ala, pedalar a porta do brete pra eu ser isolado, isso não vou fazer , não to errado , tão me pegando pra trouxa.”

Diante do impasse os monitores atendem reservadamente Beijo, Cipó, e Bozo. Cada um é orientado a respeitar o outro e a utilizar seus pertences próprios e não os dos outros. Além disso, Gabi ressalta: *“A troca de internos entre as unidades do CSE se dá por autorização judicial e não pelo desejo de um ou outro interno, portanto, Beijo permanecerá na unidade.”*

A convicção do grupo de adolescentes sobre o tipo de delito de Beijo fez com que o grupo passasse a constrangê-lo e pressioná-lo a fim de excluí-lo do grupo. O objetivo dos internos era que Beijo provocasse alguma situação de indisciplina na unidade de forma intencional como chutar a porta do seu dormitório para então ser punido institucionalmente com a medida de separação do convívio do grupo e com isto sair da unidade. A intervenção da monitoria advertindo e orientando os internos evitou que isso acontecesse.

Desde então, Beijo passou a ser segregado do restante do grupo. Passou à consumir “apenas” os seus próprios cigarros, refrigerantes, bolachas. Isto é, foi excluído da circulação de bens não participando mais dos empréstimos de roupas e das trocas de alimentos realizados por todos outros internos.

A intervenção institucional foi capaz de limitar as formas de punição do grupo de internos a Beijo que foi considerado violador do código de conduta dos mesmos. Entretanto, o passar do tempo revelou que os adolescentes encontraram outra forma de ter seu objetivo realizado. Após a realização das visitas num sábado à tarde Beijo ao ser liberado de seu dormitório para ir ao banheiro agrediu o monitor Toreli com dois socos no rosto e várias ameaças verbais. A situação foi resolvida com a

chegada dos monitores de apoio que ajudaram na contenção do interno. Depois do ocorrido, vários adolescentes manifestaram descontentamento e contrariedade com o episódio. Cipó, Bozo entre outros comentaram: *“Esse cara vai apanhar aqui... ele não vai mais ficar na ala.”*

Com o controle da situação Beijo foi conduzido para unidade de atendimento especial, onde permaneceu por 15 dias. Durante este período as chefias de equipe, técnicos e direção da unidade decidiram transferi-lo para unidade D. Tal fato foi bem aceito por todos os internos e por boa parte da monitoria que ficou descontente com a agressão sofrida pelo colega.

Transcorridos 10 dias da transferência de Beijo durante acompanhamento de outro interno a enfermaria encontrei com Beijo e aproveitei o momento para questioná-lo sobre a causa do ocorrido. Ele respondeu de forma muito tranqüila: *“Ba seu to tri sereno lá na D, tenho vários apoios. Tive que fazer aquilo com o monitor, tava levando muita pressão dos guris pra sair da ala, não tinha outro jeito. Ai os guris me robozaram para bater no seu.”*

Surpreso, discordei da sua atitude: *“Se tava tão ruim assim prá ti na unidade tinha outras formas para sair da ala, não precisava agredir ninguém.”*

Beijo resignado afirma: *“Não tinha outra forma. Agora já era.”*

Desejo-lhe boa sorte e retorno para unidade.

As estratégias de ação utilizadas tanto pelos monitores quanto pelos adolescentes devem ser entendidas dentro da dinâmica institucional e da forma como a atividade dos monitores é desempenhada. Os arranjos, as negociações e os acordos acontecem porque os agentes, conforme Sherry B. Ortner estão sempre envolvidos na multiplicidade de relações sociais e não podem agir fora dela. Ou seja, os agentes não são livres para agir, sempre atuam com restrições e constrangimentos sociais e culturais próprias do tempo e do lugar em que interagem⁶⁷.

⁶⁷ ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006.

No mesmo sentido, tais estratégias estão circunscritas ao campo de possibilidades de ação destes indivíduos⁶⁸.

Por outro lado, a ação cotidiana dos adolescentes privados de liberdade não se restringe a esta dimensão, pois ao agirem sempre manifestam uma intenção, um desejo e uma vontade de realizarem um projeto individual de ocuparem uma posição que lhes dá garantia de sobrevivência física e moral no grupo e na unidade.

⁶⁸ VELHO, Gilberto. *Projetos e metamorfose-antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

5 O HUMILDE, O PRESTATIVO, O LÍDER E O EMPILHADO: SOCIABILIDADES E POSIÇÕES NO COTIDIANO DAS INTERNAÇÕES

Neste capítulo identifico e analiso algumas práticas de sociabilidade utilizadas pelos internos para a formação e coesão grupal na unidade. Além disso, traçarei os contornos de algumas posições ocupadas por internos durante a internação. Caracterizo a ocupação destas posições como uma ação individual intencional de cada interno dentro do campo de possibilidade forjadas no interior da unidade.

O ingresso dos adolescentes na unidade é marcado pela expectativa em relação ao que vão encontrar e quais regras terão que obedecer. Aprender as gírias, as rotinas e as normas, além de conhecer o código de conduta dos internos são condições para o convívio com monitores e com os demais internos. Este aprendizado acontece com o auxílio tanto dos monitores quanto dos adolescentes que diariamente apresentam aos novos as regras e normas de conduta aceitáveis. Aos monitores cabe a tarefa de instruir o adolescente sobre as normas institucionais, e aos adolescentes a transmissão do código de conduta dos internos.

Como já destaquei, a maioria dos adolescentes internados na unidade “A” são oriundos dos principais bairros pobres de Porto Alegre e de algumas cidades da região metropolitana. Por isso, é bastante comum que durante a internação ocorra o reencontro de adolescentes que tiveram experiências em comum nas suas comunidades, tanto no que se refere a relações amigáveis quanto de oposição quando pertencem a facções rivais e inimigas.

A constituição do código de conduta e honra e às normas institucionais impõem aos internos condutas homogêneas e semelhantes a todos em muitos momentos do cotidiano. Contudo, no convívio coletivo há espaço para comportamentos que decorrem da capacidade individual e das possibilidades de interação, convencimento, influência e liderança sobre os demais.

De forma geral três elementos concorrem para a formação dos grupos de adolescentes na unidade: 1º a mesma origem comunitária; 2º a mesma procedência institucional, isto é a proveniência de mesma unidade da FASE antes de ingressar

no CSE; e ainda, 3º afinidades e “bons” relacionamentos criados no interior da unidade durante a internação.

Ter proteção e sentir-se seguro durante a internação é uma das constantes preocupações dos adolescentes, pois é necessário evitar possíveis agressões e constrangimentos dos demais, e também eventuais exageros de autoridade por parte da instituição. Pertencer à mesma comunidade representa um elemento de agregação muito significativo para os internos a ponto de aglutinar, inclusive internos que na comunidade estão vinculados a facções criminosas rivais. Este é o caso dos internos Guina e Beleza, o primeiro pertence à facção dos Brege e o segundo a dos Miranda no bairro Bom Jesus em Porto Alegre.

Guina está na unidade há um ano e oito meses. Foi condenado por homicídio e por pequenos furtos. Tem 18 anos e reside no bairro Bom Jesus desde os 12 anos de idade. Desde que se mudou para lá iniciou a prática de pequenos delitos de furto, consumo e venda de droga. De pai falecido, tem um padrasto que recém foi solto do presídio, onde permaneceu por 13 anos. Sua mãe embora trabalhe em serviços domésticos, foi presa pela prática de furto e tráfico de drogas. Atualmente está no presídio feminino em Porto Alegre. Eventualmente Guina recebe visita de sua tia por parte de mãe e com esta mantém contato telefônico semanalmente.

Beleza está na unidade há quatro meses. Foi condenado por homicídio, latrocínio e venda de droga. Normalmente recebe visita de sua namorada e de sua mãe. Seu pai já faleceu em decorrência do envolvimento com o crime. Sua mãe possui um pequeno ponto comercial que é usado como ponto de tráfico de drogas.

A desavença já existente entre os dois adolescentes foi momentaneamente superada durante a internação. Após o almoço, Guina, Beleza, Bozo e Sarara conversam no refeitório enquanto aguardam a autorização para retornar aos seus dormitórios. Incluem na conversa o monitor Dante e Guina lhe pergunta: *“E aí seu, tá ligado que eu e o Beleza somos contra na rua? Ele é dos Miranda e eu dos brege, já tirotiamos várias vezes, quase matei ele uma vez, e depois ele e as parcerias dele quase me mataram lá na vila.”*

Dante surpreso pergunta a Beleza se o fato é verdadeiro: *“É verdade isso Beleza? Quer dizer que vocês quase se mataram na rua e aqui dentro são ‘amiguinhos’? Que tipo de rixa é esta que vocês tinham?”*

Beleza responde: *“Ó seu, lá na rua é outro o esquema... é negócio, é dinheiro, é facção, é o patrão da boca que quer guerra com todo mundo. Aqui é diferente, a gente ta tudo na mesma barca, guerra aqui é só pra quem pisar na bola aqui dentro.”*

Antes de Beleza terminar sua resposta, Guina acrescenta: *“É seu, aqui é diferente, nós já se conhecemo, tem muita gente aqui dentro que o cara não conhece, não sabe qual é que é. Daqui à pouco, da onde a gente menos espera é que vem o tijolo.”*

Dante concorda:

“É isso aí gurizada, não adianta nada vocês quererem resolver as diferenças entre vocês aqui dentro, só vai dar mais confusão e prejuízo para vocês. O esquema é esse aí mesmo, se vocês se entenderem aqui dentro melhor, se não, deixem para resolver as diferenças entre vocês lá na rua.”

Após a resposta do monitor, tanto Guina quanto Beleza reafirmam o que já haviam dito: *“É seu, aqui dentro é outro papo, depois nós decide qual é que vai ser.”*

Depois deste episódio, o comportamento de ambos nos diferentes momentos institucionais não demonstrou nenhum conflito ou divergência e relacionam-se de forma respeitosa e pacífica. A lógica das relações existentes na comunidade de origem dos internos não opera durante o período de internação. Neste ambiente a sociabilidade entre os internos acontece com base no código de conduta e nos valores típicos atribuídos aos comportamentos na unidade.

A mesma procedência institucional é outro elemento que dá coesão aos grupos de internos que já passaram por outras unidades da FASERS. Tal elemento além de conferir identidade e coesão grupal entre os internos que tiveram uma convivência pacífica e amigável nas suas unidades de origem, também agrega e inclui os adolescentes que tiveram experiências institucionais conflituosas em outras unidades. O fato de dois ou mais adolescentes já terem “puxado uma cana juntos” ou “já terem feito uma caminhada juntos em outra casa” torna-os mais próximos e

com experiências em comum capazes de contribuir para superar eventuais conflitos ou desavenças. Estar no CSE representa estar num último degrau da “caminhada” que estão fazendo em relação ao tempo de internação no sistema. Este aspecto os aproxima, pois a experiência adquirida no sistema faz com que possam discernir entre quais comportamentos e atitudes podem ter com os demais a fim de evitar ou não a manutenção das desavenças. A opção pelo apaziguamento das relações tem sido mais freqüente, pois a manutenção dos conflitos além de tornar o cotidiano tenso e conflituoso, também pode resultar na ocorrência de novos delitos dentro da própria instituição. Uma agressão, por exemplo, pode ter como conseqüência o prolongamento do tempo de internação.

Aureliano está na unidade há sete meses e Bebezinho há quarenta dias. Ambos vieram da unidade CASEPOA I e tanto os internos quanto os monitores sabiam que eram desafetos. Durante preparativos para jogo de futebol Bebezinho escolhe Aureliano para jogar no seu time. Surpreso com a escolha, Bozo pede a Bebezinho: *“Ta meu, deixa o Aureliano no meu time e fica com o Beleza e já era.”*

Bebezinho insatisfeito com a proposta, esclarece: *“Não dá nada, é minha vez de escolher, já escolhi o Aureliano, ele é melhor e o que passou, passou, já era.”*

De imediato Aureliano nota a atenção dos monitores no pátio e ressalta: *“Ta meu, já era, eu to no time do Bebezinho, vamo pro futebol.”*

Curioso questiono: *“Já era o atrito entre vocês?”*

Bebezinho de pronto responde: *“Ó seu, acabou o atrito, não tenho nada contra ele, é que lá no POA I ele tava embolado com uns contra meu, que tentaram invadir minha vila, por isto um dia nós quase brigamos lá dentro.”*

Aureliano também esclarece: *“Eu também seu, não tenho nada contra ele, só tivemos essa história no POA I por causa dos contra dele que eu me dava lá. Aqui é outro esquema, tamo se dando tri bem aqui, tamo se conhecendo melhor. Já era aquele ti, ti, ti.”*

Toreli que acompanha os esclarecimentos encerra o assunto: *“Bom pra vocês terem se acertado, ninguém vai sair prejudicado, e não vai dar mais empilhamento prá vocês.”*

A partida de futebol começa e desde então ambos demonstraram um convívio pacífico e tranqüilo sem ocorrência de desentendimentos.

O coleguismo, a afinidade e a confiança entre os adolescentes também é outro elemento que aglutina e dá coesão aos diferentes grupos formados pelos internos na unidade. A afinidade e o coleguismo nascem do gosto pela convivência e pela realização das mesmas atividades esportivas, recreativas e lúdicas no interior da unidade. Gostar das mesmas músicas (funk, rapp, pagode), praticar as mesmas atividades esportivas (futebol, vôlei, e ping-pong), conversar sobre os mesmos assuntos (dramas familiares, causas e tempo de internação e as “façanhas” realizadas na rua) fomenta a identificação e a coesão entre os internos.

A confiança entre os internos é estabelecida nas participações nas redes de troca e solidariedade e também nos “apoios” oferecidos aos outros em relação à palavra empenhada ou a um comportamento esperado pelo grupo ou por um acordo firmado individualmente.

Os laços de confiança também se concretizam nos momentos de tensão, crise ou indisciplina entre os internos. Posicionar-se nos momentos de desavenças e conflitos ao lado dos seus próximos, contra os oponentes significa formar uma aliança com quem prestou o apoio e se encontra em situação de desavença ou conflito com outro interno. Da mesma forma a confiança se estabelece nos momentos em que um interno em momento de indisciplina ou descontentamento contra a instituição promove um tumulto na unidade chutando repetidamente a porta do seu dormitório a fim de gerar desordem. Como forma de apoio e de concordância com a atitude outro(s) interno(s) praticam o mesmo ato de indisciplina a fim de provar solidariedade e credibilidade ao interno que primeiro começou a desordem. Tal situação aconteceu com os internos Guina e Polenta. O primeiro estava indignado por não ter conseguido realizar sua ligação telefônica na data determinada e resolveu chutar a porta de seu dormitório. Nesta ocasião, Polenta demonstrando solidariedade a Guina, também chuta a porta do seu dormitório mesmo tendo realizado a sua ligação sem problemas. Na semana seguinte, quando Polenta se insurge contra a instituição chutando a porta do seu dormitório por não ter sido autorizado o ingresso de uma visita sua recebe a solidariedade de Guina que também se insurge contra a instituição chutando a porta do seu dormitório apenas

em solidariedade a Polenta, pois não havia ocorrido nenhum problema com o ingresso dos seus familiares durante o momento da visitação na unidade. Ao ser questionado pelo monitor sobre a causa da sua revolta Guina responde: “*Foi para dar apoio ao Polenta, como é que não vão deixar uma visita do cara entrar na ala?*”

Para Sherry B. Ortner a capacidade de agência dos indivíduos é:

Sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em nome próprio, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. Agência, neste sentido, é pertinente tanto no caso de dominação quanto no da resistência. As pessoas em posição de poder “têm” - legitimamente ou não- o que poderia ser considerada ‘muita agência’, mas também os dominados sempre têm certa capacidade (...) de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam⁶⁹.

A capacidade de agência dos indivíduos possui duas dimensões: uma associada ao poder de dominação e resistência e outra, ligada a intenção e ao desejo acionados na busca da realização das metas, dos propósitos e projetos culturalmente construídos.

Gilberto Velho também compreende a ação individual a partir da noção de projeto que refere-se “a performance, as explorações, o desempenho, e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”⁷⁰.

Neste sentido, os projetos e as metas são construídos culturalmente e envolvem um conjunto de interações entre os sujeitos que, posicionados socialmente perseguem metas a partir de uma matriz de desigualdades locais e diferenciais de poder.

Conforme Pierre Bourdieu:

(...) o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*). (...) ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (...), isto é, em suas

⁶⁹ ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 64.

⁷⁰ VELHO, Gilberto. *Projetos e metamorfose-antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 28.

práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedade, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo⁷¹.

A tomada de posições no espaço social está condicionada as diferentes formas de interações entre os diversos agentes sociais com as suas respectivas capacidades de poder e de projeto. As constantes interações dão consistência às diferentes posições sociais ocupadas pelos agentes que buscam no cotidiano satisfazer seus interesses.

As interações cotidianas estabelecidas pelos internos da unidade “A” se inserem neste paradigma conceitual na medida em que suas práticas estão circunscrita ao espaço institucional que rege os comportamentos através das normas institucionais e das regras do código de conduta constituído pelos internos. Os comportamentos individuais sofrem constrangimentos e influências do meio social mais amplo representado pela ação dos monitores, pelas normas da unidade e pelas ações dos demais internos. À medida que este conjunto de interações e constrangimentos se consolida no tempo se constitui o campo de possibilidade de ação e o espaço social onde os agentes passam a agir de acordo com o poder e o projeto individual que possuem. É diante deste cenário que os internos durante o período de internação interagem e ocupam algumas posições. Tal ocupação não ocorre de forma harmônica, mas sim de maneira conflituosa e contraditória de acordo com os arranjos e as interações construídas pelos internos em relação a eles próprios, aos monitores e a instituição. Essencialmente, no cotidiano da unidade desenham-se quatro posições que são ocupadas pelos internos: 1º) o humilde; 2º) o empilhado; 3º) o prestativo; 4º) o líder⁷².

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996, p. 21.

⁷² As quatro categorias são nativas, entretanto a designação do humilde e do empilhado são feitas tanto por internos quanto pelos monitores, já as categorias de prestativo e de líder são utilizadas apenas pelos monitores.

5.1 O HUMILDE

A posição de humilde de maneira geral é ocupada pelo maior número de adolescentes na unidade. Entretanto são estes os adolescentes menos percebidos tanto pelos monitores quanto por outros adolescentes. Isto decorre da postura adotada por estes internos no dia a dia institucional. Normalmente estes internos estão distantes das situações de conflito e das contradições existentes na unidade. Evitam ter que participar das decisões tomadas pelos grupos em relação à violação do código de conduta e honra ou nas situações de tensão contra a instituição. Por outro lado, o envolvimento em situações de conflito e contradição com outros internos ou contra a instituição por insubordinação e indisciplina acontecem por decisões que afrontam seus interesses estritamente pessoais.

O argumento utilizado por estes internos nos momentos de tensão, conflito e de tomada de decisão sobre determinadas situações é de que *“Estou aqui só por puxar minha cadeia de canto, to legal de empilhamento e confusão.”* O adolescente com tal postura parece saber exatamente onde quer chegar e o que fazer para chegar onde almeja. Por isto, procura manter um bom relacionamento com os demais internos e com o grupo funcional.

O resultado deste comportamento é que de um lado, sofrem constantemente assédio dos outros internos para que se posicionem sobre eventuais decisões; por outro lado, quando eventualmente se envolvem em alguma situação de indisciplina recebem uma atenção especial dos monitores, pois normalmente possuem bom comportamento.

Bira é um dos internos que pode ser classificado como humilde. Este interno evita se manifestar sobre fatos que requeiram decisões coletivas dos internos e também se distancia das decisões corriqueiras do dia a dia como a escolha da música a escutar ou o filme a assistir durante as atividades.

O comportamento deste interno ficou bastante saliente na reunião de decisão dos internos sobre a permanência de Beijo na unidade. A reunião ocorreu de forma

bastante tensa. Vários internos se aproximaram das portas dos seus dormitórios chamando os demais para expressarem suas opiniões sobre o fato de Beijo ter sido considerado pelos demais como violador do código de conduta durante o horário de visitação. Enquanto ocorrem as manifestações Bira aproxima-se da janela da porta de seu dormitório e comenta com os monitores Vidigal e Marcela que se encontram nos corredores, em tom de voz audível pelos demais internos: *“Ó seu, eu tô legal dessas ladainhas da ala, isso aí é só pro cara se empilhar na ala. Ai seu, eu tô por puxar a minha de canto, não sei de nada desse gurizão.”*

Cipó que fica no dormitório em frente ao de Bira o questiona de forma indignada: *“Ta e ai meu, como tu não sabe de nada o cara ta ratiando na ala toda hora, assim ele não pode ficar aqui.”*

Bira surpreende-se com o questionamento, mas reitera sua posição: *“Olha só Cipó eu tô por puxar a minha e ir embora, o cara se envolve nessas ladainhas e só fica mais tempo preso, enquanto os malandros vão embora.”*

Depois de mais algum tempo de discussão entre os internos, com a presença e a intervenção da monitoria os ânimos vão se acalmado e a situação tem uma solução quando a monitora Marcela orienta e sugere aos internos:

“Olha só pessoal, prestem atenção, vamos fazer o seguinte: vamos descer para conversar separadamente com o Beijo e o Pinóchio e esclarecer a situação do desentendimento e já era o assunto para os demais. O que for resolvido lá embaixo entre os dois internos e a monitoria é o que vai valer. Caso contrário, outras medidas terão de ser tomadas pela direção da unidade, ok?”

Os adolescentes escutam com atenção a orientação da monitora e ao término da sua fala vários internos se manifestam favoravelmente a sugestão referindo: *“É isso aí dona, não vamo nos atrapalhar por causa do Beijo.”*

Adotar a posição de humilde representa assumir uma posição aceita pelos demais agentes, monitores e internos, mas que não o afasta da necessidade de exercer ou sofrer constrangimentos sobre os demais.

5.2 O PRESTATIVO

A posição do prestativo é ocupada por aquele que se coloca a disposição para a prestação de um serviço ou auxílio tanto aos monitores quanto para os outros internos na unidade. Tal postura garante acesso a situações e conversas inacessíveis aos demais. A realização de serviços a monitoria e aos internos possibilita observações e informações que torna este interno uma das pessoas mais bem informadas da unidade. Muito conversador, simpático e sedutor, o prestativo sabe como se inserir nos círculos informais das conversas. Nas situações de tensão se posiciona, normalmente no sentido de apaziguar as diferenças e evitar que os conflitos se expandam. O ocupante desta posição é perspicaz, inteligente e muitas vezes dissimulado fingindo não saber de nada ou dando a entender que sabe de fatos que na verdade desconhece.

Os serviços prestados aos monitores decorrem da disponibilidade para a realização de limpezas extras em setores da unidade ou então em espaços reservados ao uso da monitoria. É principalmente neste momento que tem acesso as informações, pois, atento a conversa dos monitores, capta os assuntos tratados e muitas vezes, indaga e emite posições inserindo-se nas conversas. Quanto aos internos, a inserção nos diferentes grupos se dá através da disposição em realizar pequenos favores, como: acender o cigarro dos outros, servir o lanche dos internos mais próximos, e realizar a limpeza no lugar do interno escalado para tal.

A maior facilidade em circular entre monitores e internos não ocorre sempre de forma harmoniosa. É bastante comum entre monitores e também internos, a existência de forte suspeita e desconfiança sobre o comportamento e a credibilidade deste adolescente que muitas vezes é tachado de “leva e trás” ou até mesmo de alcagüete-aquele que repassa as informações que deveriam ser sigilosas.

O interno Sapão é um exemplo de prestativo. Este interno recebeu a medida de internação por latrocínio e está na unidade há dois anos. Além de realizar pequenos serviços aos monitores, sempre que está em atividade no pátio permanece próximo destes conversando sobre diversos assuntos: desde religião, família, esporte, futuro, profissão, viagens, e até sobre os acontecimentos da

unidade. É considerado tanto por alguns internos quanto por alguns monitores como o braço direito da monitora Lucélia, chefe de equipe de um dos plantões noturno. Sob orientação dela, normalmente se envolve em alguma limpeza ou com a organização de algum setor da unidade.

A realização destas atividades pode lhe proporcionar projeção positiva ou negativa, conforme a situação.

O domínio das informações por Sapão é evidenciado na seguinte situação: durante a noite, após a janta, Lívia, Gabi e eu aguardamos a presença de todos os internos no pátio para dar início ao filme em DVD. Lívia ironicamente questiona Sapão: *“E aí Sapão, quais são as novas da unidade, fiquei três dias fora, sem vir trabalhar e não sei o que tá acontecendo?”*

Gabi que está ao seu lado reforça a pergunta: *“É Sapão, quais são as novas na ala? cheguei agora não tava de extra a tarde e não li o livro de ocorrência.”*

Sapão empolgado e eufórico conta:

“Ta, donas primeiro vocês se sentem para ouvir o que vou falar...ó, a dona Lucélia disse que hoje desce dois gurus novos para ala; amanhã de manhã terá alguns atendimentos jurídicos para alguns internos, e eu to ligado que o torneio que era para sair nas próximas semanas não vai acontecer porque tem vários gurus no isolamento e restritos e por isto o torneio de futebol não vai sair.”

Os monitores surpresos trocam olhares e questionam Sapão, novamente: *“Pára Sapão tu tá inventando tudo isso.”*

Insistente Sapão reforça o que já havia dito: *“Papo bom donas, é só perguntar pra dona Lucélia para confirmar.”*

A conversa segue até o fim de horário de pátio, momento em que Lívia inicia a leitura do livro de ocorrência da unidade e confirma as informações dadas por Sapão.

A postura de Sapão em algumas situações lhe garante prestígio, mas em outras lhe expõe a questionamentos por parte dos demais internos. Durante

atividade no pátio, enquanto se preparam para jogar futebol Aureliano solicita ao monitor Toreli: *“E ai seu, consegue uma bola de futebol nova prá nós jogar?”*

Toreli responde: *“Ta eu vou ver no almoxarifado se tem bola nova na casa, se tiver ta na mão.”*

Logo ao término da resposta de Toreli, Sapão esclarece aos demais: *“Begurizada, não tem bola nova na casa, só amanhã que vem da sede os materiais para casa.”*

A resposta surpreende Toreli e os adolescentes que aguardavam para jogar futebol. Imediatamente Aureliano se manifesta: *“Ai seu, se o diretor do CSE ta dizendo que só vem bola para casa amanhã é porque é assim mesmo. Ele sabe de tudo... é o novo diretor da casa.”*

Toreli aos risos concorda com Aureliano e ironicamente, mas acreditando no argumento de Sapão conclui o assunto: *“Ta então não vou nem ver no almoxarifado se tem bola nova ou não.”*

Sapão rindo e demonstrando satisfação com o resultado do seu comentário confidencia:

“Eu tô ligado nesse assunto, porque a dona Lucélia tava comentando ontem de noite com o plantão dela que o material que vem da sede só chega na ala amanhã, então nem adianta ver no almoxarifado, porque não tem bola nova mesmo.”

Após o esclarecimento de Sapão a partida de futebol tem início com uma bola de futebol velha e em mau estado.

A credibilidade e a postura de Sapão são questionadas por alguns internos e monitores. Durante as rotinas é freqüente algum interno perguntar aos monitores se Sapão é o alcagüete da ala. Tal situação ficou bem evidenciada por todos após o episódio em que o Pinóchio foi agredido por outros dois internos no refeitório da unidade sem a presença dos monitores. Durante as tratativas sobre o assunto pela monitoria e após conversa entre o interno agredido e os supostos dois agressores, Sapão é chamado para conversar em separado com o monitor Nestor. Depois da conversa, repentinamente os internos Lasanha e Aureliano são encaminhados a unidade de atendimento especial para cumprimento de medida disciplinar de

separação de convívio com o grupo. O retorno de Nestor a unidade gerou indignação e questionamentos por parte de, Bozo, Zoreia e outros, que acusaram Sapão de ter delatado os agressores de Pinóchio.

Nestor responde aos questionamentos: *“Não foi o Sapão que falou quem agrediu o Pinóchio. Durante as tratativas com eles a gente descobriu.”*

Sapão acuado e assustado esclarece: *“Eu não falei nada sobre quem bateu no Pinóchio, eu fui para atendimento na enfermaria quando saí da ala, nem tô ligado nos assuntos daqueles caras.”*

Bozo, indignado com a punição disciplinar de Lasanha e Aureliano insinua sobre uma possível conseqüência para Sapão caso os demais internos confirmarem que foi ele quem delatou os dois agressores do Pinóchio: *“Olha só Sapão, se nós confirmar que tu é que deu os malandros pros monitores tu ta ralado aqui na ala.”*

Sapão aparentando tranqüilidade encerra o assunto: *“Ba gurizada eu to sereno na minha, não quero saber de confusão desses malandros.”*

O transcorrer dos dias demonstraram que a resposta dada por Sapão foi convincente, pois não houve mais cobrança sobre o seu comportamento em relação a este episódio.

Em relação aos monitores, a preocupação quanto aos assuntos tratados na presença de Sapão também é recorrente. Durante reunião de equipe do plantão noite “A” revelo minha preocupação:

“Pessoal nós temos que ter cuidado e atenção sobre os assuntos que conversamos entre nós e entre os internos quando o Sapão estiver por perto. Ele é muito esperto e pode usar qualquer assunto para causar intriga entre os funcionários.”

Nestor concorda com a atitude a ser tomada:

“Pois é o Sapão deve perceber que há um desentendimento entre a monitora Lívia e a Lucélia e para aumentar esta diferença ele pode inventar coisas ou levar os nossos comentários para a Lucélia. Coisa que não tem necessidade, pois quando tivermos que falar alguma coisa a ela, falaremos diretamente.”

A posição de prestativo assumida por Sapão está vinculada ao acesso e ao manejo das informações obtidas nos circuitos de interação que percorre na unidade entre monitores e internos. Evitar os constrangimentos e desfazer as desconfianças sobre sua postura é o que lhe proporciona respeito, credibilidade e prestígio perante os demais. Tal atitude lhe possibilita ter dos monitores uma boa avaliação institucional, e em relação aos internos, a justificativa de que é um interno respeitador do código de conduta dos adolescentes.

O estudo de Maria de Nazareth A. Hassen sobre o mundo prisional identifica a figura do “preso confirmado” como à pessoa de confiança da massa. Esta confiança é adquirida através da realização de algumas funções que trazem benefícios aos demais presos seja por repassar drogas aos outros ou por assumir crimes dos outros presos realizados dentro da cadeia chamando a responsabilidade para si⁷³.

No caso da posição assumida por Sapão o prestígio e o respeito dos demais pode estar associado à manipulação das informações obtidas junto à monitoria. Consideradas importantes pelos demais estas informações são usadas nas interações cotidianas visando à satisfação dos interesses dos internos. Do mesmo modo, aos monitores é conveniente ter um canal de diálogo com um interno que dispõe de informações sobre os meandros das relações entre os internos que normalmente são inacessíveis, mas que são importantes para a condução da sua atividade.

5.3 O EMPILHADO

O empilhado é o termo usado para designar o adolescente que constantemente se envolve em situações de indisciplina tanto em relação às normas institucionais quanto em relação as suas interações com os demais internos. Normalmente, os empilhados são psicologicamente bastante instáveis e mudam de temperamento e comportamento de forma repentina independentemente do clima institucional. Tal comportamento leva a internações mais longas do que o tempo previsto para o delito. Isto decorre das constantes punições disciplinares recebidas.

⁷³ HASSEN, Maria de Nazareth. Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

O motivo da internação dos empilhados geralmente são os delitos considerados “mais leves” como furto e roubo. Estes internos se envolvem em situações de indisciplina motivados pelos seus próprios interesses e comportamento, mas também pelo envolvimento nas situações de indisciplina dos outros internos. Isto porque atuam objetivando conquistar a consideração, o respeito e o apoio dos demais. Comprar as “brigas” dos outros significa ser reconhecido como alguém que “não aceita para nada e para ninguém” e está sempre disposto a “brigar” ou batalhar pelo que é certo na unidade.

Guina é o exemplo de interno que assume esta posição. Internado há um ano e oito meses por roubo a mão armada de pedestres e tráfico de drogas durante os seis meses de realização da pesquisa de campo, ele foi punido disciplinarmente com cinco medidas de exclusão do convívio grupal, e quatro punições de suspensão de atividades na unidade, permanecendo restrito ao dormitório por prazos iguais ou superiores a três dias a cada suspensão.

A impulsividade de Guina é expressa na seguinte situação. Após palestra dos monitores aos internos referente ao fim da possibilidade de os internos realizarem atividades no pátio ao mesmo tempo, determinada pela direção da unidade, ocorrem manifestações de insatisfação de alguns adolescentes que não aceitam a deliberação institucional. Argumentam que “*as atividades no pátio para todos juntos é um direito que têm*”, e por isto, não teria motivo para suspensão da atividade. Depois dos esclarecimentos prestados pelos monitores, quando Guina já se encontra em seu dormitório, começa a chutar a porta e ao mesmo tempo verbaliza: “*Nesse lugar só tiram as coisas do cara, tem mais é que patifar neste lugar.*”

Os monitores Toreli e Oliveira intervém na situação, abrem a porta do dormitório de Guina, o algemam e o conduzem para o setor de atendimento especial. Enquanto passam pela frente das portas dos dormitórios de Gordo, Aureliano e Beleza ouve-se: “*Pode cré Guina, vai na fé irmão, tem apoio tua atitude.*”

Guina bastante agitado responde: “*Pode cré irmão, só assim mesmo nessa ala.*”

Após o ocorrido Oliveira e Lucélia permanecem na expectativa de que outros internos façam o mesmo. Transcorridos vinte minutos a agitação dos demais internos diminui e as rotinas da unidade são retomadas.

Presumimos que a atitude de Guina tenha decorrido de sua própria impulsividade e também por ter sido influenciado pelos demais. As palavras de apoio a Guina proferidas por alguns internos quando foi conduzido à unidade de atendimento especial pode indicar que o ato tenha sido estimulado pelos demais como forma de demonstração de descontentamento pelo fim de um benefício que lhes era dado e foi retirado. Para Guina o recebimento de medida disciplinar pouco ou nada altera sua possibilidade de progressão de medida, uma vez que diante de tantas outras medidas disciplinares já recebidas, mais uma, não fará diferença. Certamente, o alto grau de comprometimento disciplinar de Guina na instituição torna sua possibilidade de progressão remota e a internação deverá corresponder ao tempo máximo de três anos ou até que complete a idade limite para a internação aos vinte e um anos de idade.

Cabe, salientar que em princípio nas situações de indisciplina deste tipo tanto os internos que praticam o ato quanto aqueles que estimulam, influenciam ou pressionam podem sofrer medidas disciplinares. Entretanto, a possibilidade dos monitores obterem provas da influência nem sempre é fácil. Diante disto, assumir tal posição significa para o interno estar enredado entre as expectativas dos demais e sofrer as punições disciplinares institucionais o que representa seguir um caminho que lhe proporciona consideração e respeito pelos demais, mas também lhe resulta em prejuízos e um maior tempo de internação.

5.4 O LÍDER

Em diferentes grupos sociais a autoridade pode ser exercida de forma coletiva ou por uma única pessoa. De acordo com Abner Cohen:

As pessoas estão geralmente tão preocupadas com seus interesses particulares que nem sempre são capazes de ver o interesse comum do

qual dependem. Existe, então, necessidade de se exercer pressão sobre os indivíduos para que honrem suas obrigações⁷⁴.

O poder de usar da autoridade advém de diferentes fontes: políticas, econômicas, morais e rituais.

Entre os adolescentes a liderança e a autoridade sobre o grupo se forma pelo poder político, econômico e moral. O carisma do interno representa o poder político; o acesso a objetos e bens de consumo, como dinheiro, cigarros e roupas de marcas representam o poder econômico; e o exercício do controle e da fiscalização do cumprimento das normas do código de conduta e honra pelos demais representa o poder moral.

O carisma é manifestado pelo interno através da sua capacidade de circular pelos diferentes grupos de adolescentes sem se indispor. Geralmente, possui a “confiança” dos internos e dos monitores, pois dificilmente descumpra um acordo firmado ou viola sua palavra dada em relação à determinada atitude.

O poder econômico provém da capacidade do interno em negociar ou obter a posse ou a propriedade de objetos e bens materiais considerados pelo grupo como importantes e necessários ao bem estar cotidiano. Por isto, os internos que recebem o apoio material dos seus familiares durante a visitação ocupam facilmente a posição de líder. A posse de dinheiro, cigarros, rádio-fone e roupas de marca trazidas pelos familiares são os instrumentos utilizados na rede de troca, o que torna este interno detentor de consideração e prestígio pelos demais, pois representa que obteve sucesso nas ações delituosas praticadas.

O poder moral do interno que ocupa a posição de líder no grupo advém da antigüidade relativa ao tempo de internação; a capacidade de interlocução e defesa dos interesses e necessidades do grupo diante da instituição; e a tarefa de controle e fiscalização do cumprimento do código de conduta pelos demais internos. Isto é manifesto pelo constante monitoramento do correto cumprimento das regras por si próprio ou por internos mais próximos.

⁷⁴ COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, p. 100.

A antigüidade é um elemento bastante significativo pelos demais, pois representa aos iniciados alguém que acumulou experiências e conhecimentos sobre como as “coisas” funcionam na unidade. Isto transforma o interno numa referência a ser seguida pelos demais nos momentos de decisão.

A experiência acumulada normalmente converte-se em capacidade de interlocução e mediação dos interesses do grupo frente às exigências institucionais. A capacidade de postular, requerer e encaminhar a resolução de alguns problemas do grupo de maneira ordeira e respeitável realça a importância da ação deste interno, pois representa aos demais a figura de alguém que “batalha” pelos interesses do grupo sem causar prejuízos disciplinares aos demais.

Partilhamos do entendimento de Abner Cohen de que a liderança é menos uma característica individual pessoal, e mais um processo que tem origem nas interações coletivas:

(...) uma função do grupo e porque sua análise só é possível no contexto do próprio grupo. O processo de liderança consiste na contribuição de vários indivíduos que se dedicam a encontrar soluções para os problemas organizacionais do grupo. Alguns líderes se distinguem em apenas um dos campos organizacionais, agindo, por exemplo, como ideólogos, como coordenadores de grupos de ações, como doutrinadores. Frequentemente, um único indivíduo pode ser capaz de se distinguir em mais de um papel organizacional⁷⁵.

Normalmente, os internos que ocupam a posição de líder do grupo estão internados pelo cometimento de mais de um homicídio ou latrocínio e eventualmente são internos que cumprem a internação por terem cometido crimes contra o patrimônio. A consciência da gravidade dos delitos cometidos dá a estes internos o entendimento de que possivelmente ficarão internados até o limite máximo de tempo.

O interno que ocupa a posição de líder representa alguém que possui o poder de influenciar outras pessoas, consegue o que deseja, e pelo tipo de delito praticado impõe respeito ou medo sobre os demais. O agendamento de atendimentos técnicos aos adolescentes evidencia como o interno na posição de líder é tratado e percebido pelos demais. No dia de atendimento técnico, logo ao ingressar na unidade a

⁷⁵ COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, p. 103.

assistente social Loiva passa a lista dos internos que serão atendidos ao monitor Toreli. Os internos que estão em atividades no pátio ao perceberem a presença da técnica se dirigem ao portão para solicitar atendimento. A assistente social esclarece que devido ao adiantado da hora só poderá atender três internos: Mudinho, Pinóchio e Zoreia.

Bozo ao receber a notícia de que não seria atendido naquele dia manifesta seu descontentamento: *“Ba seu Toreli, ba dona loiva, faz quase dois meses que não tenho atendimento com a senhora, to cheio de problema para resolver.”*

Toreli ao ouvir a queixa de Bozo esclarece: *“Ta bom Bozo, hoje não vai dar para ser atendido, a dona vai ter que sair daqui a pouco, teu atendimento fica para amanhã ou depois.”*

Loiva também esclarece ao interno: *“Eu te atendo amanhã ou depois, to atendendo os casos mais urgentes, o Mudinho vai ter audiência daqui a três dias, e os outros precisam fazer contatos com seus familiares.”*

Bozo demonstra entender os argumentos de Toreli e de Loiva, mas contesta: *“Ó dona tem gente aqui na ala que a senhora atende toda semana ou de quinze em quinze dias, eu já to ha mais de trinta dias sem atendimento, o que devo fazer para ter meu atendimento?”*

Loiva reconhece a carência de atendimento de Bozo e se compromete em atendê-lo nos próximos dias e inicia o atendimento de Mudinho.

Bozo ainda indignado comenta com Toreli:

“Olha ai seu, o Mudinho é atendido toda semana e fica um monte de tempo no atendimento, quando é a vez do cara, além do atendimento ser rapidinho, o cara demora quase dois meses pra ser atendido de novo, isso é a maior patifaria na unidade.”

Toreli surpreso com o comentário de Bozo, não deixa de concordar, mas o orienta sobre como pedir os próximos atendimentos:

“É realmente o Mudinho já foi atendido na semana passada e na anterior, talvez isto aconteça porque ele vai ter audiência nos próximos dias, e ai ta

tendo orientações de como proceder antes e depois da audiência. Mas vou te dar uma dica, quando tu pedir atendimento para ela de novo chega bem calmo e discretamente e já diz para ela qual é o teu problema. Diz que é urgente, se tu pedir gritando, nervoso ela vai achar que tu tá muito louco e não vai te atender na hora.”

Bozo entende as orientações e encerra o assunto: *“Vamo ver então, quando ela vier na ala nos próximos dias vou fazer isto, mas se ela não me atender vou chutar o balde.”*

Toreli e Bozo perceberam o atendimento diferenciado oferecido a Mudinho, em relação aos demais internos. Isto não ocorreu por acaso. Mudinho é um adolescente líder do grupo. Foi internado por ter realizado dois latrocínios enquanto roubava veículos. Está privado de liberdade há dois anos e quatro meses e normalmente, recebe visitas de sua mãe e namorada. De poucas palavras, raramente, inicia uma conversa com internos e monitores, embora participe ativamente do circuito de troca com os demais. Entretanto, está sempre atento ao que acontece na unidade e nos momentos delicados se posiciona perante os internos e os monitores.

A maior atenção recebida por Mudinho pela assistente social em relação aos demais internos pode ter duas justificativas. De um lado, o fato de tal interno ter maior maturidade para tratar dos seus assuntos pode lhe proporcionar um diálogo mais aberto e transparente capaz de mostrar exatamente quais os problemas que podem ser resolvidos com o auxílio da assistente social; por outro lado, o atendimento técnico intensivo para Mudinho pode representar uma maior preocupação do corpo técnico da unidade em relação aos internos com maior potencial agressivo e que representem maior periculosidade para o clima de estabilidade institucional. Este procedimento pode representar um acompanhamento maior e mais qualificado sobre estes internos, em detrimento dos outros com menor potencial de influencia e de agressividade, no sentido de orientá-los sobre quais os caminhos que devam percorrer para receberem progressão de medida em menor tempo.

Presumimos que o atendimento intensivo à Mudinho pela assistente social em detrimento dos outros internos esteja associado a uma seletividade na escolha entre os internos que “mereçam” mais atenção institucional. O fato de Mudinho ser um

líder no grupo e possuir maior influência sobre os demais pode ser interpretado pela assistente social como motivo para um atendimento mais qualificado e intenso, como forma de prevenir eventuais atitudes de insubordinação deste interno que resultem em instabilidade institucional. Por isso, encontrar caminhos que auxiliem Mudinho a ter progressão de medida também pode ser uma estratégia para manutenção do controle da estabilidade dos internos na unidade.

Na semana seguinte Mudinho foi à audiência e depois de dois anos e cinco meses de internação recebeu do juiz o fim da medida sócio-educativa.

O fato de algum interno receber um atendimento diferenciado e mais qualificado por servidores da instituição representa o entendimento dos demais de que apenas os “mais bandidos”⁷⁶ recebem tanta atenção.

Cesar Pinheiro Machado ao analisar a categorização dos “bandidos” entre os traficantes de drogas nas favelas do Rio de Janeiro identifica a utilização desta categoria pelos próprios traficantes referindo-se àqueles que ingressam no “mundo do crime” e após um processo de aprendizado cometem crime violentos⁷⁷.

Desta forma, a atuação de um interno que ocupa a posição de líder pode seguir diferentes estratégias de ação para delimitar seu espaço frente aos demais internos e aos monitores. A atuação de Mudinho numa situação de violência entre outros internos revela como sua liderança foi exercida dentro do campo de possibilidades de ação da unidade.

Um dos momentos de destaque de sua atuação como líder aconteceu imediatamente após a agressão de Zoreia contra Aureliano durante atividades à noite no pátio da unidade. Tal agressão se deu de forma repentina sendo que nem os internos, nem a monitoria perceberam algum sinal de que isto poderia ocorrer. Logo após o ocorrido, enquanto os monitores, conduzem Zoreia a unidade de atendimento especial Mudinho se manifesta indignado sobre o fato: *“Te liga Zoreia, tu não volta mais pra essa ala, tu é safado, agrediu o cara por trás, não avisou nada*

⁷⁶ Tal designação é feita pelos monitores, os internos não se referem como bandidos, pois consideram que os “bandidos” estão na rua livres.

⁷⁷ MACHADO, Cesar Pinheiro. *Crimes, drogas e violência - elementos para uma hermenêutica do “bandido”*. Disponível em: <www.starline.onsalias.com.8080/sbs/arquivo/em>. Acesso em: 30 mar. 2010.

para ninguém. Agora vai pro isolamento e nós que ficamos aqui na ala é que temos prejuízos.”

O monitor lhe repreende, salientando: *“Não é tu Mudinho que vai dizer se o Zoreia volta para a ala ou não, mas sim a direção e os técnicos.”*

Mudinho é apoiado por Bozo, Bebezinho e outros e reforçam o que já haviam dito:

“Ó seu, não tamo por arrumar confusão, mas esse guri é safado, traiçoeiro, pegou o cara de surpresa, e agora quem vai se dar mau na ala é nós. Vão querer agora tirar nossa descida dos dois grupos aos sábados definitivamente, por causa deste louco.”

Com o objetivo de acalmar os ânimos, lembro a Mudinho e aos demais que acompanham a situação: *“Deverá receber punição quem praticou alguma indisciplina ou desordem, quem não fez nada, nada deve sofrer.”*

A agressão resultou em punição disciplinar a Zoreia com a medida de isolamento do convívio grupal por quinze dias. Além disso, como previu Mudinho foi suspenso o privilégio de todos os internos realizarem atividades conjuntamente nas noites de sábados como vinha ocorrendo à aproximadamente há quatro meses.

Durante o período de cumprimento da punição disciplinar por Zoreia, os monitores, membros da direção e os técnicos da unidade atenderam alguns internos que se envolveram com o episódio e não desejavam o retorno de Zoreia à unidade. Nestes atendimentos foi explicado aos internos que a definição de quais internos ficam ou saem da unidade é exclusivamente da direção em qualquer situação e que não cabe a qualquer interno deliberar sobre o assunto. Todos internos atendidos foram advertidos e avisados se caso fosse constatado algum tipo de perseguição ou pressão sobre Zoreia quando este retornar, eles também sofreriam medidas disciplinares punitivas.

Após cumprir o período de punição disciplinar Zoreia retorna a unidade. Seguindo as orientações institucionais, os demais adolescentes não manifestaram nenhuma atitude em relação a ele, mas o colocaram no ostracismo grupal. Zoreia passou a ser ignorado completamente pelos demais e excluído de todas as interações.

A agressão de Zoreia a Aureliano resultou na suspensão do privilégio dos internos de realizarem atividades no pátio em grupo único. Isto acionou a liderança de Mudinho perante o grupo. A resposta dada pelos internos a Zoreia, inicialmente foi o ostracismo. Após alguns dias, em função de obras no prédio da unidade os internos tiveram que ser alojados em grupos de oito. Nesta ocasião Zoreia foi agredido duas vezes por Aureliano, Bozo e Sarara por ordem de Mudinho que estava alojado em outro dormitório. A intervenção dos monitores Nestor, Lucélia e Toreli concluiu, a partir dos relatos dos adolescentes, que Mudinho havia mandado e influenciado os demais a agredirem Zoreia.

Maria de Nazareth A. Hassen identifica que entre os presos alguma ação individual que cause prejuízos ao demais pode resultar em morte ao preso causador do fato que gerou o prejuízo. A atitude deste preso é punida pelo coletivo. No caso dos internos da unidade "A" a punição se dá com o ostracismo ou com a agressão física ao interno causador do prejuízo⁷⁸.

Neste caso no momento em que a instituição atuou através dos monitores de forma mais organizada e com maior controle sobre as ações dos internos a liderança e a punição atribuída ao interno violador se deu sem o uso da violência física; por outro lado, no momento em que a instituição não conseguiu manter uma organização eficiente, a liderança de Mudinho foi exercida de maneira violenta e agressiva.

⁷⁸ HASSEN, Maria de Nazareth. Agra. *O trabalho e os dias*: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pretendi identificar e analisar interações sociais das quais participam os adolescentes privados de liberdade no interior da unidade “A” de internação do CSE da FASERS. Considerando os dois principais grupos em interação no cotidiano – internos e monitores – busquei dar visibilidade as situações em que um código particular de conduta e honra é acionado pelos internos. Por outro lado visei demonstrar como este código também é apropriado e utilizado pelos encarregados de fazer valer as normas institucionais. Finalmente, pude identificar diferentes posições assumidas pelos internos durante a internação e que balizam as expectativas de uns em relação aos outros.

Minha atuação profissional como monitor da instituição e a experiência acumulada em doze anos de atividades, bem como a leitura de alguns autores que analisam instituições totais, violência juvenil, sociabilidade e individualidade nas sociedades complexas foram os elementos inspiradores para a realização deste estudo. Logo que iniciei a trabalhar como monitor, vivenciei estranhamentos constantes em relação ao atendimento prestado aos internos. Entender as causas das atitudes dos adolescentes na unidade e saber por que desafiavam as regras institucionais foram entendimentos que tive que desenvolver para poder “sobreviver” neste trabalho. Neste sentido, considero que a necessidade contínua de compreensão, também foi um elemento inspirador para realização deste estudo. Acredito que a semelhança essencial entre a atuação do monitor da FASERS e do antropólogo é o pressuposto de que para intervir ou para interpretar é necessário entender o comportamento e os valores do outro (neste caso adolescentes internos) a partir de sua própria visão de mundo. Além disso, entendo que o resultado desta compreensão do outro pelo monitor é diferente da do antropólogo. O primeiro compreende para intervir de forma imediata junto aos adolescentes de maneira a satisfazer seus próprios interesses e o dos internos tornando a convivência, entre ambos, mais tranqüila e serena sem tensões e contradições com os internos. O segundo interage e compreende para que possa produzir um conhecimento que poderá ou não servir de subsídio na execução das políticas públicas pelo Estado.

A FASERS é uma organização pública estatal permeada por diferentes interesses dos agentes envolvidos no atendimento aos adolescentes privados de liberdade. Gestores, trabalhadores, organização da sociedade civil atuam essencialmente de maneira a preservar seus interesses corporativos, econômicos, legais e outros. Suas ações são pautadas em nome dos adolescentes, mas os resultados destas ações podem ir de encontro a estes interesses. Pretendi que este estudo pudesse dar voz aos adolescentes internados e de maneira singela apresentar quais as práticas sociais, visão de mundo e valores que são adotados pelos internos como forma de ser e estar socialmente. Acredito que a formulação de políticas públicas de intervenção sobre esta população só poderá alcançar êxito e obter eficácia social se levar em conta as formas de pensar e agir dos adolescentes.

A história das políticas públicas e da legislação aplicada às crianças e aos adolescentes no Brasil não se restringe as alterações nos diplomas legais e nem aos tipos de instituições criadas para execução destas políticas. Esta história também é construída pelos resultados e repercussões sociais concretas ocorridas na sociedade pelas implementações das novas legislações e pelo reordenamento institucional dos órgãos que executam as políticas públicas.

As duas últimas décadas o século XIX representaram o avanço da atuação estatal no Brasil sobre a questão da infância e a juventude através da criação de leis e normas a esta população. O ideal Republicano inspirado no mundo jurídico almejava educar e corrigir as crianças e os adolescentes para torná-los cidadãos úteis e produtivos na sociedade que se formava. O Código de Mello Mattos de 1927 estabeleceu que os menores de 18 anos que não tinham onde morar, ou que não tinham pais ou responsáveis, e que fossem vítimas de maus-tratos, e que praticassem atos de vadiagem, que fossem pedintes ou que não praticassem boa conduta passaram a pertencer a uma única categoria: os menores abandonados. Na prática a nova lei criou uma nova categoria social denominada de “menor” que não distinguiu abandono e delinqüência. Além disso, a nova lei criou dois tipos de infância e juventude, uma representada pelos “menores” oriundos das famílias pobres brasileiras a qual a lei se destinava, e outra, as crianças e adolescentes filhos das camadas privilegiadas economicamente.

Em 1979 foi criado o Código de Menores influenciado pela doutrina da segurança nacional hegemônica da época. A nova lei criou o conceito de situação irregular que considerava que as crianças e adolescentes que se encontrassem na pobreza, abandono, carência ou cometendo infração penal passaram a ser enquadradas em situação irregular e por tanto passíveis de receber a intervenção estatal.

Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação propalada como um novo paradigma legal e teórico para as questões ligadas à infância e a juventude no Brasil. Esta lei criou novas categorias como “sujeitos de direitos”, “proteção integral”, previu políticas de atendimento específicas para carentes, abandonados e infratores e ainda, estabeleceu um reordenamento institucional dos equipamentos e aparelhos de atendimentos a esta população.

As modificações legais não repercutiram socialmente apenas de acordo com o que a legislação previu, mas sim, conforme atuação de órgãos institucionais que executam o atendimento a infância e a juventude aquém ou além dos preceitos ideais previstos na legislação.

A época do Código de Menores era a polícia e não o judiciário que intervinha, determinava e aplicava medidas punitivas aos menores que violavam as leis e a moral do momento. Era a polícia que encaminhava os “menores” para diferentes instituições de acordo com a hierarquia, e classificação criada por ela própria. A atuação policial pautou-se tanto pelas questões criminais quanto pelos aspectos sociais, pois desempenhou um papel para além do que o previsto na legislação, já que sua atuação resultou na construção das desigualdades sociais entre as camadas pobres e ricas da sociedade brasileira segregando e institucionalizando as crianças e os adolescentes oriundos das famílias pobres.

No mesmo sentido, as alterações legais contidas no ECA repercutiram socialmente para além das mudanças previstas. A desinstitucionalização dos jovens não autores de delitos e a concentração das internações de infratores mais “comprometidos com o mundo do crime” podendo permanecer até três anos no sistema de internação, como previsto no Estatuto resultaram em profundas modificações no interior das unidades de atendimento caracterizadas por grande

instabilidade institucional e pelos constantes motins e mortes de internos e monitores no período de 1997 a 2000.

Após este período, mudanças nas estruturas físicas das unidades de atendimento e a difusão de um novo padrão de atendimento baseado no vínculo, no diálogo, no respeito e na autoridade entre funcionários e internos tem possibilitado o surgimento de um clima institucional caracterizado por maior estabilidade e com menor incidência de atos violentos no interior das unidades. A unidade “A” da Comunidade Sócio-Educativa da FASERS passou por esta transformação que afetou diretamente o cotidiano dos adolescentes internados. Nesta dissertação, fixando-me no presente das relações cotidianas, coloquei em relevo quatro dimensões das práticas de internos e monitores.

A primeira dimensão se refere ao código de conduta e honra utilizado pelos adolescentes internados como forma de reger e organizar a vida coletiva que levam na instituição. O cotidiano dos internos é permeado por um conjunto de regras de comportamento que devem ser realizadas nos momentos em que é necessário tomar alguma atitude ou decisão de forma coletiva. Neste sentido, o código de conduta regra desde os comportamentos relacionados à ordem para ir ao banheiro, a escala de limpeza das canecas e das colheres utilizadas nas refeições, o ordenamento das posições em frente à televisão durante o horário de pátio e recreação na unidade, até a forma de escolha da estação de rádio antes do horário de descanso à noite. Além disso, identifiquei o momento de visitação na unidade e o momento do contato telefônico entre os internos e seus familiares como importantes ocasiões de criação e manifestação do código de conduta. Durante a visitação, olhar para as visitas dos outros internos sem a autorização destes, mostrar partes do corpo aos familiares como o peito e os ombros, fazer gestos e comportamentos que representem algum tipo de insinuação sexual e praticar atos que representem agitação, desordem, e barulho na unidade expressam os tipos de conduta inaceitáveis para o grupo. O código de conduta entre os internos também prevê um conjunto de punições - o constrangimento, o ostracismo e a agressão física - aqueles que o violem.

A segunda dimensão do cotidiano aqui descrito está associada ao cumprimento das regras e rotinas institucionais. Desde que ingressam na unidade

são transmitidas aos internos as rotinas, o horário, o que podem ou não podem fazer, e as punições aplicadas aos que as violarem. Cortar cabelo, tomar banho, ir ao banheiro, fazer as refeições, jogar futebol, ir a aula assistir televisão, fazer a barba são ações que só podem ser realizadas pelos internos mediante a autorização e o acompanhamento dos monitores da unidade.

A terceira dimensão do dia a dia dos internos se relaciona com a capacidade de perseguirem seus objetivos durante a internação. O tipo de atendimento prestado pela instituição permite aos internos estabelecerem negociações, acordos e combinações visando satisfazer seus interesses. Aumentar o tempo de banho, o tempo de ligação telefônica aos familiares, o tempo de atividades no pátio em um grupo único, e obterem da instituição a realização de festividades como torneios de futebol, festas de natal ou de dia dos pais e das mães corresponde à satisfação dos seus interesses, pois nestes momentos recebem um atendimento que representa o recebimento de “ganhos” e “vantagens” que cotidianamente não lhes são oferecidas.

Por fim, a quarta dimensão do cotidiano dos adolescentes privados de liberdade se refere à ocupação de posições sociais de acordo com as interações que estabelecem entre si e entre os monitores. Neste sentido, enquadrar-se como humilde, prestativo, empilhado ou líder representa a cada um uma forma de garantir a sobrevivência física e moral na unidade.

Diante disto, resta claro que a vida dos adolescentes internados na unidade “A” do CSE não se restringe ao mero cumprimento das normas e das rotinas institucionais. Seu dia a dia é muito mais complexo e envolve um grande leque de interações, interesses e condutas que apenas tem sentido se analisadas e compreendidas no ambiente em que ocorrem. Compreender estas práticas sociais e os valores que as motivam é o primeiro passo para formulação de políticas públicas capazes de satisfazer as necessidades e os interesses destes indivíduos quando estiverem “livres”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no universo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

_____. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ALVIM, Rosilene. *Jovens & Juventudes*. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

BARREIRA, César (Coord.). *Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Unesco, 1999.

BARROS, Fernanda Otoni de. *Tô fora. O adolescente fora da lei: o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BONETTI, Aline Lima. A ONG e Antropóloga: da experiência etnográfica à experiência profissional. *Revista Humanas*, Porto Alegre, v. 26-27, p. 159-178, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDÃO, Antônio Carlos. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BRITTO, S.D. *Sociologia da juventude, IH – a vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CALDEIRA, Tereza Pires. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34; EDUSP, 2000.

CARDOSO, Ruth. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do *et al.* *As caras da juventude*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

_____. *Culturas de rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 1 v.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

CORDEIRO, Jair Silveira. *Capacitação profissional: ação sócio-pedagógica implementada pela FASERS como efetivação dos direitos dos adolescentes infratores privados de liberdade*. Monografia {Graduação em Direito}. Faculdade Direito Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

CORREA, Virginia Beatriz Dias. *Ressocializar ou manter a ordem social: dilemas entre os atores envolvidos na execução e aplicação das medidas sócio-educativas privativas de liberdade*. Dissertação. [Mestrado em Ciências Sociais]. PUCRS, Porto Alegre: PUCRS, 2007.

CRUZ, Neto O.; MOREIRA, Lucena L. M. *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CUCHE, Denys. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

DAYRELL, Juarez. *O rap e o funk na socialização da juventude*. *Educ. Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

DIÓGENES, G. *Cartografias de cultura e da violência – gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Cortez, 1993.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FACHINETTO, Rochele Fellini. *A “casa de bonecas”: um estudo de caso sobre a Unidade de Atendimento Sócio-Educativo Feminino no RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FISCHER, Gustave Nicolas. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização – Dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2001.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Quando um caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação, ANPED*, n. 10, p. 58-78. jan./fev./mar./abr. 1999.

_____. *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia; BARCELLOS, Daisy Macedo de. (Org.). *Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM*. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, LABORS, NACI, 2001.

FONSECA, Claudia. *Classe e a recusa etnográfica*. In; Fonseca, Claudia, Brites, Jurema. (Org.) *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC 2006.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 10, ano 5, p. 83-121, maio 1999.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. (Org.). *Políticas de proteção à infância - um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FOOTE-WHITE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, Maria Virginia de. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO RS. *Relatório de Atividades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do RS*. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do RS. Porto Alegre, 2000.

_____. *Relatório de Atividades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do RS*. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do RS. Porto Alegre, 2001.

_____. *Manual de Atendimento dos Adolescentes Privados de Liberdade na Unidade "A" do CSE da FASE/RS*. Porto Alegre, 2002.

_____. *Livros de Ocorrência da Unidade "A" do CSE da FASE/RS*. nº 64/2009, p. 8-24; nº 65/2009, p. 30-47; nº 66, p. 70-93. Porto Alegre, 2009.

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: *Saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GOFFMANN, Erving G. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, M.V.E. Jovem: uma categoria em extinção. In: *Bahia & Análise & Dados*, Salvador, SEI, v. 6, n. 1, 1996.

GREGORI, Maria Filomena; SILVA, Cátia S. *Meninos de rua e Instituições. Tramas, disputas e desmanche*. São Paulo: Contexto, 2000.

GROEBEL, L. *Percepção dos jovens sobre a violência nos meios de comunicação em massa*. Brasília: Cadernos UNESCO do Brasil, Série Direitos Humanos e Cultura da Paz, 1998.

GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROSSI, Miriam Pilar (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC, 1992.

HASSARD, John. Tempo de trabalho – Outra dimensão esquecida nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François; ALLAIN, Joly; DEJOURS, Cristophe *et al.* *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

HASSEN, Maria de Nazareth. *Agra. O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

HERSCHMANN, Michael M. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

JACOBO, J. (Coord.). *Juventude, cidadania e violência: o caso de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Cesar Pinheiro. *Crimes, drogas e violência - elementos para uma hermenêutica do "bandido"*. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT – violência e sociedade. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.starline.onsalias.com.8080/sbs/arquivo/em>. Acesso em: 30 mar. 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese (Org.). *Jovens na metrópole – Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1990. (Os Pensadores).

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

MICHELS, Robert. As tendências burocráticas das organizações partidárias: In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979. v. 2.

MURILLO, Luis Felipe Rosado. Esboço de uma reflexão acerca da posição e do lugar do antropólogo. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

NOVAES, Regina *et al.* *Caminhos cruzados: juventude, conflitos e solidariedade*. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de. *Sobrevivendo no inferno a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (Org.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado; BLASS, Leila (Orgs.). *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. São Paulo: Annablume/Capes, 2004.

PEREIRA, Marcio de Azeredo. Quem traduz o antropólogo? Considerações sobre o uso da antropologia enquanto técnica. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERISTIANY, J.G. Concepto del honor en la sociedad mediterránea. In: PITT-RIVERS, Julian. *Honor y categoria social*. Barcelona: Labor, 1968.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. A história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene. *Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever – um histórico da legislação para a infância no Brasil*. Botafogo: Santa Ursula, 1995.

QUEIROZ, José J. (Org.). *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez, 1987.

RIBEIRO, Fernanda Bitencourt. *A inserção do Conselho Tutelar na construção do problema social da infância e da adolescência: um estudo de caso a partir da microrregião 3 de Porto Alegre*. Dissertação [Mestrado em Sociologia]. PPGS/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. *Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas de Internação e Semi-liberdade do Rio Grande do Sul-PEMSEIS*. Gráfica Original. Porto Alegre, 2002.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *Institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Joel Costa. *Redescobrimo o adolescente na comunidade: uma outra visão da periferia*. São Paulo: Cortez, 2005.

SALLEM, Tania. Entrevistando Famílias: Nota sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em conflito com a lei. Da diferença à proteção integral - uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Compêndio de direito penal juvenil - adolescente e o ato infracional*. Porto Alegre: Livraria de Advogado, 2006.

SCHUCH, Patrice. "Trauma de significados": uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator e no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre/RS. In: LIMA, Roberto Kant (Org.). *Antropologia e direitos humanos*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2001.

SCHUCH, Patrice; JARDIM, Marta Denise da Rosa. *Considerações sobre a história do atendimento à infância e à juventude no RS*. Texto de Circulação Interna. Assessoria de Planejamento e Pesquisa. FEBEM/RS. Porto Alegre, 1999.

SILVA, Hélio; MILITO, Claudia. *Vozes no meio fio: etnografia*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1995.

SILVA, José Carlos Gomes. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1998.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2005.

SPOSATO, Karyna. O jovem, conflitos com a lei. A lei: conflitos com a prática. *Revista Brasileira de Ciências Criminas, IBCCRIM*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 8, n. 30, p. 109, abr.-jun. 2000.

_____. Gato por lebre: a ideologia correcional no Estatuto da Criança e do Adolescente. *Revista Brasileira de Ciências Criminas, IBCCRIM*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 14, n. 58, p. 138-148, 2006.

SPOSITO, Marília, (1993). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, no 1 e 2, p. 161-178. Estado do conhecimento: juventude. Brasília: INEP, 2000.

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos, ação coletiva da cidade. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 1-2, n. 5, p. 161-178, nov. 1994.

TELLA, Marco Aurélio Paz. *Atitude, arte, cultura e autoconhecimento; o rap como voz da periferia*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da PUC/SP, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Informações sobre o número de adolescentes internados na FASERS. Disponível em: www.tj.rs.gov.br/jij.>. Acesso em: 06 maio 2010.

VADE MECUM. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar: In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. *Individualismo e cultura - notas para uma antropologia das sociedades contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Projeto e metamorfose - antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha - polícia e minoridade no Rio de Janeiro - 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

VOLPI, Mario. *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Sem liberdade, sem direitos. A privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões a cerca da responsabilidade penal*. São Paulo: Cortez, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania*. Brasília: Unesco, 2004.

_____. (Org.). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.

WEINBERG, Cybelle (Org.). *Geração delivery: adolescer no mundo atual*. São Paulo: Sá, 2001.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência: In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GLOSSÁRIO

BARCA - Time, equipe

BRASA - Fogo para acender cigarro

BRETE - Dormitório

DAR UMA GUELA - Dar uma vantagem ou benefício a mais do que o previsto na regra

DUQUE - Aquele que praticou crime de estupro ou atentado violento o pudor

É PALHA - É ruim ou sem valor

EMBASSAMENTO - Demorar para fazer algo

FAÇANHA - Histórias em que os internos participam

FILME DE BORRACHA - Filme ruim ou chato

GAIOLA - É uma guarita de segurança interna da unidade que dá acesso a porta de saída. Os internos têm acesso ao local somente quando estão algemados e acompanhados pelos monitores

JÁ ERA - Acabou o assunto

LADAINHAS - Bobagens, coisas sem importância

MACINHO - Maço de cigarros

MEU POVO OU POVINHO - Meus familiares

NÃO PAGA ESSA - Essa conversa não cabe

PAGANDO DE TÊNIS NIKE - Exibindo-se de tênis Nike

PAPO BOM - Conversa verdadeira com assunto sério

PARASITANDO - Ficar sem fazer nada

PATIFARIA - Bagunça, indisciplina, desordem

PEDALAÇO - Manifestação de insubordinação dos internos através de chutes nas portas dos dormitórios

PEGADINHA - Brincadeira

PODE CRÊR - Agradecer

PORÃO - Aquele guardar só para si objetos e bens de consumo e não oferecer aos outros

PUXA, PUXA - Sair do lugar

PUXAR A MINHA DE CANTO - Cumprir a medida de internação sem confusões

RATIEI - Errei

ROBOZEARAM - Influenciar alguém para fazer algo para si ou para outros

SE ATRAPALHAR - Cometer algum ato de indisciplina

SE LIGAR - Prestar atenção

SEGURA TUA ONDA - Honrar o dever assumido

SERENO - Tranquilo, em ordem

SEU e DONA – Forma de os adolescentes designarem os monitores e as monitoras

TA DEVAGAR - Não está cometendo delitos

TÁ NA MÃO - Fazer o que foi solicitado

TÁ NA PEDRA - Colocar alguma coisa a disposição de todos

TÃO ME PEGANDO - Estão me provocando, ou me irritando

TÔ DE RANGO - Estou com fome

TÔ QUEBRADO - Não possuí objetos e bens de consumo

TRI BALA - Tri bom, legal

VAI NA MÃO - Alcançar algo

VAMO PARTI - Iniciar alguma atividade

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser observado e entrevistado para a realização da pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado "O UNIVERSO SIMBÓLICO DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NA COMUNIDADE SÓCIO-EDUCATIVA – UNIDADE 'A' – DA FASE/RS" desenvolvida pelo discente JAIR SILVEIRA CORDEIRO do curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Fui informado, ainda, que a pesquisa é [coordenada/orientada] pela Profa. FERNANDA BITTENCOURT RIBEIRO a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 3320.3500 e e-mail: feribeiro@puhrs.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é compreender os valores que determinam a conduta dos adolescentes privados de liberdade no interior de uma unidade de internação – ALA 'A' – CSE – FASE/RS.

Fui também esclarecido que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará, por meio de entrevista semi-estruturada e da autorização para observação do meu cotidiano na Instituição a partir da assinatura deste termo e a respectiva liberação para a pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS e da FASERS.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado, poderei contatar o pesquisador responsável ou seu orientador, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, situado na Av. Ipiranga 6690, 3º andar CEP: 90610-000 – Partenon - Porto Alegre, telefone 3320.3345, e-mail: CEP@rs.br.

O pesquisador principal do estudo / pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado que posso me retirar desse estudo/pesquisa a qualquer momento sem sofrer prejuízo ao meu acompanhamento ou sofrer constrangimentos pessoais por isto.

Porto Alegre, RS _____, de _____, de 2009.

Participante da Pesquisa: _____

Representante legal _____

Aluno pesquisador: _____

Professor Orientador: _____

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JAIR SILVEIRA CORDEIRO

**“MAIS UM DIA NO SISTEMA”:
CÓDIGO DE CONDUTA PRÓPRIO
E NORMAS INSTITUCIONAIS NO
COTIDIANO DE ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Bittencourt Ribeiro
Orientadora

Porto Alegre
2010